

GEOGRAFIA & LUTAS SOCIAIS



Geografia e Lutas Sociais

Capa de Jorge Cassol

Copyright © 1988 by AGB

Terra Livre é uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em co-edição com a Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 - Pinheiros - São Paulo, CEP 05432, tel.: 815-0093.

Terra Livre conta com auxílio do CNPq/FINEP.

TERRA LIVRE 4
Julho de 1988

Geografia e lutas sociais

José Borzacchiello da Silva
Luis Renato Vallejo
Nelson Rego
Neiva Otero Schäffer
Vânia Rubia Farias Vlach
Wagner Costa Ribeiro
Zilá Mesquita

Editora Marco Zero
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Terra Livre 4

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da AGB -
Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Qualquer correspondência pode ser enviada para a AGB - Nacional
(a/c Coordenação de Publicação):
Avenida Professor Lincu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História -
Caixa Postal 64.525 - Cidade Universitária -
CEP 05497 - São Paulo - SP - Brasil.
Telefone: (011) 210-2122 - ramal 637.
ISSN 0102-8030

Editor responsável:
José William Vesentini

Conselho Editorial:
Armen Mamigonian
Aziz Nacib Ab'Sáber
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Beatriz Soares Pontes
Carlos Walter P. Gonçalves
Horieste Gomes
José Pereira de Queiroz Neto
Manoel F. G. Scabra
Manuel Correia de Andrade
Márcia Spyer Resende
Maria Lúcia Estrada
Milton Santos
Nelson Rego
Pasquale Petrone
Sílvio Bray
Samuel do Carmo Lima
Tomoko Iyda Paganelli

SUMÁRIO

<i>Os "Espaços" do Espaço Brasileiro em Fins do Século XX.</i>	9
Zilá Mesquita	
<i>Relação Espaço/Tempo: Considerações sobre a Materialidade e Dinâmica da História Humana.</i>	39
Wagner Costa Ribeiro	
<i>Gestão Democrática do Espaço e Participação dos Geógrafos.</i>	55
José Borzacchiello da Silva	
<i>A Experiência de Autogestão dos Trabalhadores Agrários de Nova Ronda Alta e o seu Significado para o Movimento dos Sem-Terra.</i>	65
Nelson Rego	
<i>Ecodesenvolvimento e o Mito do Progresso.</i>	77
Luiz Renato Vallejo	
<i>Rediscutindo a Questão Acerca do Livro Didático de Geografia para o Ensino de 1^o e 2^o graus.</i>	89
Vânia Rubia Farias Vlach	
<i>Os Estudos Sociais Ocupam Novamente o Espaço... da Discussão.</i>	97
Neiva Otero Schäffer	

APRESENTAÇÃO

Um ciclo se completa com este quarto número da revista. Uma tarefa foi cumprida. *Terra Livre* nestes últimos dois anos passou a ser editada semestralmente, vendida em todas as livrarias do país, aguardada e lida por geógrafos e por vários outros segmentos da sociedade, intensamente utilizada em cursos... Concretizou-se assim um antigo sonho da comunidade geográfica organizada via AGB: o de possuir um veículo periódico de divulgação de reflexões e pesquisas, de polêmicas, de abertura pluralista para as diversas tendências teórico-metodológicas da Geografia, de enlace do saber geográfico com os movimentos sociais.

Cabe agora esperar que a próxima diretoria nacional da AGB prossiga com a revista mantendo a sua linha editorial, a sua natureza pluralista, a sua periodicidade e abertura para o público em geral, características essas que não foram estabelecidas arbitrariamente pela atual diretoria pois que emergiram de velhos anseios dos agebeanos, de insistentes reclamos de associados e membros das diretorias locais, de um aprimoramento pelo processo de discussões e deliberações em assembleias e reuniões da gestão coletiva.

Este número da *Terra Livre* traz artigos de inúmeros companheiros geógrafos, de diversos recantos do país, insignes representantes de uma nova e importante geração de professores e pesquisadores em nossa disciplina, onde pode-se dizer que sob formas e situações extremamente diversificadas aborda-se uma temática em comum: *Geografia e lutas sociais*. Os movimentos sociais urbanos e a construção do espaço em Fortaleza, os sem-terra rurais numa localidade do sul do país, o livro didático, os estudos sociais e os embates ideológicos no ensino, o espaço como categoria de análise e *locus* de conflitos..., temos nesse leque de assuntos um elemento em comum que é a preocupação com o espaço da

Geografia (inclusive aquele da sala de aula) c as lutas e polêmicas que o (re)instituem cotidianamente. Confio em que o leitor, na sua reflexão crítica a partir desses textos - afinal, como foi dito alhures, no ato de ler a obra é sempre refeita, a existência de um escrito não está apenas no papel onde se situa mas também no "diálogo" interminável com os leitores -, amplie os horizontes desse espaço e geografize suas preocupações com a justiça social. Pois que tal e a razão de ser da *Terra Livre*, um "território" aberto à diversidade e à reflexão sobre as especialidades da criticidade.

José William Vesentini

Os "Espaços" do Espaço Brasileiro em Fins do Século XX

Zilá Mesquita*

intenção neste texto não é a de realizar uma crítica às análises sobre a teoria das Crises ou sobre categorias analíticas a elas vinculadas, como padrão de acumulação ou ainda regime de acumulação e modo de regulação chancelados pela Escola da Regulação, cujo debate atualmente se trava principalmente na França. Portanto, embora se mencione e utilize tais categorias analíticas ao longo do texto, o objetivo aqui não é o de uma revisão crítica sobre este assunto. Não se optou por adotar o termo regime de acumulação (em lugar de padrão de acumulação), cunhado por esta Escola, embora se concorde com as principais teorizações expressas por seus adeptos, pois também foram incorporadas à análise as relevantes contribuições de outros autores como Salama e Altvater, não participantes da mencionada Escola.

Na verdade, o que se buscou foi apresentar os efeitos do padrão de acumulação vigente, sobre a distribuição de renda, articulados ao espaço brasileiro. Em outras palavras: atendendo ao princípio da diferenciação espacial ou "especialidade diferencial" de Lacoste, o que se buscou foi evidenciar os "espaços" do espaço brasileiro na atualidade, e que necessitam ser considerados na medida em que geraram, geram e ainda gerarão, neste fim de século, não uma única urbanização no país, mas várias...

Presente e passado, para atender o futuro

Daqui a doze anos começa o Século XXI. Há exatamente doze anos, em 1976, Edmar Bacha publicou: "O Rei da Belíndia (uma fábula para

*Geógrafa da Secretaria de Coordenação e Planejamento e Professora do Departamento de Geografia da UFRGS, Porto Alegre.

tecnocratas)". Nela, se todos estão lembrados, um economista é contratado pelo soberano deste reino-misto de Bélgica com Índia quanto à renda de sua população - para estimar sua taxa de crescimento. Do trabalho resultam três ponderações sobre a renda do povo de Belíndia; o que o leva a compreender que estimá-la só pelo PIB era vê-la pelo "Felicítômetro dos Ricos". Era preciso vê-la sob outros ângulos...

Decorridos doze anos, a irônica fábula sobre a distribuição de renda da população brasileira¹ terá perdido a atualidade? Como ela se projetará para os próximos doze, quando inicia o não tão longínquo ano 2.000? Porém, antes de mais nada: que relações ela mantém, no presente, com o espaço brasileiro?

A urbanização célere

Talvez cause surpresa que ao se discutir urbanização - uma temática inserida nas análises do espaço - se busque vinculá-la a questões de distribuição da renda. Um simples vislumbre permite visualizar apenas a ponta emergente do iceberg e esta pode conduzir a uma conclusão talvez falsa entre distribuição de renda e crescimento urbano. Um pouco abaixo da superfície encontra-se a sua dimensão real, ou seja: as efetivas relações entre ambos.

Os censos demográficos das últimas quatro décadas estão aí para provar o que não é mais novidade: o país é basicamente urbano vem se urbanizando a uma velocidade crescente.

Atualmente, 70% da população reside em cidades. Quem quer que transite pelas cidades brasileiras sabe que elas são um "catálogo de carências"² em serviços, habitação, formas de abastecimento coletivo... O espaço urbano brasileiro está expressando hoje todos os dramas da Sociedade. Neste sentido, ele é um espaço-síntese. Pensar uma Política Urbana é pensar numa intervenção sobre o espaço. No momento em que o Estado intenta retomá-la, duas questões parecem importantes como exercício reflexivo prévio à implantação da uma política pública desta natureza.

Primeira: é possível intervir sobre o espaço urbano sem considerar a crise que erode os salários, retrai a demanda, baixa a qualidade da oferta, acentua as disparidades de renda da população brasileira e desacredita o Estado?

E suas formas de mensurá-la.

Expressão de Carlos Lessa.

Segunda: é possível pensar o espaço urbano dissociado do todo? Em outras palavras: será o espaço urbano um segmento à parte, que se organiza alijado do espaço rural?

Gonçalves (1984), Santos (1984), entre outros, têm demonstrado que não. Quanto à primeira questão, há sérios indícios de que Crise no Regime de Acumulação, Espaço e Estado estão profundamente imbricados (Becker, 1984). Sem considerá-los, a Política Urbana corre o risco de não passar de um entretenimento: um arranjo parcial de algumas peças do quebra-cabeças no tabuleiro do espaço nacional. E a realidade da "Belíndia de hoje" não permite, como veremos, este tipo de lazer!

Urbanização célere e modernização

Inúmeras análises foram produzidas nestes últimos anos sobre a realidade brasileira, especialmente após a crise econômica do período 1981-83. Aliás, ela parece ter ressuscitado de sua morte aparente durante o Plano Cruzado... Estas análises sobre o passado recente, ainda que possam divergir quanto à periodização ou ao realce de determinados aspectos, apresentam em comum alguns outros. Por exemplo: são unânimes em reconhecer o processo de modernização da economia brasileira no Pós-Guerra, tanto na indústria como na agricultura. Nesta última, segundo alguns, assumiu um caráter de "modernização conservadora"³ (Oliveira, 1987, Guimarães, 1978, Brum, 1985 e Muller, 1985), onde a região Sul foi espaço-teste através das lavouras capitalistas de trigo e soja, antes de estendê-la, na década de 70, à região Centro-Oeste e à Amazônia.

Esta "modernização conservadora", implementada como alternativa excludente de uma reforma agrária que alterasse a estrutura de posse da terra, significou a mecanização e tecnificação da lavoura (Brum, 1985), substituidoras dos métodos tradicionais pelos industriais de produção. Estes por seu lado, vinculavam-se cada vez mais ao conjunto produtivo industrial, em relação ao qual aumentava a sua dependência (Guimarães, 1978). Esta dependência da agricultura em relação à indústria se deu, por um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos; e de outro, em relação às grandes indústrias transformadoras e

³ Estes autores afirmam que a modernização na agricultura brasileira é conservadora no sentido social, pois ao se capitalizar não altera a estrutura fundiária através de uma melhor distribuição de terras. Ao contrário, conserva a concentração da propriedade na mão de poucos, a exemplo do antigo padrão oligárquico, exclusivo, excluindo e espoliando a maioria dos pequenos agricultores. Os críticos da expressão "modernização conservadora" refutam seu aspecto conservador, pois ela capitaliza a agricultura. Outros como Graziano da Silva, preferem denominá-la "modernização dolorosa".

compradoras da maior parte dos produtos agrícolas (Guimarães, 1978), seja para a exportação, seja para o consumo do mercado interno. Assim se implantou o Complexo Agro-Industrial (CAI) no país⁴.

Quanto ao desenvolvimento industrial, retomado pela instalação da indústria automobilística no ABC paulista, durante o Plano de Metas, foi intensamente enfatizado no pós-64. E se ele elevou o País à 8ª potência industrial do mundo pelo alto crescimento do PIB⁵ (o que não quer dizer tanto, como agora já sabem o rei e o povo da Belíndia), também colocou o Brasil na condição de Novo País Industrial na década de 70, durante a fase ascendente do ciclo econômico, conhecida como "Milagre Brasileiro" (1968-74).

Os analistas também concordam que esta agressiva modernização a que a agricultura e a indústria foram submetidas nas três últimas décadas⁶, resultou num intenso processo de internacionalização da economia e, no dizer de Santos (1979), passamos do "espaço sem nação ao espaço transnacionalizado".

Isto tudo também significou optar, talvez tardiamente, dentro do capitalismo monopolista contemporâneo, por um regime de acumulação denominado Fordismo que, segundo os adeptos da escola da Regulação em economia (Boyer, Lipietz, Coriat, Sabóia), começou a entrar em falência nos países centrais após os seus "anos dourados", ou seja: na década de 50 no Brasil pós-74.

Modernização e agravamento da distribuição de renda.

Retornemos entretanto à "Belíndia de hoje", já que a distribuição de renda é a ponta visualizável do iceberg, para verificar, então, que relações ela mantém com a crise e com o espaço. Segundo a FIBGE, a distribuição da renda da população ativa no período 60/80 demonstra que 50% dos menos ricos detinham 17,4% da renda nacional em 60. Decresceram a sua participação em 1970 para 14,9 e em 1980 limitaram-se a participar em apenas 12,6% da renda do País. Simultaneamente 10% dos mais ricos detinham, em 1960, 39,6%. Em 1970 atingiram 46,7% e, em 1980 aumentaram a sua participação para 50,9% da renda nacional. Isto quer

4 MÜLLER (1985) chega mesmo a enfatizar a industrialização do campo.

5 "O crescimento do PIB em termos reais foi negativo em 1981 (-1,56%), após ter sido fortemente positivo em 1979 e 1980 (6,4% e 7,2%), levemente positivo em 1982 (0,9%), muito negativo em 1983 (-3,16%), para em seguida elevar-se, segundo o IBGE" (Salama, 1987, p. 26).

6 Ver entre outros: Silva e Schor (1979). E ainda no que respeita ao urbano, ver a excelente análise de Davidovich (1985) "Urbanização brasileira, tendências, problemas e desafios".

dizer que os 50% menos ricos diminufram em 4,8% (quase 5%) sua renda em 20 anos, enquanto 10% dos mais ricos aumentaram em 11,3% a sua renda no mesmo período! Coriat e Sabóia (1987, seção II, p. 24) alertam que "durante os últimos 25 anos, o traço marcante permaneceu o aumento das desigualdades salariais. Os ganhos de produtividade não foram transferidos senão muito parcialmente aos salários e de modo muito desigual entre as categorias de assalariados". E ainda: "no início dos anos 80, mais de 40% da população que tinha emprego, não percebia mensalmente mais que um salário-mínimo e quase 20% não passava de meio salário-mínimo" (idem, 1987, Seção I, p. 17).

Caberia perguntarmo-nos o que explica a sobrevivência destes 50% menos ricos na "Belíndia dos anos 80".

Os mesmos autores enfatizam o papel chave do setor informal no mercado de trabalho. Aqueles que nele se encontram representam dois terços da população ativa do país: praticamente a totalidade dos trabalhadores na agricultura, a metade dos trabalhadores nas regiões urbanas e 45% da população ativa do Estado de São Paulo, o que demonstra a relevância do setor informal mesmo nos centros desenvolvidos do País (Coriat e Sabóia, Seção II, p. 25).

Distribuição da população ativa segundo o tipo de ocupação -1983 - %

Tipo de ocupação	Atividades Agrícolas	Atividades não Agrícolas		São Paulo	Total Brasil			
Assalariados c/carteira de trabalho (setor formal)	4	45,5		51,1	34,3			
Assalariados s/carteira de trabalho	33,8	29,5		25,7	30,7			
Trabalhadores independentes	30,3	92,8	19,8	51,4	15,5	44,9	22,2	62,6
Trabalhadores não remunerados	28,7	2,1		3,7	9,7			
Empregadores	3,2	3,1		4,0	3,1			
	100	100		100	100			

Fonte dos dados primários: FIBGE/PNAD

Adaptado da tabela 5 DE: Coriat e Sabóia (1987, Seção II, p.26)

Além deste enorme peso quantitativo do setor informal, o fluxo de passagem da mão-de-obra entre os dois setores - formal e informal - assim como entre o desemprego e a inatividade, é constante. Para Coriat e Sabóia, a especificidade brasileira em termos de relação salarial consiste na enormidade do setor "informal". Alertam que o mesmo papel exercido pelos ajustamentos do salário e do nível de emprego em outros modos de regulação econômicos, no regime de acumulação vigente no país é exercido pela contração relativa do setor informal em benefício do formal em fases de expansão e de expulsões para o setor informal, em casos de recessão, portanto, de crise econômica.

Em suma: um conjunto de elementos perfilam o padrão de acumulação interno implementado e o tipo de inserção do Brasil na economia mundial que visava transformá-lo num "país grande e moderno dentre as potências mundiais". Estes elementos são: a contínua modernização industrial e agrícola impulsionadora do êxodo rural, incapaz de gerar empregos necessários no campo e na cidade; uma relação salarial compressoradora do poder aquisitivo sobretudo nos segmentos de baixa renda; o decréscimo da proporção de trabalhadores urbanos no setor formal (de

53,2% em 1980 reduziram-se a 45,5% em 1983); uma inflação que se elevou de 110,2% em 1980 para 365,96% em 1987; um paralelo aumento das exportações e decréscimo das importações a partir dos anos 80 (Coriat e Sabóia, 1987), a implementação crescente de um Complexo Agro-Industrial (Guimarães, 1978, Brum, 1985). Disto tudo resultou a consequência mais grave: a desigual distribuição de renda que se acentuou nos últimos anos.

A constatação deste conjunto de elementos permite concordar com os que afirmam que o regime de acumulação instalado está em crise (Lipietz, 1985 a e b, Coriat e Sabóia, 1987; Altvater, 1983) e que, face ao agravamento da disparidade de renda, o que permite a sobrevivência das frações da população de menor rendimento, é a inserção da família como um todo na força de trabalho (Woortmam, 1984), com duplo trânsito entre mercado formal e informal, incluindo a criança e a mulher com jornada de trabalho "redobrada".

O padrão de acumulação

Em que consiste explicitamente este modelo de acumulação vigente no país? E o que ele tem a ver com a urbanização? Clarear mais a primeira resposta, permite chegar à segunda.

Como já mencionado, para a Escola da Regulação (que o denomina regime), este padrão é denominado Fordismo e, no caso das economias não centrais, como a brasileira, trata-se de um Fordismo Periférico. Assentado sobre a Política de Substituição de Importações e também de Substituição de Exportações, o Fordismo Periférico no Brasil, foi um padrão de acumulação que se consolidou no Pós-Guerra e se reafirmou pós 64 com vistas a uma acumulação intensiva, viabilizadora de uma industrialização calcada no desenvolvimento de bens de consumo duráveis para o consumo de massa. Automóveis, eletrodomésticos, transportes e eletrônica foram alguns dos ramos industriais fordistas incentivados para massificação do consumo da classe média e daqueles assalariados do setor formal que, por trabalharem nos próprios ramos industriais fordistas, poderiam ter um relativo acesso aos bens de consumo doméstico. Além de visar a um mercado apenas destas frações da população, e, portanto, basicamente urbano, também se efetuou, pela Política de Substituição de Exportações, o envio de manufaturados a baixos preços para os países centrais. Ainda caracteriza o Fordismo a automação crescente do processo produtivo.

Salama (1984 e 1987) define o padrão vigente no país como excludente na medida em que se assenta na capacidade de alijar a maioria da população dos frutos do crescimento, fundado na importância crescente

assumida na distribuição de renda pela classe média. A partir de 1975, o dinamismo da acumulação se baseia menos do que antes no desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis, mas continua a crescer a desigualdade na repartição da renda em favor da classe média. Aponta ainda este padrão como origem da crescente dívida externa, a qual se autonomiza cada vez mais do setor de produtivo. Para pagá-la, o modelo conduziu à redução de três soberanias: a monetária, a orçamentária e a agrícola. Esta última com sérias repercussões sobre o urbano, dada a dependência de alimentos que gerou, fomentadora de penúria nas cidades.

Ora, é evidente que com a distribuição de renda e com a política salarial que o País tinha e tem, caracterizada por arrocho salarial nas épocas de recessão, comprimindo ainda mais o poder aquisitivo dos assalariados de menor remuneração, o regime de acumulação estaria sujeito a uma grande instabilidade e até mesmo ao insucesso (Coriat e Sabóia, 1987).

Além do mais, como demonstra Lipietz (1985 a e b) o Fordismo inaugura uma nova Divisão Espacial do Trabalho que se caracteriza pela partição das atividades em três níveis:

Nível I - a concepção, a organização dos métodos e a engenharia tornam-se atividades autônomas do resto do processo produtivo (e geralmente concentram-se na matriz das firmas originárias dos países centrais).

Nível II - refere-se à fabricação qualificada, que requer uma mão-de-obra especializada.

Nível III - a execução e a montagem não requerem, em princípio, qualquer qualificação da mão-de-obra.

No caso do Brasil, o Fordismo é *periférico* exatamente porque se exclui a possibilidade de instalação de atividades de Nível I, aquelas de concepção e engenharia que possibilitariam a ascensão do setor produtivo a patamares tecnológicos mais elevados e a um capitalismo nacional relativamente "autônomo".

As atividades de nível II e III se instalaram no espaço brasileiro atentas ora aos incentivos da Política de Substituição de Importações ou de Substituição de Exportações ora às "bacias de mão-de-obra" mais qualificadas ou menos qualificadas, e portanto mais baratas, nele existentes.

Efeitos sobre a urbanização

Caracterizado o padrão de acumulação, torna-se possível a resposta sobre o que ele tem a ver com a urbanização. Em primeiro lugar, pelo já exposto percebe-se que ele é a origem do atual agravamento na distribuição de renda, porque tem sido *excludente*. Em outras palavras:

implementou uma política redistributiva da renda em favor de 25 a 30% da população (as camadas médias) e em detrimento dos outros, os "esquecidos", que reduziram sua renda nos últimos 24 anos. Deu curso também a uma política industrial fundada em grandes projetos cujo investimento, além de longo prazo de maturação, exigia financiamentos que excediam a capacidade interna de poupança (Salama, 1987). Consequentemente, nos últimos 12 anos, também a classe média começou a sentir os efeitos da redução de seus rendimentos.

Em segundo lugar, este padrão excludente gerou efeitos que se expressam de forma aguda sobre o urbano. Inicialmente porque o "locus" por excelência das camadas médias é o urbano. Além disso, a ênfase na modernização das atividades econômicas pode ser entendida como o elemento propulsor da velocidade de urbanização do país.

Modernizar velozmente a agricultura sem medidas preventivas significou acentuar a concentração da propriedade rural, incentivar a sua mecanização, aumentando o contingente dos "sem terra" e "sem emprego" e contribuir assim para o êxodo rural. Em outras palavras: quer dizer acréscimos contínuos no contingente demográfico urbano e no atendimento das necessidades de alimentação, saúde, habitação, transportes, educação, emprego. Significou também, com a crise financeira, um forte estímulo a exportações de produtos agrícolas em desfavor do mercado interno. A contração da oferta interna e a elevação dos preços agrícolas pesam sobre o poder aquisitivo dos mais desfavorecidos nas cidades, que dependam unicamente de trocas monetárias, e sobre cujos orçamentos as despesas alimentares pesam demais do que sobre os das demais frações da população.

E assim que a Política de Substituição de Exportações via produtos agrícolas reduz a soberania agrícola, gera dependência e crise alimentar, redundando em *penúria urbana*, na expressão de Salama (1984).

Para melhor compreender o que significou para a urbanização modernizar a indústria, sobretudo no último quarto de século, a seguinte questão enunciada por Lipietz (1985a) pode ser um auxílio: "Por que a indústria, que cresceu mais rápido nos anos 70 nos novos países industriais do Terceiro Mundo, mais que em nenhuma outra parte no curso da História, concentrou-se nas metrópoles, ao invés de se repartir harmoniosamente numa rede de cidades médias, absorvedoras da mão-de-obra livre oriunda da pressão demográfica e do êxodo rural?"

"O fundo da questão me parece ser assim: o desenvolvimento do fordismo periférico se opera numa escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a pontos de um espaço mundial discreto (...) Uma firma multinacional que quer fazer o fordismo periférico vem ao Brasil, e

freqüentemente a São Paulo. E as firmas nacionais aqui instaladas agem do mesmo modo, pois é o conjunto do país que assume o papel de uma zona III⁷. As diferenças de rendas ou de qualificações internas no país permanecem, com efeito, de segunda ordem para reportar à diferença entre os países do fordismo central e àqueles do periférico. Quanto aos vastos mercados locais que supõem o fordismo periférico, eles não existem a não ser nas áreas metropolitanas. Do ponto de vista da inserção na economia mundial, como do ponto de vista da formação do mercado local de classes médias, a formação social nacional, engajada na lógica do fordismo periférico, tende a se reduzir a um ponto e este ponto se materializa e se concentra, espontaneamente, nas metrópoles". (Lipietz, 1985a, p.42-43).

Na verdade, não parece ter havido por parte das empresas o intuito de atender aos objetivos típicos das políticas de desenvolvimento urbano e/ou regional dos anos 70, tais como: "promover o desenvolvimento regional equilibrado"; "desconcentrar as áreas metropolitanas"; "promover a descentralização industrial" e "incentivar o desenvolvimento das cidades médias". E, se o fizeram, foi para se assenhorar das benesses concedidas pelo Estado, como ocorre no capitalismo.

O Estado separou diametralmente o discurso e a prática sobre o espaço brasileiro. E o fez sempre que isto se tornou imperativo para atender às demandas de diferentes capitais sob o "regime" de acumulação vigente, auxiliando-os a restaurar sua lucratividade durante as fases recessivas ou seja, nas crises. Essa afirmativa ganha objetividade mais adiante, ao se discutir através da diferenciação espacial do território brasileiro, como os capitais internacionais e nacionais têm se valido de um forte aliado: o capital estatal para produzir ou reorganizar o espaço, acentuando ou substituindo formas, funções e conteúdo pretéritos.

Por ora é importante reter que, ao valer-se da política salarial como instrumento efetivo de regulação da crise, aliada à política de Substituição de Importações e a de Substituição de Exportações, o Estado provocou indiretamente sérios efeitos sobre o espaço nacional. Tais políticas aceleraram o crescimento urbano e induziram o aparecimento de diferentes formas e "conteúdos" de urbanização segundo a diferenciação do espaço brasileiro.

70 autor refere-se à localização de atividades de nível III: de qualificação especializada facilmente adquiríveis ou não qualificadas.

A diferenciação espacial

Lipietz (1985a) afirma que do ponto de vista da Nova Divisão Internacional do Trabalho⁸, no Fordismo, o capital internacional se interessa pelos espaços das economias periféricas, tomando o Estado-Nação apenas como um ponto no espaço discreto mundial para nele instalar as atividades de nível II e III (respectivamente: a fabricação qualificada com mão-de-obra com algumas especialização; e a execução e a montagem que não requeiram qualquer especialização da mão-de-obra)⁹.

Numa perspectiva ampla à escala geográfica mundial, esta visão de conjunto não deixa de ser verdadeira. Porém é preciso não esquecer que a concorrência entre capitais e a fusão entre capital industrial, estatal e financeiro, aliada ao ritmo acelerado do uso de novas tecnologias - tônica do século XX - não é um fato consumado: ainda continua ocorrendo nesta fase monopolista, especialmente durante as crises. E mais: estes fenômenos parecem ter uma expressão espacial no Terceiro Mundo.

A modernização - uma opção consentida no Pós-Guerra, e uma trajetória imposta a partir da segunda metade dos anos 60 - provocou uma alteração radical no espaço. Entretanto ela não se estendeu de chofre a todos os setores da economia e do território nacional, coerente com a própria natureza geograficamente desigual do desenvolvimento capitalista (Davidovich, 1984, p. 19). Por outro lado, ao contrário de nações como as da Europa por exemplo, um país com dimensões continentais como o Brasil tem uma diferenciação espacial de largo espectro. É ela que permite a convivência simultânea de múltiplas modalidades de valorização diferenciada dos capitais e migração dos mesmos no espaço, sempre que esta migração signifique aumento na taxa de lucro. Qualquer brasileiro medianamente informado sabe, por exemplo, do projeto Ludwig instalado na Amazônia dos anos 70¹⁰ e não no Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná. Isso sem citar outros, como os grandes projetos agropecuários do Centro-Oeste e Norte, onde ainda vigoram relações de trabalho semi-escravistas, aliadas à utilização de técnicas extremamente predatórias no uso da terra e na exploração vegetal e mineral, indutoras de formas de urbanização completamente diversas da metropolitana.

A seguir pretende-se delinear alguns aspectos desta apropriação do território, subordinada ao princípio da diferenciação espacial na formação

Embora alerte para os riscos do uso deste conceito (Lipietz, 1984).

⁸ Ver a este respeito, deste autor, o conceito de circuito de ramo em Goldstein e Seabra (1982) e para uma explicitação desta Nova Divisão Internacional do Trabalho no espaço mundial, Ratner (1985) e Lipietz (1984).

Dentre outros autores que analisaram o projeto Jari, ver Oliveira (1987, pp.17-34).

social brasileira. Porém adverte-se não haver certamente o intuito de definir regiões ou propor uma divisão regional. Também não se deve confundir os "espaços" aqui perfilados com uma nova tipologia espacial com limites bem definidos. Primeiro: por ser uma visão simplificada do processo, é incapaz de apreender as múltiplas dimensões de sua dinâmica real. Segundo: porque estes "espaços" muitas vezes se superpõem ou convivem contraditoriamente no espaço social como totalidade. Portanto, afoitamente se distingue "espaços" sem contornos, dentro do espaço-nação. Contudo o objetivo é simples. Perceber hoje, neste território que foi inserido dentro do espaço capitalista internacional, quais as diferenciações distinguíveis, pode se constituir num primeiro bom esforço para repensar a urbanização do país neste fim de século, quando várias transformações estão em curso.

Para uma visão de conjunto, estas diferentes apropriações do território foram assim nomeadas: 1) espaços geopolíticos do norte e do sul; 2) espaços em produção, que se especificam em: espaços para exploração de recursos naturais e espaços para expansão do CAI; 3) espaços em reprodução que se peculiarizam como: espaços de implantação inicial do CAI; espaços da taylorização sanguínea, espaços da modernidade e comandantes de modernização.

Os espaços geopolíticos do norte e do sul

As formas e conteúdos urbanos mais diretamente tutelados pelo Estado talvez sejam os que se desenvolvem nos espaços geopolíticos do norte e do sul. Nos do norte, por terem se constituídos até há pouco em espaços de "reserva", enquanto outros eram produzidos, talvez seja onde a questão geopolítica fique mais evidente. Embora não seja nova, ela se expressa hoje no "Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas", mais conhecido por seu codinome: "Projeto Calha Norte",¹¹ cuja área de atuação representa 14% do território nacional, na fronteira com a Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. Do ponto de vista da Segurança Nacional, o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI - que o formulou sob inspiração do Conselho de Segurança Nacional, elegeu como problemas merecedores de

As informações aqui transcritas, foram retiradas da íntegra do projeto publicado pelo jornal "A Crítica" e de OLIVEIRA, S. e MOURA (1987), onde poderão ser obtidas outras informações. Uma visão mais detalhada e crítica do Projeto poderá ser obtida junto à ANAÍ - Associação Nacional de Apoio do índio. Resta salientar também que o "Projeto Calha Norte" não é a única estratégia geopolítica brasileira para o Centro-Norte do país. Os livros de Meira Matos e Golberri do Couto e Silva informam melhor sobre as demais. Entretanto a opção em detalhar o "Calha Norte" e a estratégia integracionista geoeconômica do Sul justifica-se pela sua recente atualidade.

atenção preferencial os que se concentram por 6.500Km de fronteira, desde Tabatinga, AM, até o Oiapoque, AP. Com início previsto para 1986 e conclusão para 1990, ele envolve uma dotação orçamentária para o período 86/89 no montante de 10.558 OTN's, das quais 79% se destinam aos ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e o restante ao Ministério do Interior e ao Ministério das Relações Exteriores. Os recursos destinados à aplicação em benefício das comunidades indígenas perfazem 1,5% para regularização fundiária e 1% para projetos comunitários. No montante total, a previsão orçamentária era de 75% para o biênio 86/87 e 25% para o triênio 88/90.

A estratégia prevê ações imediatas na faixa de fronteira e ações subsequentes envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos compatíveis com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia e com as recomendações do capítulo "Desenvolvimento Regional do I Plano de Desenvolvimento da Nova República".

As ações imediatas, implementadas através de projetos especiais atingem seis áreas, das quais quatro são prioritárias, entre elas a área caracterizada como *habitat* dos índios Yanomami que vivem ao longo de 900 Km de fronteira com a Venezuela, onde também residem indígenas da mesma etnia. Assim justifica a íntegra do projeto: "Há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando a constituir às custas do atual território brasileiro e venezuelano, um Estado Yanomami".

Os principais aspectos contemplados nestes projetos são: 1) *Fortalecimento das Relações Bi-Laterais*, compreendendo: a) A questão do Comércio fronteiriço. Diz a íntegra do texto: "...todos os países da área amazônica, exceto Venezuela, possuem déficits comerciais com o Brasil, ou seja, o acréscimo marginal de importações brasileiras poderia ser visto como argumento para evitar a imposição de restrições comerciais por parte dos países vizinhos, b) Cooperação técnica vista não só como "ponta de lança, para a exportação de bens e serviços" mas como o mecanismo precursor no estabelecimento de "joint-ventures", exemplificada com a participação brasileira na exportação de carvão metalúrgico colombiano, baseada na cooperação técnica da SIDERBRÁS. c) O Tratado de Cooperação Amazônica, iniciado nos anos 60 e incrementado agora, d) Narcotráfico - "porque seus montantes financeiros representam um perigo para a vida política brasileira" e por permitirem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional", (sic).

2) Projetos especiais para *Aumento da Presença Militar na Área*. O objetivo é fortalecer "a expressão Militar do Poder Nacional na Faixa de Fronteiras e em suas vias de acesso", de onde se seguem atribuições

específicas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A justificativa apresentada é que "fatores adversos de ordem econômica, política e social identificados na área, constituem, no momento, ameaças à Segurança Nacional, pondo em risco a integridade do patrimônio nacional, com reflexos na própria soberania" (sic). Segue-se a programação proposta para cada ministério militar, abrangendo construção, ampliação e manutenção de instalações militares e, pelo menos, 18 núcleos urbanos com instalação de vilas militares e sua respectiva infra-estrutura urbana, compreendendo prédios para órgãos públicos, ambulatório, escolas, etc. Seguramente só este tipo de projeto já significa uma nova urbanização da região com suas decorrentes necessidades.

3) Projetos especiais para *Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes*, definida como "atividade de capital relevância política".

4) Definição de uma Política Indigenista Apropriada à Região, uma vez que o documento considera que esta "deve partir de uma experiência de campo intensificada", o que resulta em incremento das ações da FTJNAI, fortalecendo sua "estrutura operacional" e promovendo "estudos e demarcações de área indígenas" (sic).

Afirma ainda o documento que "a complexidade e especificidade das demais necessidade fundamentais, como a ampliação, de infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidroelétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos, não permitiram que o GTI apontasse, dentro da urgência com que foram conduzidos os trabalhos, ações ou medidas que viessem a materializar tais determinações". Porém há informes de que já foram concedidos 537 alvarás para empresas mineradoras, com a seguinte participação: 50% nacional, 40% multinacional e 10% estatal. Promover a viabilização do capital minerador parece ser um dos objetivos (não explícitos) do Projeto Calha Norte (Oliveira e Moura, 1987). Ressalte-se ainda a existência de outros projetos militares na Amazônia (Oliveira, 1987, pp. 121 e segs.).

No que respeita aos espaços geopolíticos do Sul, em nome de uma preconizada integração entre as províncias do norte da Argentina e os estados do Sul do Brasil, buscam os dois governos firmar acordos de complementação econômica e comercial. Nestes espaços a geopolítica expressa-se mais pelos aspectos econômicos que pelos de ocupação militar, como nos do Norte. O processo, iniciado oficialmente no transcorrer de 1987, através de várias reuniões realizadas em cidades fronteiriças dos dois países e em Porto Alegre, prevê: a criação de comitês de fronteira; a promoção de um maior intercâmbio comercial das produções

regionais recíprocas; o estabelecimento de projetos integrados de cooperação técnica, econômica e financeira, destinados à produção, armazenamento, comercialização, desenvolvimento tecnológico e transporte de produtos de ambas as regiões; o incentivo a empreendimentos conjuntos de novos produtos para o mercado regional e externo às duas regiões; a construção de mais uma travessia sobre o rio Uruguai; a construção de um gasoduto desde a Argentina até o Rio Grande do Sul e a construção da represa de Garabí. Destacam-se ainda, dentre os objetivos propostos do protocolo regional: gerenciar a implementação de um corredor de exportação entre o Nordeste Argentino e Porto de Rio Grande; criar centro de documentações estatísticas regionais, com o intercâmbio mútuo das estatísticas existentes; realizar estudos para a implantação de um distrito industrial na fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul; promover a cooperação técnica em pesquisa e tecnologia; estimular a criação de "joint-ventures"¹².

A propósito de corredores de exportação, Wettstein e Campal (1984, p.11 e 12) esclarecem que eles constituem uma forma integrada de diferentes sistemas de transporte - rodovias, ferrovias, transporte fluvial - que permitam o trânsito maciço da produção do interior até os portos exportadores. Os corredores de exportação foram implementados pelo Japão que controla o transporte marítimo com grandes barcos graneleiros. Nos espaços geopolíticos do Sul há dois com influência transnacional: o primeiro é a rota Puerto Stroessner - Foz do Iguaçu - Paranaguá, onde já se encontra em uso uma complexa infra-estrutura de apoio para cereais, da qual se valem as grandes empresas para comerciar dentro do Paraguai, comprando a melhor preço a produção e assegurando um rápido e organizado fluxo para exportação. O segundo, constituído por Paso de Los Libres - Porto Alegre - Rio Grande, tem como eixos o sistema fluvial tributário da Lagoa dos Patos e a rodovia Porto Alegre - Uruguiana - Paso de Los Libres, por onde escoam a produção argentina de maçãs e pêras para as grandes metrópoles brasileiras através do porto de Rio Grande.

Os mesmos autores afirmam: "Parece lógico pensar que toda a produção das Missões argentinas e de outras províncias do nordeste chegarão ao Atlântico por território brasileiro, e que em seu deslocamento afetará também decisivamente a economia do norte e do leste uruguaios" (p. 12). E acrescentam: "Resulta um lindo desafio este de tentar o desenvolvimento cabal da Bacia do Prata em benefício dos 70 milhões de

12 Estas informações constam no conjunto de documentos constituídos pelas declarações firmadas nas várias cidades onde se efetivaram as reuniões regionais, desde 25/06/87 a 21/01/88.

habitantes que a povoam. Mas para consegui-lo há entretanto que desvendar muitas incógnitas e resolver inumeráveis contradições. O que é em realidade a integração? Com quem se deve levar adiante? Sobre que bases deve se estruturar? Qual é a perspectiva integradora que melhor se adapta aos países platinos? Coadunam-se estas perspectivas entre si? Como se complementa esta "nossa" integração, com os projetos geopolíticos que estão ocorrendo na área do Caribe?" (Wettstein e Campal, pp. 15 e 16). Se tais perguntas estão longe de respostas simples, pelo menos resta a advertência de que a elas se relaciona, muito provavelmente, o expansionismo da modernização agrícola conservadora, nos países do Cone Sul.

Os espaços em produção

Se os espaços geopolíticos representam uma nítida expressão espacial do Estado militarizado ou de sua geopolítica de cunho econômico, os espaços em produção recente representam a apropriação do território pelo capital privado, conduzido pela mão não invisível assim do Estado, nas duas últimas décadas. De um modo geral, os espaços em produção abarcam as vastas áreas do território nacional de apropriação recente.

Espaços altamente capitalizados para exportação de recursos naturais

Aqui se inclui a construção de barragens e grandes hidrelétricas para produção de energia, mas o Programa Grande Carajás (PGC) é seguramente, dos espaços altamente capitalizados para exportação de recursos naturais, talvez o mais expressivo. Em seus 900.000Km² (um décimo do território nacional), Carajás - abrangendo todo o Estado do Maranhão, o norte de Goiás e a metade do Pará - abriga as principais reservas minerais do país: em torno de 25 e 30 bilhões de toneladas de variados minérios, entre os quais as mais importantes reservas nacionais de alumínio e cobre, a segunda maior reserva de manganês do país, além de importantes reservas de ouro, níquel e estanho. Há quatro grandes projetos mínero-metalúrgicos na área (Ferreira, 1982): 1) O projeto Ferro-Carajás visando à produção de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para a exportação sob a forma primária ou de ferro-gusa. É o projeto menos lucrativo por incluir a infra-estrutura de transporte para a série de outros projetos (construção da ferrovia de 900 Km entre a Serra dos Carajás e o porto da Madeira, em São Luís do Maranhão). Além disso, a venda de seus serviços se faz, na maioria das vezes, a preços inferiores ao custo, para favorecer os empreendimentos privados. A ferrovia, para justificar os

investimentos de 4 bilhões de dólares para a exportação de apenas 500 milhões de dólares de minério de ferro por ano, foi transformada num "corredor de exportação", loteando-se suas margens com glebas de 10.000ha (Ferreira, 1982, p. 35). Os três outros projetos: Alinorte, Albrás e Alumar constituem-se de uma associação entre capital de multinacionais como a Nippon Amazon Aluminiuns Co., e Shell, com o capital estatal através da CVRD. Além do ferro e ilumina destes 3 projetos, há também fora da área do PGC o projeto de Mineração do Rio do Norte, cujo objetivo é a exportação de 3,4 milhões de toneladas por ano de bauxita. Há ainda a usina de Tucuruí no rio Tocantins. A energia lá produzida é subsidiada para alguns grandes empreendimentos como o do alumínio altamente energívoro.

Por se situar na floresta equatorial da Amazônia, as reservas em madeira constituem um outro aspecto da questão e, certamente, não dos mais tranquilos se considerarmos as repercussões ecológicas sobre a forma, a escala e o ritmo com que se procede à exploração do solo e subsolo. Quanto às repercussões sociais, "se o PGC realmente executasse sua principal meta social de criar um milhão de novos empregos na área sob sua jurisdição (90 milhões de ha), isso significaria que, em 15 anos, 9 milhões de pessoas se dirigiriam para os estados do Pará, Maranhão e Goiás, atraídas pelos empreendimentos econômicos que ali seriam implementados. Oito milhões de pessoas, não absorvidas pelas atividades econômicas do programa, continuariam sua migração mais para o interior da Amazônia ou ficariam nas dezenas de cidades que estão surgindo ao redor dos grandes projetos. Dificilmente essa projeção de empregos - 900.000 em atividades agropecuárias e florestais, mais 100.000 em mineração, siderurgia e metalurgia - será cumprida. Mas o crescente êxodo para a área do "Carajazão" já tem trazido muito mais problemas do que soluções para a própria região. (...) Privilegiando o capital e usando tecnologia poupadora de mão-de-obra, o "Carajazão", ao contrário, deverá multiplicar e ampliar a gravidade desses problemas". (Pinto, 1982, p. 46). Os conflitos de terra no Araguaia - Tocantins, especialmente no "Bico do Papagaio", são uma expressão visível destes problemas. Como ressaltam Becker e Osório (1982, p. 48), "reproduz-se assim, na região de Carajás, o padrão nacional de estrutura fundiária, com forte concentração das terras nas mãos de poucos".

Espaços altamente capitalizados para expansão do CAI

Estes frequentemente se justapõem ou, às vezes, mantêm contigüidade espacial com os anteriores. Por isso, é impossível deixar de mencionar os problemas que a ameaça das empresas madeireiras e dos projetos agropecuários, do garimpo e das minas trazem às aldeias indígenas existentes na região. Estes problemas iniciam-se com a ameaça à própria integridade física do índio, além de expropriá-lo de suas terras. Tudo leva a crer que, neste espaço em produção, a palavra "carajá" atinge o seu pleno significado. Em língua tupi, ela quer dizer "o inimigo", o "outro povo" (Ferraz, 1982, p. 51).

Nas últimas décadas, o Paraná, Mato Grosso, Goiás e, a partir da década de 70 também Rondônia, Acre e outras vastas áreas da Amazônia, receberam os incentivos governamentais para os grandes projetos agropecuários concomitantes aos projetos de colonização nas agrovilas para estimular o êxodo rural dos estados do sul - áreas de tensões e conflitos fundiários. A construção de infra-estrutura viária no fim da década de 60 - a Transamazônica e a Belém - Brasília - tinham um duplo objetivo: facilitar o desbravamento da floresta pela colonização, e escoar, futuramente, o fluxo da produção dos projetos incentivados. Os eleitos sobre a ocupação destes espaços têm sido analisados com profundidade por vários autores, entre os quais Becker (1985), Valverde (1982 a e b), Machado (1982) e Oliveira (1987).

De qualquer forma, não resta dúvida tratar-se de um nítido exemplo de apropriação do espaço pela fusão entre capitais financeiros, industriais e comerciais, estimulados pela política de substituição de exportações, cuja principal justificativa apoiava-se e ainda se apóia (como em Carajás) na obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa. Segundo Oliveira (1987, pp. 81 e 83), a área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais é de mais de 9 milhões de hectares. A área média dos mesmos é de 7.000ha no Amazonas, 14.100ha em Goiás, 16.300ha no Pará e 31.400ha em Mato Grosso. Ao final de 1985, 72% destes projetos incentivados pela Sudam concentraram-se no Pará e no Mato Grosso, tendo como objetivo principal o aumento do rebanho bovino em 6,2 milhões de cabeças e a criação de 36.600 empregos. Sendo a relação bovino/área ocupada em média de 1,5ha e a relação trabalhador/área ocupada em média de 1 trabalhador para 250ha (Oliveira, p. 83) parece inviável o montante dos empregos preconizados... O que acontecerá, pois, em termos de urbanização, com os migrantes atraídos para os mesmos? Possivelmente tornarão a realizar amplos deslocamentos espaciais de trajetória social descendente, onde mesmo nas zonas de

colonização oficial, só 20% dos atuais residentes foram assentados como colonos (Becker, 1985, p. 28).

Tratava-se, portanto, de expandir a fronteira agrícola via modernização, através de uma política agrícola favorecedora de uma agricultura empresarial, em detrimento de uma reforma agrária para solver os conflitos e as expulsões dos sem-terra. Ao contrário, acentuando a concentração da propriedade agrária, ela acirrou estes conflitos e despejou nas cidades com muita rapidez os pequenos agricultores expropriados.

Espaços em re-produção

Enquanto os espaços em produção permitem perceber com bastante nitidez o conceito de regionalização como processo atuante na realidade responsável pela *formação* de regiões (Duarte, 1980, p. 17), os espaços em re-produção revelam sua *transformação* (Mesquita, 1984, p. 97), incluindo nesta a dissolução das estruturas anteriores (mesmo que não totalmente) e a emergência de novas estruturas. Sob este enfoque é que estes espaços caracterizam-se por estar sendo novamente produzidos para outros usos e com outras valorizações, às vezes diversas das pretéritas.

Espaços de implantação inicial do CAI

Já houve referências a eles, quando se mencionou a região sul e especialmente o Planalto Gaúcho como espaço-teste de modernização da agricultura. De fato, a área vem sofrendo transformações mais acentuadas desde o Pós-Guerra. Estas se aceleraram durante o "Milagre Brasileiro", com a rápida substituição da policultura de pequena propriedade colonial, pelas culturas capitalistas mecanizadas de trigo e soja. O interior do Estado de São Paulo e o Planalto Riograndense foram pois as áreas iniciais de implantação da modernização conservadora na agricultura que depois se estendeu para Santa Catarina, Paraná, sul do Mato Grosso e Goiás. Atualmente vastas extensões da Campanha Gaúcha também foram absorvidas. Estes extensos espaços, aos quais mais tarde se somaram os espaços de expansão, representaram um duplo papel no padrão de acumulação nacional. Se por um lado seu uso visava ao equilíbrio da balança comercial e ao pagamento da dívida externa pelo incremento no volume das exportações, por outro lado propiciou a criação e captura de um mercado para máquinas, implementos agrícolas, adubos, fertilizantes e sementes híbridas. A instalação de indústrias responsáveis por estes produtos (quase sempre de capital externo) estava assegurada no país, o que representou alterações também na pauta de importações. O surgimento de numerosas indústrias alimentícias novas (laticínios, enlatados, óleos comestíveis), deslocou e ampliou o destino da produção agrícola,

em detrimento do consumo "in natura", nas cidades. Alterados os hábitos alimentares com o consumo crescente de alimentos industrializados, capturava-se o mercado interno urbano, especialmente dos segmentos da população com poder aquisitivo para sustentar este padrão de consumo.

É assim que assume nova face o modelo primário-exportador de base agrícola. Agora, aliado às indústrias alimentícias para o mercado urbano interno, enseja a implantação de um Complexo Agro-Industrial - CAI.

O que significou em termos de urbanização, a reprodução destes espaços? Primeiro: uma intensa mobilidade da força de trabalho. Este efeito acentuou-se na década de 70. A migração de gaúchos, por exemplo, para os espaços em produção caracterizou o Rio Grande do Sul como uma das mais expressivas áreas de expulsão demográficas no país que, entretanto, revela uma contradição. A permanência de área de tensões fundiárias, não solucionadas até hoje, é uma característica destes espaços. Segundo: como nos espaços em expansão da Amazonas, também nestes está significando o surgimento de numerosas pequenas cidades. Porém nestes há indícios de que seguimentos médios em ascensão aliam-se os capitais agrícolas, comerciais e bancários indutores da reorganização do espaço para implantação do CAI. Suas "elites", desejosas de se tornar governo local, envolvem-se na emancipação de vilas, povoados, distritos, para transformá-los em "cidades" (Mesquita, 1987). Possivelmente uma urbanização que assume formas bem diversas das pequenas cidades dos espaços em produção no Norte, ainda que as necessidades em infraestrutura urbana possam se assemelhar em ambos. E que nestes espaços em reprodução, removida em grande parte a agricultura tradicional, a implantação do CAI (via trigo, soja, milho), fomenta uma verdadeira industrialização do campo. Porém não no sentido que poderíamos imaginar: agro-industriais instaladas no campo, *sempre* junto às fontes de matéria-prima. Esta industrialização do campo é *deslocalizada* e significa um crescente atrelamento da agricultura à indústria (Guimarães, 1978 e Müller, 1985) onde quer que ela se localize, tanto pelo lado dos insumos, quanto dos produtos. Ela se instrumentaliza com a modernização do terciário: surgem nova rede de transportes e novos sistemas de comunicação, mas também os serviços comerciais, bancários e públicos são informatizados. Além de liberar mão-de-obra - o mais óbvio dos efeitos, seria importante conhecer os outros que estas mudanças provocam, em especial as novas formas de urbanização, tendo em vista as novas condições de fluidez do espaço daí emergentes.¹³

Um outro exemplo de deslocalização, ou melhor, de novas formas emergentes de apropriação do valor-trabalho, como nos países centrais, parece vir ocorrendo também no Brasil. Um exemplo disso parecem constituir indústrias de calçados do Vale do Rio

Sumarizando: sobre estes espaços o modelo primário-exportador parece que se renova. A implantação do CAI restaura os Capitais ao mesmo tempo que tecnifica e urbaniza o campo.

Espaços de taylorização sanguínea

A restauração da lucratividade dos capitais no atual regime de acumulação não se efetivou apenas através da associação agricultura-indústria-serviços. Os estudiosos da teoria das crises têm nos alertado para o que é intrínseco ao Fordismo Periférico, principalmente pela política de substituição de importações. Trata-se da aquisição nos países centrais de bens de equipamento e "Know-how" de engenharia para fabricação local com uma mão-de-obra menos eficaz, mas muito menos bem paga e com uma organização sindical mais fraca que a dos países centrais. A produção destina-se parte ao mercado interno e parte é reexportada. Sendo o "Know-how" exterior, os ganhos de produtividade que restauram estes capitais se efetuam naqueles pontos do território onde existem "bacias de mão-de-obra",¹⁴ com pouca ou nenhuma qualificação, e onde se instalam plantas industriais de segmentos precisos da produção.

Ao contrário da mecanização veloz da agricultura, nestas indústrias a estratégia é outra. A taylorização sanguínea mobiliza um grande contingente de trabalhadores que, segundo Lipietz (1984, p.87) é preferencialmente uma mão-de-obra feminina, de modo a incorporar todo o "savoir-faire" e disciplina adquirida através da exploração doméstica patriarcal. Esta industrialização "é sanguínea no mesmo sentido em que Marx fala da 'legislação sanguínea' no início do capitalismo central. À opressão das mulheres acrescentam-se todas as armas modernas da repressão anti-operária". A forte taxa de exploração se efetiva não só pelos salários mas também pela jornada e intensidade de trabalho. As zonas francas e os 'estados-oficina' asiáticos são os espaços que melhor ilustram esta estratégia, especificamente na produção de têxteis e artigos eletrônicos (Lipietz, 1984, p. 87).

No caso brasileiro, a Zona Franca de Manaus concretiza espacialmente esta estratégia de acumulação. Oliveira (1987) no capítulo, "Manaus, a Hong-Kong brasileira", esclarece que as empresas lá instaladas beneficiam-se de dupla vantagem: a isenção de impostos para

dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Em alguns casos elas contratam trabalho por tarefa a domicílio, que as livra das obrigações trabalhistas e previdenciárias e permite a utilização da mão-de-obra feminina e infantil que assim contribuem para melhorar a renda familiar.

¹⁴ Expressão de Lipietz (1985 a e b).

produzir e uma mão-de-obra barata, com salário mínimo inferior a 50 dólares, o que as torna, face ao mercado internacional, fortemente competitivas, possibilitando lucros altíssimos.

A participação significativa do setor eletroeletrônico (19% da produção e 50% do emprego) tornou esta Zona Franca um dos principais pólos deste setor no mundo (Oliveira, 1987, p. 112).

Dois elementos nos podem levar a imaginar os efeitos urbanos de sua implantação: o incremento e distribuição demográficos e a distribuição dos salários. Em 1950, a população de Manaus respondia por 27% do total do estado; trinta anos depois ela participava com 44% neste total. A taxa geométrica de crescimento demográfico de 7,3% para Manaus contrastava com os 2,1% do interior. Quanto "ao rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos e mais, a distribuição era a seguinte: 45% não recebiam rendimento algum; 18% recebiam até um salário mínimo; 18% entre 1 e 2; 6% entre 2 e 3, o que equivale a dizer que 42% dos trabalhadores recebem menos de 3 salários mínimos. Apenas 6% recebem entre 3 e 5 salários mínimos, 5% entre 5 e 10, e somente 2% ganham mais do que 10 salários mínimos. Este quadro demonstra a situação de competitividade das indústrias instaladas na Zona Franca, ao mesmo tempo que demonstra o grau elevado de exploração da mão-de-obra operária na região (Oliveira, 1987, p. 113). Considerando-se que os benefícios sociais: - a previdência, assistência em educação - creches, escolas e saúde - são extremamente ineficazes no país e estão há anos-luz das que o Estado do Bem Estar Social implantou nos países centrais, compreende-se o papel destes espaços de taylorização sanguinária. Eles representam um nítido exemplo da utilização do fator trabalho com a aquiescência do Estado, em busca da elevação da taxa de lucro. Esta utilização somada às várias formas que os incentivos governamentais assumem (isenção de impostos, facilidades creditícias, etc), asseguram aos capitais instalados neste espaço sobre lucros inimagináveis.

Espaço da modernidade e comandantes da modernização

Talvez nestes se situem, de uma forma condensada, as várias repercussões atuais do padrão de acumulação vigente e também todas as expressões possíveis da modernidade. Sob o ponto de vista físico os espaços urbanos das grandes cidades, pela valorização diferenciada do solo, permitem a identificação de áreas centrais densamente edificadas, em contraste com "vazios" intermediários e com periferias ora de uso residencial dos segmentos sociais mais abastados, ora de uso dos segmentos sociais carentes. Em suas formas extremas, estes últimos são os espaços continentes da miséria rural e urbana. Vasta literatura foi produzida nos

últimos anos sobre a temática, de modo que parece desnecessário detalhá-la; mesmo porque ela é familiar aos olhos de qualquer transeunte das grandes cidades capitalistas do Terceiro Mundo.

No país, os espaços da modernidade e comandantes da modernização são facilmente perceptíveis nas grandes metrópoles do Sudeste. "A metrópole clássica do capitalismo transformou-se, primeiro, na metrópole com subúrbios e, agora, na metrópole ampliada composta com periferia. O principal agente do aparecimento desta última forma da grande cidade foi o capital de serviços, como centro do processo de modernização, via Estado e planejamento. Isto que dizer, também, que o modo atual de acumulação inicia-se com o investimento prévio em capital de informação e capital de comunicação".(Silva, 1985, p. 1269). É portanto nestes espaços que se processa a informatização dos serviços, a automatização célere dispensadora de postos de trabalho e expulsora para o setor informal, mas também, dada a nova organização da grande empresa internacional ou nacional (e do setor público), aí se expandiram significativos contingentes administrativos e gerenciais que contribuíram para a diversificação da classe média urbana e ampliação de seus extratos superiores (Davidovich, 1985, pp. 14,15). Como já mencionado antes esta foi a clientela-alvo do Fordismo Periférico.

Face à nova Revolução Tecnológica que já está em curso, marcadamente de caráter serviço-intensivo na economia moderna (Braga, 1988), estes espaços dentro do país já são e certamente continuarão a ser os responsáveis pela difusão de inovações, donde seu papel de comandar a modernização.

Em que pese porém este papel comandante, tais espaços não devem ser confundidos apenas com o das grandes metrópoles. As alterações rápidas que se efetivam nos meios de transporte e de comunicação parecem guiar as novas condições de fluidez do espaço e assim contribuir para a difusão da vida moderna. Assim, seja no interior da área rural do Rio Grande do Sul onde as intempéries climáticas podem impedir o trânsito pelas estradas vicinais, seja no interior do Amazonas onde o acesso só se efetua após semanas de barco ou por avião, é possível presenciar pela televisão a difusão dos hábitos, expressões, maneiras de vestir e demais aspectos destes grandes centros urbanos. Em ambas as situações, como em muitas outras, o isolamento é rompido e as imagens da modernidade vão penetrando e modificando contraditoriamente os espaços diferenciados, talvez porque "o fato básico da vida moderna, conforme á vê Marx, é que essa vida é radicalmente contraditória na sua base" (Berman, 1987, p. 19).

Sumarizando, para uma visão de conjunto, poder-se-ia condensar as características de cada um destes espaços no quadro:

1 Espaços geopolíticos
do norte e do sul

"Projeto Calha Norte" -14% do território nacional; 6.500 Km de fronteira; no período 86/89, 79% das verbas destinadas aos ministérios militares, objetivando fortalecimento das relações bi-laterais, aumento da presença militar na área, recuperação de marcos limítrofes, política indigenista regional.

No Sul: acordos de complementação econômica, criação de comitês de fronteira, projetos regionais de cooperação técnica, econômica e financeira para produção, armazenamento, comercialização, desenvolvimento tecnológico e transporte de produtos, construção de travessia sobre o rio Uruguai, gasoduto e represa de Garabi. Implementação de um corredor de exportação, estímulo à criação de "joint-ventures", etc.

2 Espaços em produção	2.1 Espaços altamente capitalizados para exportações de recursos naturais	Construção de barragens e grandes hidrelétricas. Programa Grande Carajás: quase 10% do território nacional com as principais reservas minerais do país (alumínio, ferro, cobre, manganês, ouro, níquel e estanho). Construção da ferrovia entre a Serra de Carajás e p porto, em São Luís (Ma). Projeto Multinacionais: Alinorte, Albrás e Alumar. Projeto de mineração do Rio do Norte (bauxita). Áreas de intensos e dramáticos conflitos de terra.
	2.2 Espaços para expansão do CAI	Projetos madeireiros e agropecuários, garimpo e minas. Projetos de colonização na floresta Amazônica.
3 Espaços em reprodução	3.1 Espaços de implantação inicial do CAI	Planalto riograndense e interior do estado de São Paulo, expansão para Santa Catarina, Paraná, Sul de Mato Grosso e Goiás e parte da Campanha Gaúcha. Criação e captura de um mercado para máquinas, implementos agrícolas, adubos, fertilizantes e sementes cúbicas. Industrialização do campo nas lavouras capitalistas de trigo, soja, milho e arroz. Intensa mobilidade da força de trabalho.
	3.2 Espaços da Taylorização sangüinária	Instalação de indústrias que requeiram pouca ou nenhuma qualificação da mão de obra. Zona Franca de Manaus, onde 45% dos trabalhadores não recebiam rendimento algum e 2% ganham mais que 10 salários mínimos.

3.3 Espaços da Modernidade e comandantes da modernização

Espaços urbanos das grandes cidades de áreas centrais densamente edificadas contrastantes com "vazios" intermediários.

Espaços iniciais de informatização dos serviços e de automatização célere, dispensadora de mão-de-obra e expulsora para o setor informal. Espaços responsáveis pela difusão de inovações.

Uma reflexão necessária

No presente artigo procurou-se apontar as repercussões de um padrão de acumulação em crise sobre um espaço diferenciado como o do Brasil, neste fim de século. Agora, que o Estado se propõe repensar uma política espacial como a Urbana para o país, que elementos seriam importantes ter claramente presentes?

Para começar, as soluções passam *primeiro* por algumas diretivas espaciais. Como afirmam os adeptos da escola da Regulação, o modo de regulação está em crise neste regime de acumulação que é o Fordismo, seja ele periférico ou não. No Fordismo Periférico como o do país, até mesmo para absorver a produção no mercado interno, do ponto de vista da organização do trabalho, urge uma política salarial que não acentue tanto as disparidades sociais pela fixação de um piso salarial não tão distanciado do salário médio, penalizando as altas rendas.

Algumas das atuais tendências do padrão podem se tomar perversas se privilegiam uma redução do tempo de trabalho e maximização da produção, sem evitar uma crescente automatização em detrimento da absorção de empregos (Lipietz, 1985).

O Estado do Bem-Estar Social, há longo tempo em prática nas economias centrais, está em crise, demonstrando a sua ambivalência ao oportunizar a reestruturação dos capitais ao mesmo tempo que oferece benefícios sociais minimizadores da resistência do assalariado e pressupondo a existência de empregos. Como o governo não pode mais garantir a política de pleno emprego, assiste-se hoje a uma crise do Estado do Bem-Estar Social (Altvater, 1982). No Brasil, ao contrário dos governos sociais-democratas, ou neoliberais da Europa ou EUA, este nem chegou a ser completamente implementado e, de acordo com o modelo, já se segue os passos para implantação de um Estado Militar. Este tem um novo papel que supõe afastamento da função redistributiva do Estado,

simultâneo a uma acumulação seletiva e reforço militar (Castells, 1986, p. 12), ainda que o discurso seja: "Tudo pelo Social". Segundo Castells (1986 p. 12) "a tendência é muito clara no mundo em geral e nos EUA em particular: austeridade fiscal para despesas sociais e enorme expansão das despesas militares". O Estado Militar, se não se justifica nem mesmo nas economias centrais, quanto mais num país com as disparidades de renda do Brasil.

Se o modelo está em crise, que adaptações serão realizadas na matriz do setor produtivo nacional e no seu modo de regulação? Seguramente, uma Política Urbana terá que considerar como elas afetarão a reorganização do território.

Cabe refletir sobre que medidas acauteladoras devem ser tomadas para que ações efetivas da política econômica não venham agudizar os problemas de concentração e metropolização. Se a Política Urbana que agora se pretende retomar representa um compromisso, cabe perguntar: um compromisso com quem e a favor de quem (dentro e fora do reino da Belíndia).

Lipietz (1985) sugere que uma saída progressista para a crise implica, entre outras medidas, numa *reterritorialização* da relação entre qualificações e empregos, entre produção e uso social; necessitará de formas de regulação não mercantis, democráticas, o mais próximo possível da base, portanto *regionais*.

Para atuar nesses espaços diferenciados é preciso saber como se regulam as relações de trabalho. Isto se faz necessário para ambos os setores do mercado de trabalho: tanto o formal como o informal. A Política Salarial traça diretrizes só para o primeiro, que é eminentemente urbano. Não se pode esquecer que o último abrange 62% da força de trabalho do país. Além disso, a organização do trabalho nos dois setores assume especificidades que se diferenciam no espaço, entre as diversas frações da população economicamente ativa. Em suma: o desafio assume as dimensões espaciais do país, ou seja: é gigantesco!

Àqueles que de uma forma ou de outra estão no aparelho de Estado, envolvidos com as políticas públicas em implementação, especialmente a Urbana, surge outra questão: - como democratizar, atender a demandas legítimas, sem manipular? Vale dizer: sem que a mobilização comunitária signifique uma cooptação dos processos sociais territoriais? Em outras palavras: que uso político do território e a favor de *quem*, de forma que o discurso da participação não se transforme na prática da cooptação e da manipulação. Em suma: urge uma séria reflexão sobre que compromissos a Política Urbana vai assumir, e a favor de quem?

Oxalá sejam em favor de maior justiça social neste espaços diferenciados do país. Para finalizar, cito Lenin, sem significar com isso adesão às formas históricas, concretas que o seu ideário assumiu: "Sonhar é preciso, desde que realizemos o sonho meticulosamente e o confrontemos passo a passo com a realidade".

Bibliografia

- ALTVATER, Elmar - (1982) - "O Novo Papel do Estado" - palestra proferida no Instituto Goethe, Porto Alegre.
- ALTVATER, Elmar — (1983) — "O Capitalismo em vias de Recuperação? Sobre a teoria da "Onda Longa" e dos "Estágios" — In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, 3 (2): 5-30, 1983.
- BACHA, Edmar - (1976) - "O Rei da Belíndia (uma Fábula para Tecnocratas)" - *Os Mitos de uma Década: Ensaaios de Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 57-62.
- BECKER, Bertha e MACHADO, Lia (1982) - "Uma Nova Fronteira para o Século XXI" - *Ciência Hoje*, ano 1, n° 3, novembro/dezembro, pp. 45-50.
- BECKER, Bertha - (1984) — "A Crise do Estado e a Região - a Estratégia de Descentralização em Questão" - *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos* - São Paulo - julho - pp. 365-385, vol. 2.
- BECKER, Bertha - (1985) - "Os Deserdados da Terra" - *Ciência Hoje*, vol. 3, n° 17, março/abril.
- BERMAN, Marshall - (1987) - "Introdução: A Modernidade Ontem, Hoje e Amanhã" In: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, São Paulo, Companhia das Letras, 2ª reimpressão, pp. 15-36.
- BRAGA, Carlos Alberto Primo - (1988) - "A Economia Mundial em 2010" - artigo na *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31/01/88, p. A-36.
- BRUM, Argemiro - (1985) - *Modernização da Agricultura: Trigo e Soja, IJUÍ, FIDENE. CARTA DE PORTO ALEGRE*, 10 E 11/09/87.
- CONCEIÇÃO, Octávio A.C. (1987) - "Crise e Regulação: a Metamorfose Restauradora da Reprodução Capitalista" - *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, 8 (1): 155-174.
- CORIAT, Benjamim e SABÓIA, João — (1987) - "Regime d'Accumulation et Rapport Salarial au Bresil (des années 1950 aux années 1980) Un processus de Fordisation Forcée et contrariée", versão preliminar de janeiro de 1987.
- COSTA, Rogério Haesbaert da - (1984) - "Região: Questões Técnicas e uma Proposta de Análise" In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos*, São Paulo, julho, pp. 356-364, Vol. 2.
- DAVIDOVICH, Fany (1985) "Urbanização Brasileira: Tendências, Problemas e Desafios", *Espaço e Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n 13, pp. 12-29.
- DECLARACIÓN DE CORRI ENTES, em 27/11/87.

- DECLARACIÓN DE PASO DE LOS LIBRES, Argentina-Brasil, em 25/06/87.
- DECLARACIÓN DE URUGUAIANA, em 19/08/87.
- FERRAZ, Iara (1982) - "Os índios Pagam Primeiro: e mais Caro" *Ciência Hoje*, ano 1, n° 3, nov/dez, pp. 51-53.
- FERREIRA, Argemiro, (1982) - "Carajás, o Grande Desafio" *Ciência Hoje*, ano 1, n° 3, nov/dez, pp. 30-66.
- GOLDSTEIN, Léa e SEABRA, Manuel (1982) "Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização" *Revista do Departamento de Geografia/USP* — n° 1, pp.21-48.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto (1984) "Um Passeio pela Ordem do Caos Urbano" in *Paixão da Terra — Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia*, Rio de Janeiro, Soei.
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1978) *A Crise Agrária*, Rio de Janeiro Paz e Terra.
- LIPIETZ, Alain (1984) "As transformações na Divisão Internacional do Trabalho: Considerações Metodológicas e Esboço de Teorização" *Espaço e Debates*, ano IV, pp. 66-94.
- LIPIETZ, Alain (1985a) "Fordisme, Fordisme Peripherique et Melropolisation" intervenção no simpósio *A Metrópole e a Crise- USP*, março.
- LIPIETZ, Alain (1985b) "Le National et le Regional: quelle Autonomie face a la Crise Capitalister Mundial?" Intervenção no Seminário de Lesvos. *Spatial Structure and Social Process* 26 a 30/08/85.
- MAGNOLI, Demétrio (1986) *O que é Geopolítica?* São Paulo, Brasiliense.
- MESQUITA, Zilá (1984) "Divisões Regionais do RS: uma Revisão" *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 5 (2): 95-146.
- MESQUITA, Zilá (1987) "Reivindicações Territoriais e Estrutura Político-Econômica Regional" relatório de pesquisa não publicado. FEE, Porto Alegre, março/1987.
- MÜLLER, Geraldo (1985) "A Velha Senhora Agrária e seus Novos Balangandãs" *Novos Estudos CEBRAP*, n° 11, janeiro 1985, pp., 2-9.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (1987) *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*, Campinas, Papiros.
- OLIVEIRA, Suzana Beatriz de e Moura, Nina S.V. (1987) - "Projeto Calha Norte", trabalho elaborado na disciplina Geografia Política do Depto de Geografia/UFRS.
- PINTO, Lúcio Flávio (1982) "A Dimensão Social Omitida", *Ciência Hoje*, ano 1, n°3 nov/dez, p. 46.
- "Projeto Calha Norte: O Futuro da Amazônia Está em Discussão", *Jornal A Crítica*, Manaus, 02/12/86.
- Protocolo Regional*, em 19/08/87/
- RATTNER, Henrique (1985) "Transnacionalização do Capital e Organização do Espaço". *Espaço e Debates*, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n° 13 pp. 5-11.

- "Reunião dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul" — em 16/12/87, Secretaria Especial para Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul.
- Reunião dos Representantes dos Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e das Províncias de Comentes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé com o intuito de concluir o Projeto Regional Fronteiriço, em 21/01/88, promovida pela Secretaria Especial para Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.
- SALAMA, Pierre (1984) - "Endividamento e Penúria Urbana?" *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 5 (2): 3-14.
- SALAMA, Pierre (1987) - "Brasil: Uma virada". Considerações sobre a Industrialização e a Desindustrialização — Ensaio FEE, Porto Alegre, 8(41): 21-36.
- SANTOS, Milton (1979) — "Do Espaço sem Nação ao Espaço Transnacionalizado" in RATTNER, Henrique (org): *Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, pp. 143-161.
- SANTOS, Milton (1984) - "Novo Espaço, Nova Urbanização", in *Espaço e Debates*, ano IV, n° 13.
- SILVA, Adroaldo M. da e SCHOR, Silvia Maria (1979) - "A internacionalização da Economia Brasileira" in RATTNER, Henrique (org): *Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, pp. 32-47.
- SILVA, Armando Corrêa da (1979) "Metrópole: Cidade Inchada ou Nova lógica do Capital?" *Ciência e Cultura*, 37 (8) pp. 1267-69.
- VALVERDE, Orlando (1982a) - "O Problema Florestal da Amazônia" in MOREIRA, Ruy (org): *Geografia: Teoria e Crítica: O Saber posto em Questão*, Petrópolis, Vozes, pp. 185-196.
- VALVERDE, Orlando (1982b) - "Desenvolvimento e Equilíbrio Ecológico" in *Amazônia: Problemas e Impasses - Boletim Carioca de Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros - secção RJ. pp. 119-137.
- WETTSTEIN, German e CAMPAL, Esteban F.- (1984) - "Agricultura e Geopolítica in la Cuenca dei Plata" in: *Seleção de Textos* n° 9, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção SP, pp. 1-19.
- WOORTMANN, Klaas (1984) "Família Trabalhadora: um jeito de sobreviver" *Ciência Hoje*, julho/agosto, Vol. 3, n° 13.

Relação Espaço/Tempo: Considerações Sobre a Materialidade e Dinâmica da História Humana

Wagner Costa Ribeiro*

O que é tempo? O tempo é uma coisa? O tempo é tomado? É expresso? É coisificado?

E o espaço, o que é? Síntese das espacialidades? Opõe-se às espacialidades? São as espacialidades? É tempo materializado? É social? É natural? É síntese do natural/social? É produto? É palco?

Uma série de questões podem ser levantadas para qualquer definição que se venha a dar, tanto para o espaço, quanto para o tempo. Entretanto, as respostas vão dirigir para determinadas relações, entre o espaço e o tempo.

Não pretendemos, neste trabalho, apresentar todas as possíveis definições (e suas relações) do espaço e do tempo. Tal feito mereceria um levantamento bem mais amplo do que fizemos. Todavia, os autores nos quais pautamos este texto são expressões que nos permitem apresentar algumas considerações, ainda que breves, sobre a relação espaço/tempo. Assim, o que se seguirá, deve ser visto como uma tentativa primeira, para nós, de sistematizar algumas impressões a respeito do espaço, do tempo e de suas relações.

O ritmo e a produção: A apropriação do(s) tempo(s)

Já são conhecidas as transformações que o modo de produção capitalista trouxe às relações entre as pessoas. A expropriação da maior parte dos trabalhadores dos meios de produção levou-os a depender da

venda da sua força de trabalho para subsistir. Mas, além disso, levou-os a abrir mão, ao mesmo tempo, do *seu tempo, seu ritmo, e sua produção*.

A iniciativa e a livre escolha do que fazer, além da possibilidade de não fazer, estavam presentes para cada indivíduo nas sociedades primitivas. De forma relativamente autônoma, ocupavam-se do seu tempo, produzindo o que desejavam, dando a si mesmos o ritmo, ou seja, estavam sujeitos ao tempo auto-imposto, pelas necessidades concretas da subsistência, além do tempo da natureza, aquele necessário para o desenvolvimento do que viria a consumir.

No feudalismo, os trabalhadores recebem uma parcela da área do feudo para trabalhar para o senhor feudal. Têm seu tempo tomado pelo senhor, em troca da possibilidade de ter terras para cultivar e subsistir, além da segurança oferecida pelo senhor.

Ao mesmo tempo, estão sendo criados os elos que vão ser a gênese da opressão e da dominação dos trabalhadores pelos não produtores diretos. A tomada do tempo, a não possibilidade de se ocupar com o *seu tempo*, e a necessidade de se adequar ao ritmo e tempo da produção do outro, o proprietário, ou quem paga pelo uso do tempo do trabalhador.

Da posição de escolha do que, como, onde e quando fazer, passa-se para o fazer agora e em determinado local. E a perda parcial de autonomia, que daí para a frente, tende a ficar cada vez menor. Sim, pois no feudalismo, parte do tempo do servo era livre para cultivar para si. Tinha então, a opção de ocupar-se do tempo, de produzir o tempo, de acordo com o que entendia ser necessário.

Autonomia. A reconquista desta é uma das bandeiras da classe trabalhadora, hoje. Parece-nos pequena, quando reivindicada apenas para a organização dos trabalhadores. Existe a necessidade de se lutar pela retomada do tempo, da autonomia para fazer ou não, da efetiva livre escolha de como empregar o *seu tempo*.

Mas e uma luta que na história redundou em elementos de gestão e imposição cada vez maiores para o controle dos trabalhadores. Esta classe, ainda vencida, não pode deixar de anotar no seu projeto político, nas suas diretrizes de ação política, a reconquista do tempo.

Não se trata de apresentar aqui uma visão evolucionista da história da apropriação do tempo, mas sim, de destacar, ainda que não exaustivamente, as formas que as relações entre as pessoas foram tendo, de acordo com as relações de produção vigentes e sua relação com o tempo.

Temos claro que a apropriação do tempo da classe trabalhadora vem num crescendo, desde que foi expropriada dos meios de produção necessários à subsistência. A partir de então, passam a ter sua produção

vinculada a terceiros, criando, nos produtores diretos, a necessidade e o vínculo de estarem presentes juntos das imposições daqueles.

As alterações das relações de produção se fizeram acompanhar de um "progresso técnico". Um progresso técnico que passou a empregar trabalhadores de modo cada vez mais especializado tirando, de sua maior parte, a possibilidade da criação na produção. É preciso ressaltar que nos processos produtivos em vigência nos nossos dias, algumas funções são desempenhadas de forma criativa. Em outros casos, tais funções ensejam poder de decisão, de controle, de mando. Nestas situações, o trabalhador tem a possibilidade de fazer o tempo da reprodução ampliada do capital de modo pessoal, ou seja, é permitido a ele trabalhar de modo criativo, tomar decisões, pois espera-se isso dele. Entretanto, a repercussão de suas decisões e iniciativas, são percorridas por determinações várias, que levam em conta a lógica do capital, que é a sua reprodução ampliada.

Embora tratando-se de uma minoria, estes trabalhadores fazem o seu tempo na produção, mesmo que de modo agregado aos controles impostos pelos mecanismos que o próprio capital cria para se ampliar. Não estão ainda, fazendo o *seu tempo*, no sentido pleno de pensar uma lógica que coloque as suas necessidades. É claro que estas necessidades no mundo contemporâneo se colocam de forma complexa, com a tecnologia criando novos recursos de ação para a satisfação daquelas, ao mesmo tempo que as recria, sobre outras formas.

Ao lado desta minoria, que ocupa uma posição de destaque no processo de reprodução ampliada do capital, temos todo o contingente de trabalhadores que se vêem obrigados a desenvolver um trabalho repetitivo, onde não há a possibilidade de ação pessoal. Tal contingente é treinado e disciplinado, de modo a desenvolver tais funções.

O tempo disciplinar: a contribuição de Foucault

Foucault (1987) apresenta de que modo os indivíduos são treinados e disciplinados para o desempenho de funções no sistema capitalista.

A escola, o processo do qual resultaram suas formas e funções em uso ainda hoje é exposta de modo a evidenciar o objetivo da dominação. É o saber instituído impondo-se ao saber existente. A dominação de um saber apropriado por um saber de fato. A disciplinarização da escola, via apresentação de uma série de "disciplinas", visam trabalhar a realidade de modo compartimentado, especializado, dividido, e, principalmente, disciplinando o saber, afirmando o que é o saber, negando o que não couber nas suas definições.

Afora isso, tem-se o espaço da sala de aula e da escola, como também reproduzidor das relações de dominação. O espaço disciplinar leva a

comportamentos hierarquizados com a valorização do professor, da sua autoridade, frente aos alunos. É o controle dos atos dos alunos pelo professor que insere nos alunos a perspectiva da dominação, ao mesmo tempo que permite ao professor a sensação de dominador.

O controle do tempo é apresentado como tendo ligação imediata ao controle do corpo. E o tempo disciplinar controlando o corpo. Uma boa postura, uma posição correta, um movimento seguro, são vitais para o bom andamento da produção. O corpo é inserido e moldado para executar as tarefas da produção. E o poder instalado também no corpo do executante, na imposição de atos, posturas e movimentos (Foucault, 1987, p.138 e 139).

"O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (Foucault, 1987, p. 138). Neste controle do corpo, o controle do pensamento também se faz presente. O direcionamento dos atos, dos movimentos do corpo e seus membros, leva à apreensão destes. Nestas ocasiões, o tempo passa e o trabalhador passa com ele. É o tempo da produção, da circulação, enfim o tempo da reprodução ampliada do capital apresentando ao trabalhador a sua posição, postura, movimento, o seu tempo, enfim determinando a sua existência, quando do ato desenvolvido.

Sem falar no espaço da produção: a fábrica, síntese da especialização e da dominação do trabalhador e do tempo da produção. A fábrica traz, na sua hierarquia, a representação explícita do poder, do fazer e do mandar fazer¹.

O tempo de produção e de circulação

A tecnologia disponível nos dias de hoje, permite a circulação extremamente rápida, se compararmos ao início deste século. Todo o desenvolvimento tecnológico, principalmente no setor de comunicações (a criação dos satélites, aviões supersônicos, da informática, só para citar alguns exemplos), diminui o tempo necessário para o transporte de mercadorias, de pessoas, de informações.

Concomitantemente, a oligopolização da economia, com a formação do capital monopolista, diversificou a produção, embora concentrando o controle nos grupos monopolistas.

Virílio (1984, p. 49) apresenta a velocidade, em nossos dias, como o poder máximo. O controle do tempo, e a possibilidade de diminuí-lo,

¹ Para uma leitura introdutória sobre o sistema de fábrica que impera em nossos dias, além dos desdobramentos ao nível da ação cotidiana das instituições e empresas, ver de DECCA, E., *O nascimento das fábricas*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

esgotá-lo, seria o grande elemento capaz de dispor poder, a quem tem esta possibilidade.³

Na verdade, o que se verifica é um setor de ponta, tecnológico, enraizado na indústria bélica, que é a grande responsável pelas descobertas e avanços, principalmente na esfera da comunicação, entendida como o transporte de mercadorias, pessoas e informações.

E a circulação ganhando espaço, num mundo em que os lugares ficam menos distantes. A leitura de um país, rastreado por um satélite, pode se dar dias após a passagem do satélite que, ciclicamente, rastreia tal país, permitindo um acompanhamento territorial num tempo antes imaginado. A partir de uma antena receptora de sinais eletrônicos e após o seu processamento, chega-se à imagem, à representação espacial do território.

A possibilidade de mapear o mundo, sistematicamente, em poucos dias, permite um conhecimento da situação de um produto a nível mundial. Daí, parte-se para as estratégias de mercado para garantir o maior rendimento possível para o capital, graças à circulação das informações levantadas com os recursos técnicos disponíveis.

Não seria de grande validade um menor tempo na produção, se não tivéssemos uma circulação rápida, de informações e de mercadorias. A produção hoje possui dois tempos, um deles vinculado ao tempo de circulação.

O primeiro tempo da produção é o da efetiva produção. É o tempo gasto para concluir o produto, e que, graças também aos avanços tecnológicos, tem diminuído consideravelmente. A Volkswagen do Brasil levava, em 1985, seis minutos para montar um Fusca. Já um Santana, o carro mundial daquela empresa, saía da linha de montagem em três minutos. Para um produto mais avançado tecnicamente, menos tempo empregado na produção.

O exemplo da linha de montagem mostra o vínculo entre o tempo da produção e o da circulação. No caso do carro mundial, a montadora recebe partes do carro que são produzidos nas mais diversas partes do mundo. A existência de meios de transporte rápidos, no sentido de que tornam viáveis o transporte em tempo hábil para o ingresso na linha de produção, permite que se instale uma fábrica em determinado país e que

Paul Virílio tem como cerne das suas reflexões a velocidade, fundamento da "Dromologia", criada por ele, que "é a lógica da corrida" ao poder. Defende a tese de que nas leituras sobre a política se esqueceu de considerar a possibilidade de acesso ao poder, justificando assim a Dromologia que procura dar conta da lógica que permite a alguns, e não outros, chegar mais rápido ao poder.

desta saiam peças para montar um carro em outro país, que, eventualmente, exporta para um terceiro, o carro.

Mas o tempo de produção afeta diretamente a quem produz diretamente. É o tempo que abarca por completo o tempo do produtor direto, não permitindo a este desenvolver o seu tempo, suas expectativas de forma livre e autônoma, pois até o seu "tempo livre", fora da produção, é apropriado.

Lefebvre ilustra esta questão, apresentando os "... tempos livres, enquanto libertação ilusória, enquanto extensão do capitalismo, trazendo uma contribuição *ativa* à consolidação das suas relações essenciais". (Lefebvre, 1977, p. 229). São os "tempos livres" que permitem ao trabalhador repor suas energias para retornar ao trabalho. Assim, o tempo livre não compõe o tempo da produção, embora esteja vinculado a este, pois vai dar condições ao trabalhador de produzir, segundo o tempo da produção.

Outro aspecto levantado por Lefebvre diz respeito ao lazer no capitalismo. Vinculado ao "tempo livre", a expectativa de escolha de como tratar e produzir o seu tempo "livre" se vê barrada pela produção de lazes pelo capitalismo. "Os lazes entram assim, na *divisão do trabalho social* (...), porque passa a existir uma indústria dos lazes, uma vasta comercialização dos espaços *especializados*, uma divisão do trabalho social, projetada no território, e que entra na planificação global" (Lefebvre, 1977, p. 247).

Desta forma, o capital vai ter também no "tempo livre" do trabalhador, a possibilidade de se reproduzir de modo ampliado.

Quanto ao tempo de circulação, o caráter do desenvolvimento tecnológico aparece como de grande importância, pois é o que vai viabilizar, através da criação de meios os mais diversos, a rápida transposição dos espaços. É a condensação de informações, apresentadas de forma rápida para todo o mundo. Não se espera o desenrolar, acompanha-o, se assim o desejar, pois o mundo é acompanhável por todos que o habitam, desde que se possuam os recursos técnicos para tal. Um aparelho de TV, um rádio, bastam para se chegar ao mundo apresentado, encurtado.

O tempo para percorrer o espaço diminui. Encurta as distâncias, permite o controle de outros lugares, a partir de uma determinada localidade que disponha de uma rede de informações. É o ir e vir no espaço dos fluxos com informações, pessoas, mercadorias, num tempo tal que permite o escoamento e atendimento da demanda para a produção e o consumo. Um consumo desigual, pois não é a maioria que vai consumir os produtos, devido à posição desigual no processo mundializado.

A diminuição do tempo na circulação é uma das alternativas para a reprodução ampliada do capital. A rápida circulação acelera o ciclo do capital que acompanhada do desenvolvimento tecnológico no sentido de aumentar a produtividade, isto é, produzir mais, empregando o mesmo período de tempo do trabalhador, permite ao capital uma circulação nunca vista antes. Os fluxos de papeis, informações, mercadorias, ganham um potencial de reprodução para o capital na medida em que diminuem o tempo do ciclo do capital, fazendo com que as inversões tenham um retorno mais rápido. A extração da mais-valia relativa, quando do aumento da produtividade (Santos, 1982, p. 159), associada ao monopólio dos fluxos, garantem a renda para o capital. Considerando-se o momento atual do capitalismo monopolista, onde os grupos monopolistas detêm o controle tanto da produção quanto da circulação, a acumulação do capital, acaba concentrada nestes grupos. Portanto, o tempo da circulação associado ao tempo da produção estão sujeitos à lógica geral da acumulação monopolista do capitalismo atual, que é a da reprodução ampliada, porém concentrada, do capital.

O tempo de reprodução ampliada do capital

Vesentini apresenta "... a temporalidade una para todas as sociedades, a temporalidade capitalista..." (Vesentini, 1987, p. 11) como sendo a que impera nos dias de hoje. É o tempo do capital, da sua reprodução ampliada que insere nos indivíduos, de modo desigual, entretanto, único, o tempo. O tempo da apropriação da natureza, da exploração do trabalho do homem, da extração dos recursos naturais, independentemente de conhecer, ou quando conhece, ignorando o tempo da natureza, na sua reciclagem e produção de recursos, enfim, o tempo da determinação do capital e sua lógica de reprodução ampliada e concentrada.

Mas não é uma determinação apenas econômica, política, social, ou qualquer outra que se queira atribuir. É uma determinação que se perpetua no modo de existir dos homens, que vem produzindo um tempo tal que impede a quebra de sua unidade. Ou melhor tem impedido. São conhecidos na história vários momentos de tentativa de quebrar o tempo capitalista imposto. Mas será que se quebrou efetivamente o tempo capitalista, ou as estruturas de dominação que garantem a sua continuidade?

A busca de alternativas para a produção das necessidades do homem e, conseqüentemente, das relações entre os homens para superar as necessidades que estão hoje socializadas, após o modo de produção capitalista, acarretou uma mudança expressiva do controle do fazer, do pensar, do querer. Nos países ditos socialistas, onde a lógica do

capitalismo aparentemente não existe, temos a manutenção do controle do tempo, da hierarquia, da divisão do trabalho.

O modo de produção capitalista, não é apenas um modelo de acumulação do capital. É também, e talvez principalmente, um modo dos homens se relacionarem na produção. Este é o ponto central do modo de produção capitalista. A acumulação do capital que este modo de produção permite pode vir a ser socializada. Não temos ainda, no mundo, um país onde isto se aplique. Mesmo nos países do socialismo real, verificamos o acúmulo do capital, entretanto, não de forma "privada", mas sim, "privativamente" pelo Estado e pelas camadas tecno-militar-burocráticas que estão no poder.

As relações entre os homens, oriundas do modo de produção capitalista, trazem em si a divisão do trabalho. Uma divisão que incorpora a hierarquia, a funcionalidade, transformando os homens em algo útil e pago, como uma mercadoria. O tempo útil de um indivíduo assegura-lhe o direito de exercer uma atividade pelo período que o considerarem apto para tal. Os aspectos físico-biológicos da existência deste indivíduo são ponderados na lógica do capital, que se apropria do período útil de vida do trabalhador. A transformação do homem em coisa, pelo homem, dá o sentido de "vida útil", tempo da força de trabalho disponível e apta para desempenhar uma função do capitalismo. E numa etapa em que o capitalismo monopolista tem por objetivo o tempo, controlá-lo e diminui-lo, ganha destaque a utilização do tempo útil do indivíduo.

Vivemos num momento histórico, onde o tempo é de extrema importância e significado. Um tempo que se redimensiona, redimensionando o espaço. Neste momento da história, os espaços estão voltados para a concentração via controle e monopólio de informações, dos fluxos, já que a produção está concentrada nos espaços produzidos por este tempo.

A relação espaço/tempo

No presente trabalho, estamos priorizando o tempo ao invés do espaço, na análise da relação espaço/tempo. Como geógrafo, tal fato não deveria ocorrer pela tradição da geografia em tratar do espaço. Mas, para trabalhar com o espaço produzido, é necessária uma leitura deste espaço, das suas relações e das relações que o materializaram. Partimos do pressuposto que o espaço produzido é a materialização do tempo, através do trabalho dos homens. E que o tempo tem na gênese do espaço, um aspecto objetivo, que é o contato com o espaço, e outro subjetivo, que se passa na produção do tempo, através do pensamento. Longe de apresentar uma divisão dicotômica (objetivo/subjetivo) do tempo, queremos enfatizar a ocorrência destas duas componentes, que interagem na produção do

espaço. Além disso, o caráter da apropriação do tempo de uns homens por outros dá a alguns a oportunidade de produzir o tempo, e o espaço, enquanto que para outros cabe apenas a materialização do tempo no espaço. Ou seja, para alguns cabe apenas trabalhar com o lado "objetivo" do tempo, pois a sua concepção foi feita por outro.

De que tempo estamos tratando? Ou de quais já tratamos? O disciplinar, o da produção, o da circulação e o da reprodução ampliada do capital. Todos vinculados ao homem, às relações entre os homens. Apresentaremos o tempo social, síntese dos tempos das relações entre os homens.

O tempo social caracteriza-se pela ação dos homens e entre os homens no espaço. Daí estar entremeadado de outros tempos, que vão caracterizar as relações que estão se desenrolando naquele espaço, dando a este sua especificidade.

No tempo social, temos o tempo disciplinar, caso a relação entre os homens assim dispor, ou mesmo os tempos da produção ou da circulação. A composição e definição do tempo social remete-nos a definir os tempos já apresentados como integrantes deste todo, que foram compartimentadamente expostos.

Neste momento, devemos falar do espaço. Sim, pois é nele que se expressam os tempos, as temporalidades do tempo social, é aquele que caracteriza o tempo de uma determinada relação social. É num espaço construído, instituído e produzido, que vão materializar-se as temporalidades e o tempo social, através do trabalho dos homens, e das relações entre os homens.

No espaço social, teremos materializados os tempos vários que o compõe, e que constituem o tempo social. Assim, o espaço não seria apenas uma "... acumulação desigual de tempos..." (Santos, 1976, p.21) mas, também, trabalho materializado, já que os tempos vão materializar-se no espaço, segundo as relações de produção e de dominação, empregando-se os tempos que forem necessários para a produção do espaço.

O tempo social expressa-se no espaço materializado, ao mesmo tempo em que é a materialização do espaço. Significa este momento, no *movimento* que caracteriza a relação espaço/tempo. Daí não ser apenas concreto mas, sim, um dos fatores da materialidade do espaço. Daí ter um caráter subjetivo, pois é um dos componentes da prática de quem efetivamente produz o espaço, segundo suas versões, segundo quem produz o tempo, hoje.

O tempo social traz consigo os tempos materializados concretamente no espaço. São os tempos pensados e materializados pelo trabalho humano que produzem o espaço. A herança destes tempos no espaço é

retrabalhada visando à adequação ao tempo dos homens que dominam, no mundo contemporâneo, as condições e os meios de intervirem no espaço produzido socialmente.

O tempo é objetivo, quando se torna a expressão do tempo no espaço, via trabalho humano. O tempo mostra-se subjetivo, quando elabora sua expressão no espaço. Em se tratando do espaço social, aquele que é produzido e/ou apropriado segundo relações entre os homens, o tempo objetivo mostra-se no movimento que caracteriza a relação espaço/tempo, através da materialidade do trabalho no espaço. Já o tempo subjetivo, é a expressão do vir a ser que o espaço tomará, no instante imediatamente anterior à sua materialização no espaço, via trabalho humano.

Para Oliveira "... o traço geral do espaço e do tempo, consiste no fato de que neles estão unidos os momentos de mutação e de estabilidade" (1982, p.97). É o vir a ser chocando-se com a inércia do espaço. A isto, corresponde que todas as relações do espaço/tempo são entremeadas de ações passadas, que expressam no presente, que trabalha o futuro (Santos, 1978, p.205). O conflito entre o novo e o velho se apresenta, de modo prático, no espaço, e influi a ação no tempo.

Quando se produz o tempo, a produção do espaço que corresponderá à materialização deste tempo trará em si, valores do passado. Até porque a produção do tempo se dá subjetivamente, e portanto, está vinculada à vivência do indivíduo que o pensa. Pensar o tempo para produzir o espaço implica apreender, no espaço, os tempos materializados e os vividos, sendo estas algumas das determinações que vão definir o pensar o tempo. Não se trata de um determinismo espacial, mas de se considerar o trabalho materializado no espaço como tempo pensado e expresso no espaço, que diziam respeito às relações outras, entre os homens. A destruição abrupta do espaço produzido implica na ruptura da lógica do tempo naquele momento, para a criação de um tempo novo, que foi pensado no espaço e nos tempos nele materializados. Por outro lado, os tempos vividos, vivenciados, podem ser interiorizados no pensamento, gerando uma reflexão que é una, pois considera a vivência de quem pensa. Por isso, tem uma componente subjetiva. Fazer o tempo, produzi-lo no espaço, significa materializar com trabalho as expressões pensadas. No fazer, nem sempre o pensado é o expresso. Porque o fazer está em contato com o espaço, e com as influências e determinações deste. Não significa que se pense algo e se faça, na prática, outro, mas sim que o pensar se dá num tempo que é anterior ao fazer, que portanto ocorre em outro tempo, e no contato com o espaço. Pensar e fazer ao mesmo tempo, ocorre quando se tem pleno domínio do fazer e se prepara para a ação próxima, no instante

imediatamente posterior à ação. Pensar no tempo significa preparar a ação que o tempo pensado vai expressar no próximo instante e que se choca com o real materializado no espaço. Fazer o tempo é dar vazão ao instante pensado, materializando-o no espaço, levando em conta a inércia do espaço.

Quando alguns pensam o tempo, e outros o fazem, temos a divisão do trabalho. A produção do tempo passa pela materialização no espaço. É o pensado materializado, chegando ao espaço produzido. A apropriação de tempos para materializar o tempo pensado caracteriza a reprodução ampliada do capital. Assim, o espaço produzido não vai imediatamente demonstrar as relações entre os homens que o produziram. Quando se tem apenas a materialização do tempo, não se sabe de imediato se quem o fez pensou o tempo. A leitura do espaço não pode ficar apenas no tempo impresso nele, mas deve buscar as relações que lhe deram aquela feição, que é a síntese do fazer e do pensar. A apreensão destas relações passa por saber quem produziu o espaço materializando o tempo, e quem pensou o tempo para materializá-lo no espaço.

A ação involuntária também expressa-se no espaço. É o impulso que se choca com o espaço. Um ato sem pensamentos, ou arquivado na nossa memória, que numa ruptura da lógica vai chegar ao espaço, alterando-o. O não controle da ação involuntária passa pelo não conhecimento imediato do produto da ação, pois não foi mediatizado pelo pensamento, pelo controle pessoal.

Pensar o tempo é dar vazão à sensibilidade acumulada na vivência específica, para agir de modo a trabalhar as suas necessidades. Que estas, hoje, são sociais, não há dúvida. O problema é que as necessidades socializadas não trazem respostas únicas, mas sim pessoais, na expressão dos indivíduos, e de sua classe social. Um problema que se transforma em grande virtude, pois dá o sentido pessoal, tirando do *único* a expressão segura e totalitária de apenas alguns indivíduos no espaço. O problema é conseguir produzir um espaço onde a pluralidade de expressões sejam compatibilizadas, não de modo funcional apenas, mas de maneira que as diferenças se representem no espaço, de modo pessoal e criativo, onde todos materializem no espaço o *seu tempo*, produzindo-o. Neste caso, estarão produzindo um espaço que expressará os seus desejos.

Os espaços produzidos no tempo do capitalismo monopolista

Na época da concentração e reprodução ampliada do capital fundamentando a ação das classes que dominam os meios de produção, o tempo pensado por eles vai materializar-se de modo particular no espaço. Apresentaremos a seguir, de modo bastante breve, algumas expressões do

tempo no espaço, destacando a concentração, característica principal do espaço produzido nos nossos dias.

A concentração da produção é notória atualmente. Basta ver as concentrações industriais, a agricultura mecanizada, a pecuária intensiva, para se ter uma noção da concentração espacial da produção.

Por outro lado temos a concentração populacional, via urbanização. É um espaço produzido para a reprodução da força de trabalho, além de ser o canal de emissão e recepção de fluxos. A cidade de hoje é um espaço produzido socialmente, que traz, na sua lógica, a lógica do tempo da reprodução ampliada do capital. A presença dos terminais dos fluxos se manifestam nos organismos financeiros. A concentração populacional garante o consumo das mercadorias, dando à cidade o caráter, também, de finalização do ciclo do capital. Aliás, uma finalização, ininterrupta, que se verifica nos fluxos. A própria circulação de moedas, de papéis, faz-se desnecessária. Circulam-se sinais eletrônicos que sintetizam o volume de negócios, passando, circulando, as informações.

Assim, podemos falar de um espaço mundializado, que se relaciona a partir da possibilidade de comunicação entre os países que participam de determinados fluxos. E tem sido nas cidades, então mundializadas, ou seja, participantes de relações tais que a apresentam como componente do fluxo de uma determinada mercadoria, seja esta tecnologia, informação, matéria-prima, que o espaço tem sido produzido para servir de meio para a reprodução e dominação da força de trabalho.

Trazemos de Vesentini algumas das racionalidades que se expressam nas cidades, sobre o tempo da reprodução ampliada do trabalho. "Os espaços são concebidos em termos de funções... organiza-se territorialmente a cidade... visando fundamentalmente a sua 'produtividade' ou funcionalidade" (Vesentini, 1986, p.154). A organização funcional do espaço existe segundo a lógica do tempo presente, o da reprodução ampliada do capital. Contrapondo-se a ele temos as lógicas outras, que acabam incorporadas àquela.

Na síntese do espaço/tempo "urbano", estão presentes o tempo disciplinar, o tempo da produção e da circulação, caracterizando relações sociais que produziram este espaço, suas espacialidades, por isso não desarticuladas do espaço/tempo "rural". "Não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição 'urbanidade/ruralidade' se acentua em lugar de desaparecer, enquanto que a oposição cidade-campo se atenua" (Lefebvre, 1969, p.67). Concordamos que não há desaparecimento de uma centralidade. Ao contrário, a etapa monopolista do capitalismo tende a reforçá-la.

No espaço produzido no campo, também temos o tempo do capital atuando, seja nas técnicas de cultivo, seja nas relações que daí aparecem entre os homens, seja ainda, na apropriação do espaço onde se dá a produção. A homogeneização de culturas é uma das expressões do espaço rural, com a concentração definindo a materialidade do tempo imposto.

Oliveira (1981, p.9) apresenta as várias formas que o capital cria para se apropriar da renda da terra. Diríamos que esta apropriação se dá também através do tempo imposto, seja na circulação, seja na produção. As formas que o capital encontra para se reproduzir, em alguns casos, não altera o tempo de produção, enquanto vincula a circulação ao tempo do capital. "No processo contraditório de apropriação da renda da terra pelo capital, assistimos portanto, de um lado à unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado, ao processo de sujeição da renda ao capital nos setores da produção não capitalista, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês. Nesse caso temos a sujeição da renda da terra ao capital sem que se dê a expropriação dos instrumentos da produção" (Oliveira, 1981, p.9). Não existe a necessidade de expropriação. Mas sim, na lógica do tempo do capital, o monopólio da circulação permite a quem o possui, impor o seu ritmo, o seu tempo, e os mecanismos que são conhecidos para controlar o mercado e os preços. O domínio pleno do ritmo da inserção das mercadorias no mercado, permite o controle do fluxo. Através deste controle, a especulação sobre o produto.

Assim, a complementaridade urbano/rural, presente nos nossos dias tem, na lógica do tempo da reprodução ampliada no capital, a materialização dos espaços produzidos para esta lógica, onde a concentração expressa-se, e o monopólio impõe seu tempo.

Tentando fazer o tempo

Mesmo com a predominância do tempo da reprodução ampliada do capital, e da sua lógica, temos na organização dos trabalhadores, a tentativa de quebrar o ritmo, de alterar o tempo, de controlá-lo.

São inúmeros os exemplos de revolta dos trabalhadores contra a imposição do tempo na produção.³ Maroni (1982) apresenta como os trabalhadores de São Paulo organizaram-se e lutaram contra a imposição do tempo do capital. "O discurso da ação nos permite assim entrever que

Amnéris Maroni, em "A estratégia da recusa-Análise das greves de maio/78", São Paulo Ed. Brasiliense, 1982, demonstra o modo que os trabalhadores de diversas fábricas, em São Paulo, organizaram-se no movimento grevista de 1978, partindo da estrutura de trabalho de suas empresas, para propor formas de resistência na luta contra o capital.

o momento do conflito traz consigo a redefinição do *espaço*, do *tempo*. (...) O *espaço* desorganiza-se como técnica de enquadrinhamento e vigilância, o *tempo* deixa de pertencer ao capital, já não se restringe ao controle ininterrupto da produção, e, portanto, do produtor" (Maroni, 1982, pp.66 e 67). É a redefinição das relações de trabalho que fundamentou as alterações, ainda que momentaneamente, *do espaço e do tempo dos trabalhadores*, no caso estudado por Maroni. Quando os trabalhadores tiveram o controle sobre o seu tempo, a partir da lógica das suas necessidades e organizando-se para tal, alteraram as relações do espaço e do tempo.

"A greve (...), foi uma invenção formidável, muito mais do que as barricadas da revolta camponesa, porque ela se espalha por toda uma duração. Ela era menos uma interrupção do espaço (como é o caso da barricada) que de duração. A greve era uma barricada no tempo" (Virílio, 1984, p.42). A barricada no tempo é uma estratégia empregada pelos trabalhadores na luta contra o tempo do capital. Entretanto, precisa-se ir além. É necessário pensar o tempo, o tempo das necessidades e como materializá-los no espaço. Um espaço onde a singularidade das expressões se mostre com os tempos vários, e não único.

Bibliografia:

- DECCA, E. de - *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- FOUCAULT, M. - *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- *Vigiar e punir*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.
- LEFEBVRE, H. - *O direito à cidade*. Urupês - São Paulo - 1969.
- *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*, in: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. (orgs). — *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1977.
- MARONI, A. - *A estratégia da recusa*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, A.U. de - *Agricultura e indústria no Brasil*, in: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, n° 58, 1981.
- *Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética*, in: SANTOS, M. (org.) — *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- SANTOS, M. - *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido*, in: *Seleções de textos*. São Paulo, AGB, n° 1, 1976.
- *Por uma Geografia nova*. São Paulo, HUCITEC, 1978. - *Estrutura, processo, função e forma como categoria do método geográfico*, inédito, dat., 1981, 14 p.
 - *Cidade, mais-valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro*, in: Moreira, R. (org.) - *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis Vozes, 1982.

- SILVA, A.C. de - Contribuição à crítica da crise da Geografia, in: SANTOS, M. (org.) - *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- VESENTINI, J.W. - *A capital da geopolítica*. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- *Imperialismo e geopolítica global*. Campinas, Papirus Ed., 1987.
- VIRÍLIO, P. - Paul Virílio, o teórico da velocidade, in: entrevista concedida a PEIXOTO, N.B. - *Folha de São Paulo*, 08/08/1987.
- VIRÍLIO, P. e LOTRINGER, S. - *Guerra pura*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

Gestão Democrática do Espaço e Participação dos Geógrafos

José Borzacchiello da Silva*

O caráter corporativista que identifica a formação e o desempenho dos profissionais técnicos, tão em evidência nos últimos anos, exige cada vez mais uma desmontagem da moldagem ideológica que durante todos esses anos compartimentou o conceito de ciência e fracionou grupos de cientistas e pesquisadores. A criação de planos cada vez mais ambiciosos de especialização resultou no surgimento de novos ramos científicos, alguns tão independentes que acabaram tornando-se autônomos.

A Geografia, como campo do conhecimento que se estruturou cientificamente nos últimos séculos, com sua natureza generalista e seu cunho regional que procura mostrar a síntese, foi por muito tempo uma área em que a participação de seus profissionais vinculou-se sobretudo à narrativa de viagens. Nessas viagens, ou expedições, o relatório descritivo da "paisagem" constituía um arcabouço detalhado das características físicas onde as sociedades, ou seja, os seres humanos se assentavam. A separação entre o interesse pela análise do fisiográfico e a busca pela compreensão do social, tida anteriormente como antropogeografia, e, mais tarde, como geografia humana, talvez ainda não tenha sido superada, posto que a maioria dos geógrafos permanece "míope" com relação à unidade teórico-metodológica do objeto da Geografia. Essa unidade só poderá ser apreendida através da análise do espaço geográfico enquanto objeto da Geografia, por ser ele o "locus" privilegiado das relações sociais de produção. O espaço geográfico propriamente dito é aquele onde os elementos formadores do chamado quadro natural, ou seja, da natureza, constituem condição "sine qua non" para que subsista a sociedade.

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará -Fortaleza.

De posse dessa unidade, o geógrafo, enquanto profissional de gabinetes ou de sala de aula, que conhece e analisa o espaço geográfico - este enquanto morada do homem - pode dar uma contribuição significativa para o processo democrático de gestão do espaço. Como a gestão democrática contém no seu bojo todas as implicações políticas, econômicas e sociais que intervêm no espaço, fica claro que para assimilar a realidade de um dado espaço, o geógrafo profissional deverá compreender o espaço como resultado de múltiplas determinações históricas da sociedade. Sabe-se que o espaço geográfico contém e manifesta as relações de poder, a apropriação privada ou não do solo, dos recursos disponíveis e dos meios de produção, que constituem elementos fundamentais para que se compreenda o estágio, nível ou forma como uma dada sociedade está estruturada.

Na maioria dos casos, as sociedades não sobrevivem sós, independentemente, mas possuem uma base espacial que contém e registra nela própria as relações de produção geradas em seu interior. Assim, as relações entre os múltiplos espaços diferenciados ocorrem historicamente a partir da circulação de pessoas das diversas classes sociais (isto numa sociedade de classes como a nossa), de mercadorias e de capital.

A apreensão dessas relações e a possibilidade de se apresentarem propostas alternativas, capazes de propiciar um redirecionamento quanto ao uso, ocupação e produção do espaço geográfico pelos grupos sociais especialmente aqueles formados pela enorme massa de desassistidos, constitui a contribuição efetiva que o geógrafo pode oferecer à sociedade de um modo geral para a compreensão analítica do espaço.

A prática profissional do geógrafo está intimamente vinculada à ação oficial, por ser o Estado o grande e talvez o único empregador do técnico. O geógrafo, enquanto professor, também tem no Estado o seu maior empregador. É significativa a rede de escolas particulares de 1º, de 2º e de 3º grau onde os geógrafos desempenham atividades profissionais. Sendo tão importante a ação do Estado, e, considerando-se que é enquanto técnico que a ação do geógrafo mais se evidencia, merece destaque, neste caso, a regulamentação da profissão que, privilegia apenas o bacharel, na condição de geógrafo técnico. A Lei 6664/79, que regula e controla via CREA o exercício profissional do geógrafo-técnico, pressupõe uma ação compartimentada, de acordo com um perfil contido no seu corpo como instrumento legal. Mesmo uma análise superficial revela essa compartimentação do conhecimento geográfico, não definindo uma atuação processo, visto que sua aplicação não traduz as necessidades próprias de uma situação de gestão democrática do espaço. Ela expressa muito mais

um caráter de atividade estanque do que o conjunto organizado e sistematizado de conhecimento que deve reger um campo científico.

Enquanto professor, a ação do geógrafo é analisada aqui como a daquele profissional que repassa o conhecimento geográfico produzido. A excessiva carga horária à que fica submetida a maioria dos professores e os baixos salários pagos praticamente impedem que eles aprofundem seus estudos e que também sejam produtores do saber geográfico. Poucos são os professores que trabalham criticamente com seus alunos, no sentido de que eles possam perceber-se como cidadãos que habitam um espaço geográfico, reconhecendo que esse mesmo espaço é resultado do trabalho coletivo determinado pelas relações sociais de produção. A Geografia assim ensinada contribui para que o aluno sinta-se produtor e usuário de seu espaço de vivência e de experiência. Dessa forma, ele percebe sua posição sócio-espacial e sem dúvida descobrirá os condicionantes sociais contidos no processo de produção do espaço e as razões de sua diferenciação. Assim, ele deixa de estudar o espaço através da Geografia, como um mero espectador que o analisa e observa como se este lhe fosse exterior.

A base e a fundamentação do engajamento do geógrafo num processo de gestão democrática do espaço não devem depender apenas de um estatuto legal. O pleno envolvimento do profissional de Geografia impõe que, a partir de uma reflexão crítica de seu papel social, surja uma ação, em que seu embasamento teórico-metodológico contribua para a análise da sociedade. Agindo dessa maneira, ele coloca e aplica seu saber e seu conhecimento acumulado a partir da experiência, em função de grande massa dos despossuídos. Só assim é possível o retorno daquilo que nele foi investido socialmente para que ele chegasse à universidade. Sabe-se que a sociedade gera seus profissionais; porém, estes só adquirem consciência de seu papel social através da práxis, onde sua ação é o próprio exercício de sua cidadania, de modo que o caráter de sua formação profissional decorra das oportunidades que lhes são oferecidas. Observando esse aspecto, torna-se possível uma prática consciente da profissão, evitando-se que o geógrafo seja um "tarefeiro" que executa projetos em muitos casos sem nenhuma relação com as reais necessidades da sociedade neles envolvida. Numa sociedade de classes como a nossa, a condição de classe indica que membros terão oportunidades de constituir e de perpetuar a classe dirigente como proprietária dos meios de produção ou como burguesia gerencial. Fica claro também que os elementos oriundos da burguesia não conseguem ou, na maioria das vezes, evitam sensibilizar-se com os problemas das classes subalternas. Assim, todo o cunho ideológico das classes sociais que formam seus quadros se reflete na formação

acadêmica. Surgem assim a maioria das "teorias" e dos "métodos científicos" capazes de explicar e de justificar a pobreza - tentativa de perpetuar a situação. Como o quadro é constituído por representantes da classe dominante, fica patente que essa visão tende a se reproduzir.

Os despossuídos, a grande maioria assalariada que praticamente compõe a base da sociedade na condição de massa trabalhadora, e que é numericamente pouco representativa nos gabinetes e no mundo acadêmico, constitui o *FAZER* da sociedade, operacionalizando aquilo que a minoria da classe dominante pensa hegemonicamente, visto que o pensar a sociedade tem sido tema de todas as classes, ficando porém restrita a primazia do controle ideológico à minoria dominante.

Esse pensar a sociedade hegemonicamente por uma minoria, permite pensá-la das formas mais diversas, ocasionando mecanismo capazes de alterar seu conteúdo social. Cultura e tecnologia são manipuladas de acordo com os interesses dominantes.

Ficam evidentes as dificuldades enfrentadas pelos movimentos populares quando preocupados em refletir sobre sua própria situação e condição. Nesse ato de reflexão, a própria linguagem analítica utilizada tem de ser emprestada à classe geradora dos conceitos e dos significados - a classe dominante.

Em nome da proteção da sociedade diante de uma prática profissional errada, inadequada ou defeituosa, surgem os conselhos profissionais e as delegacias de ensino, que se caracterizam mais pela proteção das categorias profissionais filiadas a elas, do que da massa espoliada de trabalhadores propriamente dita.

No caso específico da prática profissional do geógrafo, qual tem sido a ação do conselho e das delegacias de ensino para proteger realmente a sociedade? Como tem sido direcionada a ação de nossos profissionais quanto à questão dos sem-terra no campo e na cidade? Que mecanismos legais amparam a massa trabalhadora?

Constata-se que, para essa parcela representativa de nossa sociedade, não existem mecanismos legais capazes de defendê-la. No máximo surgem ações efêmeras, institucionalizadas, com o intuito de direcionar as massas, evitando conflitos sociais mais sérios. Sabe-se que esses mecanismos legais não significam direitos propriamente ditos a nível da prática. Em muitos casos, eles existem em forma de lei, sem que seus beneficiários em potencial sequer saibam da sua existência. Isso acontece porque sua origem não está vinculada à luta das massas trabalhadoras organizadas. Constituem, antes um produto da voz de outras classes, que falam em nome dos oprimidos impedindo que estes se pronunciem. Também soluções efêmeras, na tentativa de manter a "paz social" através

do fornecimento de alguns itens de infra-estrutura social, como concessão do Estado, não têm sido eficazes. Dia a dia aumenta a grande discussão popular pela questão da terra, seja ela rural ou urbana. Cada vez mais a luta por melhores condições de vida vem unindo camponeses e operários em busca de soluções comuns.

Em busca de uma práxis capaz de realmente criar uma sociedade democrática, justa e honesta é que se procura cada vez mais demonstrar aos nossos profissionais a necessidade de uma ação social capaz de solucionar as questões cruciais das massas oprimidas.

É nesse contexto que surge a experiência por nós realizada, em que como membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Fortaleza - nos juntamos a outros profissionais e a vários representantes das classes subalternas, num programa de gestão democrática do espaço. A prática aí nos mostrou como surgem alternativas de ação que provam as possibilidades de um trabalho coletivo, desmistificando aquela imagem de que o geógrafo só pode ter bom desempenho se trabalhar sob a tutela do Estado, isolado em seu gabinete ou mesmo em salas de aula. Descreveremos a seguir e analisaremos nossa experiência concreta, que consistiu de um ciclo de debates sobre a cidade de Fortaleza, realizado em cinco etapas e envolvendo um número representativo de moradores e de membros de associações de bairros e favelas da cidade. A ação, ou melhor, a predisposição para a ação decorreu da constante discussão sobre a lacuna freqüentemente percebida em trabalhos de equipe onde o geógrafo é praticamente ausente. Isso não quer dizer que ele não participe nunca. No caso específico de Fortaleza, é notório o interesse de alguns geógrafos, especialmente daqueles mais engajados na AGB, em participar de assembléias e movimentos espontâneos. A partir dessa vivência, sentimos de perto a necessidade de um envolvimento em trabalhos ou grupos mais efetivos, onde nossa contribuição não se resumiria no engajamento em movimentos relâmpagos, efêmeros. Esses movimentos, por sua vez, no auge de sua efervescência, que duram poucos dias, provocam uma agitação que movimentou uma parcela significativa da população atingida pelos problemas detectados. Satisfeita(s) ou não a(s) reivindicação(ões), tudo volta ao seu estado normal. Essa preocupação foi aumentando à medida que nossas discussões e a busca pelo aprofundamento teórico só encontraram resposta num trabalho efetivo, onde o geógrafo poderia engajar-se nas lutas populares como profissional e como cidadão e não apenas como um técnico que assume a postura de olhar de fora os problemas da comunidade. Engajar ou participar deve significar inserir-se no processo, de forma que seu envolvimento signifique que ele se torna parte inseparável do todo social.

A partir da nossa predisposição, surgiram oportunidades de trabalho em outras entidades, como o IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil, a FABFF - Federação das Associações de Bairros e Favelas de Fortaleza e a FASE - Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional. O IAB, dada sua semelhança com a AGB quanto à finalidade e do tipo de entidade, já possuía uma larga experiência em atividades dessa natureza.

Compor uma equipe multidisciplinar que contivesse sociólogos, arquitetos, agrônomos, e principalmente os oprimidos, através dos representantes de várias associações de moradores, constituiu sem dúvida, uma grande dificuldade, pela necessidade de o trabalho fundamentar-se numa produção coletiva.

Essa opção significou que o "discurso competente" da maioria dos técnicos, especialmente os de gabinete, não seria privilégio, pois a produção deveria refletir a heterogeneidade do grupo quanto a sua qualificação, vivência e objetivos.

A junção do *saber técnico* com o *saber popular*, ou seja o saber acumulado na universidade de um lado e o saber derivado da batalha do cotidiano por outro, depois de um longo período de planejamento, resultou numa excelente experiência.

A opção pela metodologia de trabalho mais adequada, aos olhos dos membros do grupo, resultou em reuniões semanais, onde a elaboração do projeto de trabalho se desenvolveria de forma que cada item fosse discutido em detalhes.

Esse plano elaborado coletivamente previa, ao seu término, a execução do ciclo intitulado FORTALEZA - PROBLEMAS E SOLUÇÕES, a ser ministrado junto aos integrantes das associações de moradores de bairros e favelas, objetivando principalmente propiciar, aos participantes, elementos capazes de esclarecer sua condição de cidadão, seus direitos diante do Estado e, principalmente de explicar sua vida na cidade. Nesse processo, seriam enfatizados aspectos ligados a seu cotidiano, de forma que sua ação no espaço do bairro, em seu local de moradia, e na cidade como um todo, tivesse relação e significado com seu espaço de trabalho, na fábrica, no comércio, na administração pública, etc. Esse despertar da ação social como ser e agente histórico e espacial no processo contínuo e dinâmico de produzir a cidade e a sociedade, possibilitar-lhes-ia pensar a cidade na condição de produtores e de usuários. Enquanto mão-de-obra produtora da cidade, o trabalhador, participando das atividades de grupos organizados durante o ciclo, tinha condição de questionar vários aspectos da gestão do espaço da cidade. Aos poucos, a prática de sua cidadania vai se tornando mais autêntica e autônoma, na medida em que desvenda os mecanismos utilizados pelas

classes dominantes para se apropriar dos melhores espaços da cidade e para exercer controle sobre o uso da totalidade do espaço urbano. O plano privilegiou essa leitura e interpretação, e à medida que as unidades foram sendo apresentadas, aumentou o nível de discussão e de esclarecimentos. Geógrafos, arquitetos e sociólogos preparavam o material didático que já havia sido discutido pelo grupo gestor de todo o ciclo, que contava com representantes das entidades promotoras responsáveis pela promoção de todas as atividades.

A proposta inicial foi a seguinte: capacitar as comunidades de bairros e favelas de Fortaleza, através de suas lideranças, a identificar os problemas que as afligiam e a buscar possíveis soluções, alcançando, dessa forma, melhores condições de vida (bem-estar).

Se a decisão sobre o plano definitivo de trabalho foi entremeada de dificuldades, mais ainda o foi sua operacionalização. Sem dúvida, à medida que fazíamos proposições, e, como a maioria das proposições no início das atividades era feita por técnicos (o termo técnico aqui está sendo utilizado apenas para diferenciar os membros do grupo, embora todos apresentassem o mesmo nível de preocupação), aumentava ainda mais nossa angústia ao verificar que a linguagem constituía igualmente um entrave para a necessária comunicação. Durante muitas semanas a discussão consistiu na busca de uma linguagem comum e na centralização de objetivos capazes de conciliar as duas visões. Mesmo havendo interesses comuns sobre a importância da tarefa, a diferença de modo de vida e vários aspectos da vivência urbana exigiam a revisão de várias posições assumidas. Durante muitas sessões, os representantes das associações e de trabalhadores permaneceram calados. Quando se expressavam, era antes por gestos que por palavras. Na maioria das vezes, mesmo essa forma de expressão tinha o objetivo de confirmar posições verbalizadas pelos membros técnicos.

Passada a fase inicial, indiscutivelmente a mais crucial, o grupo foi adquirindo mais unidade e consistência, até que atingiu um ponto em que a participação tornou-se mais efetiva e espontânea, o que facilitou muito o avanço e a realização das tarefas previstas.

Como a primeira unidade mencionava a realização de um filme, o qual deveria funcionar como elemento incentivador da interação entre as comunidades envolvidas no processo, a elaboração do roteiro tornou-se uma tarefa extremamente difícil quando se buscou a linguagem menos técnica possível, capaz de transmitir ao público específico aquilo que havíamos elaborado durante todo esse período.

A preparação do Ciclo aconteceu durante o ano de 1984 (com duração de 9 meses), através de um coletivo formado por representantes das

entidades envolvidas, que durante esse período traçou as diretrizes do ciclo, preparou o material necessário e manteve constantes reuniões com representantes de associações de moradores.

O plano final apresentado foi o seguinte:

CICLO DE DEBATES - FORTALEZA: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

1º Etapa

Fortaleza e seus problemas (apresentação do filme e discussão).

Expansão e evolução da cidade de Fortaleza.

A terra urbana.

A atuação dos poderes e a administração da cidade.

A administração da cidade e os interesses em conflito.

Recursos financeiros e bens municipais.

A democracia, o cidadão e o desenvolvimento urbano.

Participaram dessa 1ª etapa 28 associações de moradores, sendo que 25 com um representante e três com dois, perfazendo um total de 31 pessoas, que formaram duas turmas.

2ª Etapa

Os participantes da primeira etapa deveriam atuar como monitores que, com o acompanhamento da coordenação do Ciclo de Debates, promoveriam, junto às suas associações, debates sobre os principais problemas do bairro, relacionados com as informações e questões discutidas na 1ª etapa. Durante a execução foi necessário que nós assumíssemos o compromisso de atuar conjuntamente, pois os monitores se acharam despreparados para assumir todo o conteúdo da primeira etapa. De qualquer forma o programa foi seguido com uma participação muito grande dos monitores.

Nessa etapa foram realizados cinco seminários agrupando as associações de acordo com a proximidade delas. Cada seminário teve a duração de dois dias, durante os quais o conteúdo da 1ª etapa foi resumido.

3ª Etapa.

Foi a etapa em que se avaliaram os resultados dos seminários da 2ª etapa, objetivando um maior aprofundamento das questões formuladas pelos participantes das associações que, desde a 2ª etapa, já estavam se reunindo de acordo com o critério de proximidade, resultando um pequeno zoneamento das atividades no espaço da cidade.

Houve treinamento para a elaboração de um pequeno diagnóstico, através da aplicação de um conjunto de 15 fichas (questionários) que continham vários aspectos do bairro. Estes incluíam informações quanto à delimitação do mesmo, número de ruas, vilas, quadras, conjuntos habitacionais, existência de recursos naturais, terrenos vazios, situação do abastecimento de água, esgotamento sanitário, além de outros itens, incluindo o desenvolvimento de atividades políticas e religiosas no bairro.

Nessa fase aumentou o número de participantes, pois além dos inscritos na 1ª etapa, o grupo foi acrescido de mais um membro de cada associação que se tinha destacado na 2ª etapa.

4ª Etapa.

Foi a etapa de retorno dos monitores e dos participantes das etapas anteriores aos seus bairros, com o intuito de aprofundar a discussão com a população da área, usando o plano de trabalho elaborado anteriormente. Nessa fase, a coordenação do ciclo colocou-se à disposição dos monitores para auxiliar em casos de dúvidas e preparar o material necessário para a aplicação de pequenos questionários que ampliassem o conhecimento da realidade do bairro.

5ª Etapa.

Foi a fase de avaliação dos resultados alcançados durante a execução das etapas anteriores.

O ciclo foi desenvolvido durante o ano de 1985, e neste momento os resultados alcançados dão seus frutos quando a equipe coordenadora já encaminhou projeto para a realização do II Ciclo, esperando corrigi-lo, e adequá-lo às necessidades detectadas para que ele avance no sentido de apoiar os movimentos sociais urbanos de Fortaleza.

Aos geógrafos membros da AGB, participantes da experiência, coube o desenvolvimento de atividades em todos os momentos do planejamento geral, da discussão sobre o filme e da execução das etapas previstas. Durante a primeira, buscou-se trabalhar de forma simples com os conceitos básicos da Geografia, especialmente os de geografia urbana. Focalizando a origem e a evolução de Fortaleza, foi possível explicar aos integrantes do ciclo o acelerado crescimento demográfico que a cidade vem apresentando ultimamente. Com o auxílio de recursos audiovisuais, foram discutidas questões ligadas ao crescimento físico-territorial da cidade, o crescimento vertical, através da relação densidade demográfica/densidade imobiliária. A partir desses enfoques ligados à expansão da malha urbana, foram amplamente discutidos os problemas agrários e ambientais

ocasionados pelo crescimento acelerado e suas implicações na qualidade de vida da maioria dos fortalezenses.

A relevância dessas atividades assumiu grande significado para nós, já que, envolvidos com problemas teórico-metodológicos da Geografia e com questões vinculadas à crítica de nossa prática profissional, foi-nos permitido, na medida do possível, desenvolver as atividades previstas, sempre buscando ajustar o significado dos conceitos geográficos do mundo acadêmico àqueles utilizados no dia-a-dia do cidadão comum.

Para facilitar a aprendizagem e melhorar a compreensão do conteúdo, elaboramos um texto com as idéias básicas sobre o assunto.

Neste momento, quando planejamos o II Ciclo de Debates, percebemos que os textos devem ser convertidos em cartilhas, pois da forma como foram elaborados da primeira vez não apresentaram o rendimento esperado.

Toda reflexão acerca de nossa vivência leva-nos à constatação de que o verdadeiro sentido da ciência geográfica se realiza no momento em que o conhecimento do espaço, sua teorização e sua aplicação emergem da prática do cotidiano.

A Experiência de Autogestão dos Trabalhadores Agrários de Nova Ronda Alta e o seu Significado para o Movimento dos Sem-Terra

Nelson Rego*

O exercício da autonomia pelos membros da Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta - município de Ronda Alta, situado na porção do Planalto Meridional do Brasil que ocupa o norte do Estado do Rio Grande do Sul - é, obviamente, limitado pelo reduzido alcance das alternativas que esses trabalhadores podem realizar na busca de condições que lhes favoreçam na produção e comercialização de suas mercadorias, cerceados que estão pelas regras do crédito governamental e pelo controle oligopolístico do mercado de produtos agrícolas. Ainda assim, a condição de trabalhadores que são coletivamente proprietários de seus meios de produção (terra, máquinas, ferramentas, animais de tração e insumos) e que, através de sua forte coesão social, deliberam no interior da esfera de alternativas que lhes são possíveis realizar, garante para essa comunidade um nível material de existência substancialmente superior ao da maioria dos trabalhadores pequenos proprietários de terras, que acabam por serem levados à proletarianização, ou, mesmo conservando a propriedade de seus escassos meios de produção, a um estado de quase indigência, através de sua subordinação ao circuito agroindustrial.

Contudo, não será tomando-a isoladamente que essa experiência revelará seu significado para o desenvolvimento potencial da contradição entre a busca da autonomia pelo trabalho e as relações capitalistas de produção, mas, sim, considerando seu envolvimento por um processo maior: pelo *Movimento dos Sem-Terra*, que, entre parte de seus agentes,

Professor no Departamento de Geografia da UFRGS, Porto Alegre.

encontra na experiência de Nova Ronda Alta elementos orientadores para propostas de organização sobre as terras que conquistam em sua luta pela Reforma Agrária. Através dessa via, a ampliação da experiência que se pretende autogestionária poderá redefinir a margem de ações possíveis para os trabalhadores agrários no desenvolvimento daquela contradição.

O exame tão somente preliminar dessa possibilidade constitui o objetivo deste artigo.

Da exploração à busca pela autonomia, da miséria à relativa elevação das condições materiais de vida

A Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta reúne 10 famílias, num total de 43 pessoas (10 casais e 23 crianças), que se assentam em 108ha de um relevo ondulado, com declividades em torno dos 15%, e coberto em sua quase totalidade pelas culturas anuais de verão e por um solo argiloso, profundo, de boa fertilidade, mas com problemas de compactação e acidez, somando-se a isso ocasionais estiagens entre os meses de novembro e janeiro.

Os dez casais e seus filhos, que ocupam essas terras desde dezembro de 1983, são remanescentes dos sem-terra que durante o ano de 1981 acamparam em Encruzilhada Natalino e posteriormente, até o início de 1983, em Ronda Alta, reivindicando terras no Rio Grande do Sul, seu estado de origem. Recusaram, dessa maneira, a proposta governamental de colonização da fronteira agrícola brasileira, onde, além do predomínio dos "grileiros" (pistoleiros) a serviço dos grandes capitais, os colonos são, via de regra, desassistidos jurídica, técnica e financeiramente pelo próprio Estado que os assentou em locais distantes dos mercados consumidores de sua produção e, ainda mais que em suas regiões de origem, dependentes da comercialização oligopolisticamente controlada; enfrentando, ainda os problemas de uma natureza tropical, ou mesmo equatorial, que lhes provoca moléstias (para citar apenas um exemplo: malária) e exige técnicas agrícolas apropriadas que lhes são estranhas. Em sua resistência organizada, uma parcela dos acampados acabou por vencer a ostensiva coação policial e militar, conquistando terras gaúchas. Entre esses, os dez casais que receberam os 108ha da Igreja (que os comprou de particulares), fundando neles a Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta.

A origem dos vinte adultos de Nova Ronda Alta não difere, em essência, da maioria dos atuais trabalhadores agrários destituídos de terras no Rio Grande do Sul: o esfacelamento da pequena produção. Enquanto produtores de policulturas alimentares para a sua subsistência e venda dos excedentes nos mercados locais caracterizaram uma pequena produção mercantil orientada pelo ciclo "mercadoria-dinheiro-mercadoria", obje-

tivando, assim, não a remuneração do capital empregado, mas a obtenção de uma renda para a realização de trocas e, desse modo, a aquisição de bens não produzidos em seus estabelecimentos e necessários à manutenção da unidade familiar e continuidade da atividade produtiva. Com a gradativa expansão do mercado capitalista unificador e tendencialmente monopolista, são absorvidos os mercados locais, elevados os preços das mercadorias e desestruturados os sistemas de trocas, tornando-se cada vez mais insuficiente a renda da produção familiar.

Essa situação agrava as dificuldades de uma atividade ligada a incertezas do clima e da natureza e que, freqüentemente, dispõe apenas daquelas terras desprezadas por sua qualidade inferior e/ou relevo acidentado, além de desfavoravelmente localizadas em relação à drenagem, rede elétrica, vias de comunicação e outros fatores. À margem da agricultura industrial implantada no Brasil desde a década de 50 (sobretudo, após 64) e, portanto, à margem do crédito bancário governamental, o pequeno produtor passa a ver neste uma esperança de alternativa para a obtenção de recursos técnicos, elevação de seu nível material de vida e redução da fatigante jornada de trabalho. No entanto, o financiamento bancário só se torna disponível sob a condição da completa adequação do produtor ao modelo da agricultura industrial, o que o leva, tantas vezes, contrariando a sua última esperança, ao agravamento das condições materiais anteriores e, no extremo do processo, ao endividamento e à perda de suas terras.

Esse financiamento, ao exigir do produtor a sua vinculação a determinadas monoculturas (sendo, no Rio Grande do Sul, a partir da década de 70, a cultura da soja a maior contemplada pelo crédito bancário), torna a sua produção extremamente especializada e dependente de insumos industriais, desde adubos até pesticidas e, ao mesmo tempo, estabelece a dependência também em relação ao preço e condições de comercialização de um só produto.

Pago o financiamento com seus juros bancários, a venda do produto fornece uma margem insignificante de lucro (quando não há prejuízo e, portanto, endividamento), que significa uma remuneração insuficiente para o trabalho do produtor e de sua família. É importante salientar que o pequeno produtor, se tivesse condições de estocar seu produto, poderia esperar melhores momentos na flutuação de preços para vender sua mercadoria. No entanto, como não possui silos e deve pagar pelo aluguel dos mesmos aos grandes proprietários ou às cooperativas (que são, na maioria das vezes, manipuladas burocraticamente por grupos com interesses à parte), acaba por vender sua produção a preço inferior, no início do período de vendas. Esse é um aspecto, entre outros, que

demonstra o compromisso de objetivos do financiamento estatal com interesses alheios aos do pequeno produtor - que compõe a absoluta maioria dos aproximadamente 6 milhões de produtores agrícolas brasileiros -, não possibilitando linhas de crédito para formas coletivas de estocagem e circulação dos produtos, mas atendo-se quase exclusivamente ao subsídio aos custos da produção em si. Na prática, constituindo-se em financiamento apenas para a compra maciça de insumos industriais ofertados por algumas poucas empresas multinacionais, além de exigir a produção de mercadorias agrícolas cuja comercialização é extremamente controlada por cadeias de intermediários, que vão encontrar suas hierarquias mais altas nos detentores de grandes capitais, nacionais ou estrangeiros.

Os grandes proprietários, obviamente, possuem meios para enfrentar essas pressões, tanto por disporem de mais e melhores terras, como por terem acesso creditício para a aquisição de maquinarias e infraestruturas e terem, portanto, as possibilidades de diminuir, proporcionalmente à extensão das terras, seus custos de produção e esperarem os melhores momentos para a venda de suas safras. Possuem, ainda, outras alternativas - mais rentáveis que a produção agrícola - para a colocação dos vultosos capitais que lhes são franqueados, supostamente para a prática da agricultura, o que é viabilizado pela possibilidade - sempre presente no próprio modo institucional de exercício do poder - de corrupção dos agentes financeiros.

Desse modo, as vantagens de uns e as pressões sofridas por outros constituem-se, por certo, em elementos que reforçam a concentração crescente da propriedade agrária no Brasil, o que equivale a uma ainda mais forte sujeição do trabalho. Assim, esse processo é um gerador acelerado de proletarianização, quer expropriando o trabalhador agrário da terra, quer, mesmo com a conservação da pequena propriedade pelo produtor, inviabilizando-a economicamente para a permanência de seus filhos, que, então, são obrigados a vender sua força de trabalho nas cidades ou como volantes na agricultura.

Os dez casais de Nova Ronda Alta - adultos, jovens e filhos de pequenos proprietários, oriundos, pois, dessa história de expropriação da terra e exploração do trabalho - organizaram-se de modo a garantir a permanência de sua conquista, aqueles 108ha, espaço de produção e de vida. Assim, ao invés de dividirem a terra em propriedades individuais e retornarem à situação de pequenos produtores limitados pela escassez de alternativas (como tem sido o caso de tantos outros assentamentos), reservaram para cada família o uso particular de apenas meio hectare, enquanto a quase inteira extensão da terra tornou-se propriedade coletiva,

trabalhada coletivamente, otimizando, dessa maneira, o aproveitamento dos recursos e da força de trabalho.

Ainda que permanecendo limitados pelas condições do crédito bancário e da comercialização, o trabalho coletivo e a sua coesão social lhes ampliam a margem de ações realizáveis, garantindo-lhes não apenas a permanência sobre a terra, mas também o gradativo progresso de sua situação material. Assim, em novembro de 1986, com apenas três anos de existência da comunidade, mesmo desassistidos pelos órgãos governamentais e enfrentando até sabotagens praticadas por elementos nem tão incógnitos, além de vicissitudes naturais, como a longa estiagem de dezembro de 84 e janeiro de 85, os seus membros começavam a construção de casas de alvenaria (contrastando com os casebres tão comuns entre os pequenos produtores), desenvolviam um projeto de irrigação para toda a propriedade e outro para a criação e comercialização de animais consorciadas com o cultivo de milho, arroz, batata, feijão e outros vegetais.

Outros caracteres demonstram o novo nível de vida alcançado: a adequação ecológica de suas práticas agrícolas (inclusive com a ausência de defensivos químicos), que lhes garante um patamar superior para a sua alimentação e qualidade biótica de seu ambiente, e o significativo acréscimo de tempo para o lazer e atividades não relacionadas com o trabalho. Comparada com a vida dos extratos médios de renda das populações urbanas, a existência dos agricultores de Nova Ronda Alta ainda parecerá pouco cômoda, mas a comparação mais precedente, certamente, deve ser feita com os pequenos proprietários e trabalhadores individuais da terra e, neste caso, a ainda recente experiência dessa comunidade comprova as suas vantagens.

O essencial na experiência de Nova Ronda Alta, fundamento para o seu progresso material, é, sem dúvida, a descoberta e o exercício, pelo coletivo dos trabalhadores, de sua capacidade de autonomia, de sua capacidade de fazer frente aos ditames que os tentam circunscrever à miséria. Esse é um processo contraditório de aprendizagem e crescimento, cujo desafio mais decisivo está em criar e desenvolver modos de organização e relações sociais que não reproduzam as diversas relações de dominação, presentes e aprendidas na sociedade de classes. Trata-se, portanto, de um processo que avança através da oposição e superação entre o que está dado, e é condicionante, e a tentativa do novo, entre o passado e o projeto de futuro, em conflito na construção do presente; entre o que é socialmente hegemônico e o que pode vir a ser revolucionário.

Veja-se, por exemplo, no Regulamento da Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta, elaborado pelos vinte adultos na ocasião de

seu assentamento e ainda em vigor em novembro de 86, o primeiro item do terceiro artigo, referente à participação de seus membros nas reuniões e à maneira de tomar decisões:

Quem participa das reuniões; quando se tratar de assuntos da lavoura, participam obrigatoriamente, os homens, e as mulheres, se quiserem. Nos demais assuntos, devem participar homens e mulheres.

Explicita-se, assim, a contradição entre o modo de relações sociais anteriores (com a sua consentânea formação de valores subjetivos) e aquilo que é posto como projeto, como ideal. Ao mesmo tempo em que procuram, e declaram em sua lei (de maneira direta ou indireta em vários artigos), uma igualdade de direitos, deveres e participação autogestionária para todos os homens e mulheres, ainda discriminam uma atividade (não, por acaso, a mais básica para a produção material de sua comunidade) como sendo mais pertinente ao envolvimento dos homens. O caráter optativo dado à participação da mulher nas decisões da lavoura revela, simultaneamente, o reconhecimento de seu direito e a constatação de sua pouca prática - de sua deseducação anterior - em deliberar publicamente, na esfera dos assuntos não domésticos, mesmo que nessa instância mais coletiva de atividade e relação social seu trabalho também seja freqüente e necessário. É de se registrar, ainda, a ausência de qualquer especificação sobre algum provável caráter facultativo da participação masculina em decisões referentes a determinadas atividades, onde, ao contrário das mulheres que atuam na globalidade das tarefas, os homens têm ainda escassa presença.

O que importa, aqui, não é o julgamento sobre a validade de aspectos particulares da vida cotidiana em Nova Ronda Alta, mas a exemplificação, a evidência, de que aquele processo em seu desenvolvimento, passa por contradições, se conscientiza das contradições e procura os meios para a sua superação. Nesse movimento, que se coloca questões cada vez mais variadas e, portanto, se torna cada vez mais abrangente, a construção da liberdade e do progresso material encontra soluções que, embrionariamente, representam uma contraposição à ordem e às dominações estabelecidas pela sociedade capitalista.

Absolutamente fundamental para o desenvolvimento desse processo é a nova relação entre divisão do trabalho e apropriação de seus resultados. Na comunidade de Nova Ronda Alta, a divisão do trabalho não significa um meio para a dominação de alguns indivíduos sobre outros, mas, tão somente, o procedimento técnico para alcançar uma certa especialização e,

através desta, uma maior eficiência produtiva. Assim, cada indivíduo especializa-se em alguns dentre os diversos setores de atividade - as lidas com as lavouras para comércio ou subsistência, a criação de animais, o manuseio do trator, o abastecimento de água, a conservação do solo, os cuidados com o reflorestamento, os serviços de carpintaria, os contatos externos com bancos, órgãos governamentais e agentes de comercialização, etc. - como uma maneira de otimizar o aproveitamento de habilidades e conhecimentos individuais para o progresso do grupo, sem que nenhum membro perca a compreensão do funcionamento conjunto de todas as atividades e, reconhecendo a necessidade e interconexão de todos os tipos de trabalho, valorizando igualmente todas as tarefas e igualmente repartindo, por trabalhador, os resultados da produção.

A relação social que possibilita naquele pequeno universo a inversão do que ocorre na sociedade que o envolve - através da especialização do trabalho, inscrever-se na compreensão do todo e atuar sobre este, ao contrário de, através da especialização, alienar-se (ser alienado) do conjunto - é a prática da gestão coletiva sobre aquilo que é coletivo (ou seja, a não apropriação e direção individual do coletivo), em consonância com a propriedade comum (não aprisionamento) dos meios de produção; em última instância, a fusão dos momentos de decisões e execução, do saber com o trabalho.

No entanto, sempre é possível supor que essa especialização das atividades pode se transformar, no decorrer do tempo, em meio potencial para que o saber de alguns (por exemplo: o conhecimento e a experiência dos que lidam com os agentes financeiros e fazem os contatos da comercialização) passe a ser considerado preponderante em relação ao saber de outros e, por essa via, a gestão coletiva seja assimilada pela direção de um subgrupo.

Contudo, essa questão, assim como tantas outras, tem a garantia de sua discussão e deliberação no momento apropriado pelo fortalecimento daquela convergência autogestionária entre o saber e o fazer. Será preferível uma alternância dos trabalhadores na realização das diversas atividades, capacitando melhor cada um dos indivíduos para a compreensão do conjunto? Ou, por razões técnicas orientadas para a melhor eficiência produtiva, será mais vantajoso reforçar especializações e acentuar preferências e habilidades individuais, acreditando que bastam as assembléias coletivas para que todos conheçam por inteiro a articulação do conjunto e deliberem com igualdade de condições? As respostas, evidentemente, não estão dadas *a priori*, mas serão forjadas na prática coletiva e, por certo, tanto mais significarão para o desenvolvimento da consciência e elevação

das condições materiais de vida quanto mais próximas estiverem da plena realização da convergência autogestionária.

A expansão da experiência de Nova Ronda Alta para o movimento dos sem-terra

Frequentes são os grupos e representantes do *Movimento dos Sem-Terra*, vindos de diversos pontos do Brasil, que visitam Nova Ronda Alta para conhecer a sua experiência e buscar orientações para a sua prática em novos assentamentos. No entanto, é preciso considerar algumas questões relativas à viabilidade da expansão da experiência dessa comunidade para o *Movimento dos Sem-Terra*.

Uma dessas questões diz respeito a uma possível artificialidade da situação de Nova Ronda Alta, tanto pelo auxílio que encontram junto a algumas instituições, e até junto a órgãos governamentais, como pelo elevado grau de politização e, portanto, mobilização social de seus membros, o que os difere, pelo menos pode-se supor isso, de significativa porcentagem dos sem-terra.

Quanto ao auxílio que recebem, ou tenham recebido, é importante salientar que se trata, basicamente, de assessoria de pessoas e grupos religiosos, ligados à Comissão Pastoral da Terra, para a defesa legal de seus direitos, ou acompanhamento para a implantação de novas técnicas agrícolas, através de pessoas e entidades voltadas para a difusão de tecnologias alternativas e ecológicas. Nesse caso, ao contrário de uma artificialidade, a experiência de Nova Ronda Alta (que não pode ser pensada como a existência de um Robinson Crusoe coletivo) significa uma convergência e objetivação em atos de outros movimentos sociais, que vão se associando aos dos sem-terra. Ora, outros assentamentos também não terão seu progresso assegurado pelo isolamento, mas, ao inverso, pela sua capacidade de se articularem, política e objetivamente, com diversos agentes sociais transformadores e, nessa medida, forjarem a possibilidade de realizar um esforço mais poderoso de transformação.

Ademais, é oportuno mencionar que, proporcionalmente a suas conquistas materiais, o auxílio que recebem os agricultores de Nova Ronda Alta não chega a constituir para eles o mesmo que, certamente, os diversos recursos governamentais, direta ou indiretamente, representam para os grandes proprietários. Assim sendo, não há sentido em supor a artificialidade de uma situação sem supor a da outra, cabendo mais reconhecer o necessário subsídio que a sociedade como um todo, para o seu próprio bem, deve ceder à agricultura, e discutir o significado - a quem atende - das diversas formas pelas quais esse subsídio pode se substanciar. Quanto ao auxílio de órgãos governamentais (não contando

com o crédito bancário, que deve ser pago com juros altíssimos e, desse modo, não pode ser visto como um crédito verdadeiro) este é tão escasso e esporádico - e, mesmo assim, só obtido através de uma insistência sobremodo incisiva - que deve ser tomado como inexistente, e mesmo que um dia venha efetivamente ocorrer, por trás da aparência de doação paternalista, deverá ser entendido como uma maneira distorcida, e ocasional, de corrigir parcialmente a alocação concentrada dos recursos que o Estado recolhe da inteira sociedade.

Já a forte politização dos trabalhadores de Nova Ronda Alta é, simplesmente, a condição mais imprescindível para a viabilidade de sua experiência e, mais do que comparações de sua consciência com o atual momento de politização do conjunto dos trabalhadores agrários, cabe pensar na generalização e continuidade desse processo que, a partir das próprias condições do modo de produção, e através da organização da luta política, prepara a desalienação do trabalhador e dimensiona Nova Ronda Alta não com um enclave artificial, mas como um indicativo da direção para a qual se orienta o movimento dos trabalhadores.

Contudo, uma outra questão evidencia os limites econômicos ainda bastante estreitos na experiência de Nova Ronda Alta, e que sua reprodução ampliada para novos assentamentos não pode ser pensada apenas como uma expansão linear, apenas quantitativa. Ainda francamente descapitalizados e, assim, ainda dependentes do crédito bancário para o custeio de sua produção, e sujeitos aos seus juros exorbitantes, os agricultores de Nova Ronda Alta permanecem espremidos por esses custos de produção, por um lado, e, pelo outro, pelos preços a que são obrigados a vender suas safras, não possuindo nem silos nem meios de transporte para superar os bloqueios da estocagem e circulação das mercadorias.

Desse modo, encontram-se num círculo vicioso - por falta de capital, não obtém capital - que lhes restringe as alternativas de ação e os subjuga, ainda, à exploração de seu trabalho. A elevação de seu nível de vida se deve ao aproveitamento ótimo das possibilidades que encontram dentro dessa limitada faixa de opções, não havendo dúvida que, se de alguma maneira pudessem romper esses bloqueios, o alargamento de sua margem de ações redefiniria a relação de seu trabalho com o mercado capitalista e seu sistema bancário, o que lhes traria a aceleração de suas conquistas.

Exemplo claro dessa situação é seu interesse em comprar um caminhão para transportar e vender alimentos diretamente aos consumidores das vilas populares: conseguiriam, eliminando as cadeias de intermediários, não apenas vender seus produtos por um preço bem mais

elevado (para eles, os produtores), como esse mesmo preço, para o consumidor, representaria uma importante redução do valor pago. A diferença obtida pelos agricultores lhes possibilitaria investimentos nos custos de produção, eliminando ou diminuindo a necessidade do crédito bancário e, assim, ampliando-lhes a margem de seus lucros e a margem de suas alternativas de ação. Passariam do círculo vicioso da restrição para a espiral da reprodução ampliada. No entanto, dinheiro para conseguir esse caminhão, mesmo usado e pequeno, não há. Poderiam pensar em reverter dinheiro para o material guardado para a construção das novas casas, mas, nesse caso, continuariam por quanto tempo a morar, com suas crianças, em armações improvisadas? Também não seria uma solução viável concentrar para a compra do caminhão todos os recursos destinados aos novos projetos agrícolas, pois esses recursos são muito mais recursos de trabalho do que recursos em dinheiro.

Que outras soluções poderiam ser pensadas? Vender o trator? Todas as alternativas que podem ocorrer ao pensamento, quando não impossíveis, lembram o velho conto do cobertor que, para tapar a cabeça, destapa os pés. Seria cômico, se não fosse trágico. A natureza de seus dilemas demonstra a demasiada proximidade de seus limites de ação e, por conseqüência, que a busca de sua autonomia é ainda cerceada pela sua subordinação ao processo de extração do valor gerado pelo trabalho.

A expansão da experiência de Nova Ronda Alta para novos assentamentos pelo *Movimento dos Sem-Terra* não pode ser, portanto, a simples reprodução, para um número maior de casos, de sua situação (ressalvando-se, contudo, que nessa afirmação não há nenhuma pretensão em pronunciar um diagnóstico sobre a impossibilidade dos trabalhadores de Nova Ronda Alta virem a enfraquecer os limites econômicos de sua sujeição). Torna-se imperativo procurar os meios de, através do maior volume dos novos assentamentos, forjar alternativas para superar os bloqueios do crédito bancário e da comercialização, ou, em outras palavras, fazer significar a maior quantidade também uma alteração qualitativa no modo de organização dos novos assentados e nas suas relações com a agricultura capitalista.

Nesse sentido, o projeto de porção majoritária dos futuros assentados da Fazenda Annoni - município de Sarandi, vizinho de Ronda Alta - prevê um segundo nível de organização autogestionária, que compatibilizaria o respeito à determinação individual e ao nível básico de organização com as possibilidades abertas pela associação de dimensões mais avantajadas.

Assim, em novembro de 1986 - após 14 anos de litígio na justiça e um ano de acampamento dos trabalhadores agrários nas terras da Annoni -

sabia-se que quase 300 famílias ocuparão 6.500ha, dividindo-se segundo três opções: propriedades coletivas, por núcleos de 10 a 12 famílias (segundo o exemplo de Nova Ronda Alta); propriedades individuais mas com trabalho e uso de máquinas coletivas (ou outras formas de semicoletivização), por núcleos de 10 a 12 famílias; propriedades individuais. Cada um desses núcleos de organização coletiva ou semicoletiva, que deverão reunir aproximadamente 200 famílias, se articulará internamente à semelhança de Nova Ronda Alta (ou a partir da experiência de Nova Ronda Alta, numa diversidade de variantes), mas também haverá uma organização maior - uma associação de associações - que, tendo por base cada um dos núcleos e recolhendo uma fração de seus recursos, e sendo dirigida de maneira autogestionária por sua base, terá por finalidade realizar investimentos para o bem comum dos núcleos, seja, por exemplo, a implantação de infraestruturas ou a aquisição de tratores e outras máquinas que facilitem o aumento da produção, ou a construção de silos e a compra de caminhões, avançando sobre a área da comercialização.

O projeto da Fazenda Annoni, que poderá ser também o projeto de outros assentamentos de dimensões avantajadas no Rio Grande do Sul e no Brasil, deverá se constituir numa ampliação, quantitativa e qualitativa da experiência de Nova Ronda Alta, alcançando, pela maior disponibilidade de recursos a serem otimizados, uma margem mais ampla para redefinir a relação de seu trabalho com a exploração capitalista. Certamente, esse processo não se realizará sem dificuldades, sendo fácil esperar que os primeiros anos se caracterizem por ajustes sociais e organizacionais, e pelos trabalhos e investimentos mais básicos e retornos mais lentos, mas é previsível também a acumulação desses mesmos trabalhos e investimentos (mesmo contando com as depreciações produzidas pelo tempo) gerando retornos crescentes e modificando, para mais, o valor de retorno em relação ao trabalho efetuado. Base concreta para, através da organização autogestionária, serem alcançadas verdadeiras e generalizadas elevações das condições materiais de vida.

Não se pode perder de vista que essa luta econômica é também, essencialmente, política. Não se pensará que uns poucos assentamentos coletivos e autogestionários, mesmo que reúnam alguns milhares de trabalhadores agrários, indicarão, por si só, a iminência do socialismo. Mas parece inegável que o êxito dessas experiências constituirá poderoso argumento a favor da continuidade da luta pela Reforma Agrária e, ao mesmo tempo, uma reorientação para os projetos e tentativas de organização dos trabalhadores sobre a terra. E - como o eixo central e dinâmico desse processo é a fusão entre trabalho, direção e apropriação

coletiva da terra, e a busca da autonomia em confronto com a sociedade do capital privado - não será precipitado afirmar que o desenvolvimento da experiência autogestionária do trabalho agrário será um dos tantos núcleos cuja convergência forjará, no interior da formação social-econômica capitalista, a emergência de relações socialistas de produção e de vida.

Bibliografia Sumária

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de *A pequena produção agrícola mercantil no Brasil*. Em *Anais de 5º Eng. Porto Alegre, ACB*, 1982.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa, estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- WOESLER, Christine. *L'Autogestion existentielle*. in *Autogestions*, nº 2-3. Toulouse, Privat, 1986.

Ecodesenvolvimento e o Mito do Progresso

Luiz Renato Vallejo*

As primeiras manifestações favoráveis ao meio ambiente se caracterizavam por um conteúdo eminentemente técnico ou por discursos contrários a qualquer forma de evolução tecnológica. Entretanto, alternativas de solução para os problemas não eram apresentadas, enquanto os argumentos dos defensores dos modelos de desenvolvimento vigentes refutavam os ideais dos movimentos ecológicos. Quando a discussão ambientalista passou a ser aprofundada dentro de uma abordagem sócio-econômica, envolvendo os custos sociais da degradação do meio e as contradições do progresso, ficou mais claro o entendimento dos problemas e a tentativa de busca de soluções. As soluções estariam, por exemplo, no esforço de harmonização entre o homem e o meio ambiente através de um desenvolvimento apropriado e não imitativo de formas predatórias.

No texto são discutidas algumas dificuldades para implantação de projetos alternativos, especialmente as barreiras político-ideológicas. Por exemplo, a insistente expectativa de um progresso espelhado no que vem de fora e não nas potencialidades endógenas.

Biólogo, Mestre em Geografia, Professor Adjunto do Depto de Geografia da UFF, Rio de Janeiro.

Agradeço a todos os colegas, professores e alunos, que através de suas participações nos debates ajudaram na clarificação das idéias e estímulo à produção deste texto. Em especial, aos colegas professores, Márcio de Oliveira, Ruy Moreira e Rogério Haesbaert pelas valiosas sugestões e revisões críticas.

As idéias centrais contidas neste trabalho foram desenvolvidas a partir do "Fórum de Debates em Geografia" organizado por docentes e discentes do Depto. de Geografia da Universidade Federal Fluminense e coordenado pelo autor.

Expansão da consciência ambientalista

Mesmo não sendo um problema recente, foi no começo dos anos 70 que se observou o crescimento das preocupações com o meio ambiente em todo o mundo. Desmatamentos, degradação dos mananciais, desertificação, excesso de poluentes industriais, etc, despertavam o homem para a necessidade de conter o avanço da poluição e adotar métodos racionais de ação sobre o ambiente. Até então, apenas alguns países portadores de maiores recursos econômicos e tecnológicos desenvolviam pesquisas e atuavam em favor da proteção da natureza. Entretanto, resultados satisfatórios só ocorreriam na medida em que fossem definidas diretrizes gerais indicando à humanidade caminhos a seguir. Era necessária a internacionalização das preocupações com o ambiente, considerando que os processos naturais não obedecem aos rígidos limites políticos estabelecidos pelo homem. Acidentes recentes como o de Chernobyl e o do Rio Sena ilustram bem o fato, na medida em que as repercussões ambientais avançaram para além dos espaços nacionais. Em síntese, era preciso difundir a consciência de que existe uma biosfera onde todos os ecossistemas estão integrados de forma direta ou indireta.

Durante a Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU em 1972, foi formalizado um documento sob a denominação de "Declaração sobre o Ambiente Humano", composto por 23 itens que representam as orientações a serem seguidas por todas as nações do mundo. Destacamos aquela que fala da necessidade de planificação do desenvolvimento econômico em sintonia com a valorização dos recursos da natureza¹. Sobre o tema um economista chamado Ignacy Sachs, diretor do CIRED (*Centre International de Recherches sur L'Environnement et le Developpement*) tem tido destaque por suas reflexões e proposições. Numa de suas entrevistas, Sachs declara: "...todos os problemas ambientais se situam na interface, na articulação entre os processos naturais e os processos culturais"². Significa que qualquer discussão que gire em torno de meio ambiente (preservação, poluição, manejo, etc.) não pode se restringir à uma abordagem estritamente técnica. Existem questões de

¹ Conforme o documento de Estocolmo, o item nº 4 diz o seguinte: "O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e fauna silvestres bem assim o seu "habitat", que se encontra atualmente em grave perigo, por uma combinação de fatores adversos. Em consequência, ao planificar o desenvolvimento econômico, deve ser atribuída importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres". Extraído do folheto do Ministério do Interior, Secretaria Especial do Meio Ambiente, Brasília, 1982, p. 5.

caráter ideológico e, conseqüentemente, político que precisam ser considerados numa análise pormenorizada. A erosão dos solos, como exemplo, antes de ser um problema técnico, está ligado à forma de uso da terra tendo, portanto, relações profundas com a cultura humana. É fácil observar que os padrões de cultivo regularmente utilizados no Brasil, expõem excessivamente o solo aos raios solares e às chuvas, face ao emprego de técnicas que são mais adequadas às nações de clima temperado e relevo pouco acidentado.

Quanto à poluição, até que ponto podemos entendê-la e controlá-la segundo parâmetros exclusivamente técnicos? De acordo com Sachs (1986), a visão tradicional da economia do desenvolvimento não considera a dimensão ambiental dentro das inter-relações entre a aplicação da tecnologia, exploração dos recursos e produção de bens de consumo¹. Logo, os danos à natureza tornam-se ideologicamente irrelevantes.

Ideais antagônicos

Segundo Sachs, em relação ao ambiente nos defrontamos com duas linhas controvertidas de pensamento. A visão excessivamente preservacionista que fala na inviolabilidade dos sistemas naturais e a visão "economicista", que vislumbra benefícios a curto prazo apoiando-se numa proposta de produzir-poluir-despoluir⁴.

A visão preservacionista da natureza envolveria, entre outros aspectos, a redução e até a paralisação do ritmo de crescimento econômico, o que por si só não garante o isolamento dos recursos. Para os que defendem esta postura, a qualidade de vida está nas limitações materiais e energéticas e os ecossistemas são enquadrados como "santuários" da vida selvagem. Pressupõe a inexistência de interações com a sociedade e assume uma dimensão própria e independente. No nosso entender, a preservação não pode ser um fim em si mesmo, mas deve estar inserida em objetivos de integração e bem estar social. E uma proposta suicida e altamente utópica dentro da realidade contemporânea.

No "economicismo", a exploração dos recursos naturais em larga escala é a base de sustentação do crescimento econômico, independentemente dos danos causados ao meio. A natureza é dimensionada, não como santuário, mas como uma espécie de "reserva de valor" que dependendo das necessidades e viabilidades econômicas será explorada.

Sobre a questão consultar cap. 6 - População, tecnologia, recursos naturais e meio ambiente - do livro de Ignacy Sachs, *Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir*. Ed. Vértice. São Paulo. p. 90 - 108 (1986).

⁴ Idem, Nota nº 2.

Quaisquer prejuízos colaterais são encarados como inevitáveis perante os benefícios do "progresso". A ideologia do "progresso a qualquer custo" aparece em colocação como esta, publicada no jornal *Le Monde* de Paris no início da década de 70, pelo regime militar brasileiro: "Indústrias venham poluir em nosso país, pois ainda é autorizado"⁵. Ou em declarações como a do Porta-Voz brasileiro na ONU em Estocolmo, 1972: "Um país que não alcançou um nível satisfatório mínimo para prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para proteção do meio ambiente".⁶

Segundo esta linha ideológica, indicadores como PIB, exportações, crescimento industrial, etc., representam a imagem do desenvolvimento. É importante ressaltar as contradições entre a imagem de um país que se quer vender no exterior e a essência do modelo de desenvolvimento econômico em vigor. A essência de tal desenvolvimento normalmente se caracteriza por profundas desigualdades sociais freqüentemente integradas à degradação ambiental. Algumas situações poderiam ser descritas para melhor ilustrar a questão. O uso de desfolhantes em Tucuruí para abertura de uma trilha de 200 km visando à passagem de uma rede de transmissão de energia, poupou tempo e dinheiro, mesmo matando pessoas, animais, a flora e contaminando o solo e lençóis subterrâneos. O uso indiscriminado de defensivos agrícolas no Brasil faz parte de uma estratégia comercial entre bancos multinacionais, a despeito dos problemas ambientais e da saúde da população⁷. Durante muito tempo a poluição de Cubatão foi dissimulada pelo discurso sobre a importância da produção industrial para o crescimento do país, menosprezando-se o custo social. Isto é, trabalhadores, comunidade em geral capitalizam inúmeros problemas de saúde, crianças nascem deformadas e a vegetação da Serra do Mar torna-se cada vez mais escassa com riscos de desmoronamentos⁸.

A atividade de despoluição, ao contrário do que muitos pensam, nem sempre garante soluções confiáveis. Vem surgindo progressivamente uma "indústria da despoluição" que se beneficia economicamente, ao mesmo tempo que demanda maiores encargos sócias através do aumento do custo de certo produtos e serviços. Portanto, o meio ambiente passa a ser um

Citação extraída do livro de Carlos Walter Porto Gonçalves, *Paixão da Terra - Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia*. Ed. Rocco. Rio de Janeiro, p. 40 (1984).

⁵ Idem, p. 40.

⁷ Idem, p.21.

Um importante trabalho de reportagem sobre os problemas ambientais de Cubatão é encontrado na Revista *Ciência Hoje*, n° 1.p.10 - 24 (julho -agosto/1982).

mercado e sua proteção, uma mercadoria⁹. Certas técnicas de controle aliam mais eficientemente sobre a chamada "poluição visível", que nem sempre é a mais perigosa, enquanto os poluentes invisíveis continuam presentes. É uma linha de conduta que se assemelha muito ao processo de comercialização de dentifrícios para fumantes.

Cabe então, questionar se os modelos de desenvolvimento alicerçados em objetivos exclusivamente capitalistas não estariam mais próximos do que Celso Furtado chamou de "modernização", ou seja, um crescimento por desigualdades onde há destaque à produção de bens e serviços de luxo consumidos por uma minoria, em detrimento de necessidades fundamentais da grande maioria da população¹⁰.

Uma alternativa de desenvolvimento

O ecodesenvolvimento surge como uma proposta alternativa em relação às duas posições anteriores. Envolve a melhoria das condições econômicas e de vida das populações, sem uma agressão ambiental pronunciada. Sua aspiração é definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do 3º Mundo, o que não significa não poder estendê-lo às cidades¹¹. Baseia-se num método de planejamento localizado onde cada "eco-região" merece um esforço de valorização de seus recursos específicos voltados para o atendimento das necessidades de habitação, alimentação, saúde e educação. Entende-se como eco-região uma divisão baseada nas características do espaço natural e cultural. Valoriza o homem, considera que a gestão dos recursos deve ser solidária com as gerações futuras, tem uma política de aproveitamento de subprodutos, explora fontes locais de energias disponíveis, desenvolve técnicas apropriadas ou ecotécnicas, depende de um processo educacional preparatório e respeita diferenças culturais. Renega qualquer forma de

Citação tirada, com algumas modificações, do livro de Pierre George, *O Meio Ambiente*. Coleção Saber Atual, Difusão Européia do Livro. São Paulo, p.9 (1973).

" Celso Furtado é citado por Ignacy Sachs (op. cit., p.83), reservando o termo "modernização" para o crescimento perverso com desigualdades. De uma forma mais ampla a idéia de modernização envolve transformações sem alterar as desigualdades, mantendo-se a essência das relações de poder, econômicas, culturais, etc. O antigo secretário de desenvolvimento de São Paulo, Jorge Wilhelm, fez a seguinte declaração durante o Simpósio de Ecodesenvolvimento realizado em Minas Gerais (1978): "...As pessoas que têm dinheiro em São Paulo vivem como se estivessem em Nova York e gozam de todos os confortos da vida moderna. Mas a cidade tem favelas, um índice de migração muito grande, enfim é uma cidade moderna, mas não é desenvolvida". Boletim da FEEMA, Rio de Janeiro 4(3), p. 22 (outubro/1978).

Para melhor entendimento consultar o cap. 1 - Ambiente e estilos de desenvolvimento — do livro de Ignacy Sachs, (op. cit., p. 9 — 27).

imitação de modelos externos não adequados. Os projetos podem ser aplicados em diferentes escalas (distritos, municípios, estados e regiões) esperando-se sempre que as dificuldades político-operacionais cresçam proporcionalmente. Apesar de interpretações em contrário, não é uma estratégia de retrocesso e sim uma forma de encontrar soluções setoriais e autônomas visando o aproveitamento imaginativo e duradouro dos bens naturais e humanos.

Tecnologias apropriadas assumem um papel importante para o ecodesenvolvimento. Biodigestores, uso de energias não convencionais (eólica, solar, etc), reciclagem de refugos, manejo de plantas aquáticas para o tratamento de efluentes e/ou produção de biomassa, são alguns exemplos.

Ao observarmos o fato de que apenas 5% das áreas rurais brasileiras são eletrificadas, a biodigestão dos refugos agrícolas poderia contribuir substancialmente para amenizar o problema de dependência energética¹². Pesquisas realizadas por cientistas do INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia) abordam o aproveitamento energético das correntes fluviais.

O sistema, denominado de "cata-água"¹³, fica ancorado no leito fluvial aproveitando o fluxo, transformando-o em energia elétrica. Para cada corrente aquática o aproveitamento energético é 10 vezes superior ao do vento na mesma velocidade, ou seja, uma corrente de água de 2 Km/h equivale a 20 Km/h no ar. Pequenas e médias cidades poderiam ser beneficiadas por uma tecnologia perfeitamente apropriadas às potencialidades regionais, além de ser inócua ao ambiente.

No Brasil, uma experiência concreta de ecodesenvolvimento teve início nos anos 70 num pequeno lugarejo do interior de Minas Gerais, chamado Juramento. As potencialidades agropecuárias foram consideradas e todas as ações basearam-se no cooperativismo e criação de mutirões para execução de obras prioritárias, não se aceitando indústrias atípicas à produção local. Os técnicos, com respaldo político da prefeitura e de parcela da comunidade, além de linhas de financiamento da FINEP, BNDE e PNUMA (ONU) elaboraram uma série de projetos como uma granja ecológica com aproveitamento de resíduos para uso próprio, hortas e pomares comunitários, desenvolvimento de técnicas regionais de construção civil, criação de bosques comunitários para produção e

12

Maiores esclarecimentos técnicos podem ser obtidos no livro de Luiz Augusto Costa Nogueira - Biodigestão, A Alternativa Energética. Ed. Nobel. São Paulo. (1986).

13

Harwood, J. H. - O cata-água, Energia para comunidades pequenas. Revista Ciência Hoje, Vol. 2(10): 23-25.(1984).

consumo de lenha no próprio município, uma lagoa de estabilização para tratamento de esgotos, etc.¹⁴

Um outro exemplo foi a proposta de ecodesenvolvimento para a Amazônia Peruana em 1972. Tentando evitar profundas alterações ambientais decorrentes da monoprodução de petróleo, grande riqueza da área, foi proposto que com as rendas da exploração se investisse numa economia regional florescente, duradoura e sustentável, fundamentada na produção de biomassa. A produção de alimentos tentar-se-ia viabilizar por alternativas não ortodoxas após um levantamento local de espécies animais e vegetais. Manejo e criação da fauna silvestre, silvicultura tridimensional, agricultura em níveis múltiplos sob a cobertura das árvores, aquacultura, indústrias químicas alicerçadas na biomassa e produtos naturais, incluíram-se entre as propostas. Foi mencionado ainda a construção de módulos urbanos adaptados ao sistema amazônico, com materiais e tecnologias "suaves". O sistema de transporte aproveitaria as potencialidades fluviais¹⁵.

Portanto, a definição de ecodesenvolvimento seria: "Uma alternativa de desenvolvimento que considera o crescimento econômico, a equidade social e a qualidade de vida, o que significa dirigir este desenvolvimento para o atendimento das necessidades da população e não das solicitações do mercado", conforme o relatório do Simpósio Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada, realizado em 1978, Minas Gerais¹⁶.

O mito do progresso, algumas razões e críticas

Uma proposta ecodesenvolvimentista requer uma integração entre o Estado e a sociedade diferente dos modelos a que estamos acostumados, a ver Técnicos e comunidade precisariam conviver durante algum tempo antes da elaboração de um plano que apresentasse opções racionais de gestão do espaço. Em geral, as formas de organização da vida econômica ocorrem com a participação do Estado e do mercado, enquanto a sociedade civil permanece fora como se o problema não fosse seu. O "desenvolvimento" é imposto com a difusão de padrões de consumo, relações de produção, tecnologias e se caracteriza também por ser culturalmente e

¹⁴ Reportagem da Revista Veja, p. 50 - 52(2 de agosto de 1978).

¹⁵ O projeto não chegou a ser implementado, apesar de ter sido bem recebido pelo governo peruano. Vale como exemplo de proposta. Do livro de Ignacy Sachs (op. cit. , p.65 - 67).

¹⁶ Seminário Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada (Sinta'78).Boletim da FEEMA, Rio de Janeiro, 4(3): 21 -23 (outubro/1978).

ambientalmente agressivo. Assim, o Estado, paternalista e autoritário, e a população, por vezes desinformada e submissa, precisam ser analisados.

O paternalismo autoritário tem suas raízes históricas e contextuais, estando geralmente inserido nos grandes interesses do imperialismo internacional. As agressões destes atos aparecem de uma forma mais direta com a intervenção dos órgãos de planejamento ou mesmo patrocinando a ação de grandes grupos econômicos, e de uma maneira mais sutil pela influência ideológica. Por exemplo, a exportação da cultura européia para a África e América se apresenta subvalorizando costumes e métodos tradicionais, sendo portadora de parâmetros que irão nortear o "progresso" das nações colonizadas. Tem início e vai perpetuando-se ao longo das gerações, um processo de inferiorização cultural perante aqueles que vieram de fora. Taticamente, transforma-se as colônias em grandes celeiros de produção e riquezas e que sustentam a estrutura das sociedades hegemônicas (ou imperialistas). Por exemplo, na agricultura, os produtos e a produção são destinados ao atendimento das exportações. O surto da borracha, em nome do desenvolvimento da Amazônia brasileira, enriqueceu extraordinariamente as fábricas de pneumáticos, de automóveis e artefatos de borracha nos Estados Unidos e na Europa. Ao conseguirem matéria-prima mais barata, houve um completo abandono das áreas brasileiras inicialmente exploradas¹⁷. Deste modo, conceitos como desenvolvimento e progresso surgem muito mais como resultado da imposição de referenciais exógenos e não de um quadro contextual da sociedade.

Esta análise crítica pode ser perfeitamente aplicada a diversas escalas de estudo, ou seja, países, regiões ou pequenas localidades. No território brasileiro é fácil constatar que nas expectativas de desenvolvimento regional ou local, se reproduzem sempre os mesmos referenciais sócio-espaciais como indústrias, supermercados, *shopping centers*, espaços para automóveis, etc, representantes de um ideal de melhoria de vida. Por exemplo, o que se espera do progresso para as regiões Norte e Nordeste é uma aproximação do "status" atingido pela elite do Centro-Sul, apesar das diferenças marcantes. Ao analisar-se a expansão dos bolsões de pobreza em torno das áreas urbanas podemos ironicamente dizer que algum "sucesso" tem sido alcançado. Durante uma viagem à Amazônia no ano de 1979 pelo Projeto Rondon, pude observar em diversos povoados ao longo do rio Madeira a grande expectativa, especialmente nas pessoas mais jovens, em conhecer as "maravilhas da vida" do Rio de Janeiro e

Citação de Orlando Valverde no artigo-A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Revista Terra Livre da AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros), nº 01: 39 - 42 (1986).

São Paulo. Apesar dos inúmeros problemas de infraestrutura, principalmente no setor de saúde, não faltavam certos produtos como Coca-Cola, cigarros Hollywood, etc, e o mais interessante é que em quase todos os lugares visitados havia uma discoteca com luzes coloridas e estroboscópicas. Nossa chegada era sempre festejada com a abertura destes ambientes de diversão, dando sempre a impressão que queriam nos dizer: "- Olha, nós não somos tão atrasados!".

A televisão como veículo de comunicação de amplo alcance geográfico nos dias atuais, vem tendo um papel decisivo na difusão de padrões de consumo, infiltrando valores e, ao mesmo tempo, subvalorizando culturas.

Infelizmente, este veículo tem servido muito mais aos interesses do Estado autoritário (geralmente confundindo-se com o próprio) e do capital estrangeiro, ao invés de prestar serviços voltados para as realidades regionais e locais. Citando um trecho do discurso do deputado federal João Calmon, diretor dos Diários Associados, em 13/04/1966, ao depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito: "...E muito mais fácil, muito mais cômodo e muito mais barato, não exige derramamento de sangue, controlar a opinião pública através dos seus meios de divulgação, do que construir bases militares ou financiar tropas de ocupação"¹⁸. O referido inquérito apurava as ligações entre o sistema Globo e o grupo Time-Life, que é conhecido pelas suas afinidades com o Partido Republicano americano, ideologicamente qualificado como de posições bastante conservadoras¹⁹. Segundo as interpretações de Daniel Herz (1987), a Globo atua como "testa-de-ferro" de uma grande organização internacional que, inclusive, participa de seus lucros.

Portanto, o ecodesenvolvimento pode esbarrar em grandes barreiras de cunho ideológico que dificultam a implantação de projetos setoriais. A população, especialmente nos países do 3º Mundo, é dependente do paternalismo estatal e historicamente vive aguardando que as soluções venham de cima e/ou de fora. A receptividade popular pode ser maior para um projeto imitativo patrocinado pelo Estado, do que para um plano específico de valorização dos próprios bens humanos e naturais.

No caso das áreas urbanas, é de se esperar que os complicadores sejam maiores, principalmente perante o conservadorismo das "expectativas do progresso". Em muitos casos, é dali que são emitidos os "padrões" para o resto do país. Entretanto, face aos problemas gerados

¹⁸ Citação contida no livro de Daniel Herz -A história secreta da Rede Globo. Ed. Tchê. Rio Grande do Sul. p. 9 (1987).

¹⁹ Idem.

pelo crescimento urbano, alternativas não convencionais tornam-se cada vez mais necessárias. Nos países do 3º Mundo o aumento da população urbana será de 16 vezes até o ano 2025 em comparação ao ano de 1959. Enquanto isto, nos países industrializados o aumento terá sido de 5 vezes²⁰. Grande parte desta população se encontra ou estará vivendo abaixo da linha de pobreza estabelecida pela ONU. Diante de um quadro caracterizado por vários problemas de meio ambiente, saúde, habitação, etc. é urgente a busca de medidas apropriadas, paralelamente ao crescimento da insatisfação social. Favelas e outras áreas carentes se constituem em universos para uma ação específica através de planos como os que envolvem aproveitamento do lixo e do esgoto (biodigestão), agricultura em pequena escala, criação de animais, etc. O caos do transporte urbano e a poluição justificam a substituição de combustíveis convencionais por energias "limpas" (eletricidade, gás natural) e o investimento em sistemas que privilegiem o coletivo e desestimulem o deslocamento de automóveis de passeio. As formas rotineiras de destinação do lixo urbano (lixões e aterros sanitários), além de representarem focos de problemas ambientais, mostram-se limitadas pela falta de espaço e tempo de uso restrito. O reaproveitamento de refugos em usinas apropriadas e a compostagem (produção de adubo orgânico) aparecem como alternativas economicamente interessantes e ambientalmente adequadas.

Fora as questões mais técnicas, é fundamental a crescente preocupação popular que pode influir numa organização política preponderante em qualquer reforma. Hoje, em muitos países industrializados esta organização tem peso nas decisões do Estado. É certo também, que os grandes problemas de poluição e degradação ambiental vividos por eles têm sido importantes.

Obviamente, mesmo com a adoção de medidas técnicas como as que foram exemplificadas ou de determinadas mudanças de postura social, não se caracteriza o dimensionamento amplo do ecodesenvolvimento. A sustentação dos sistemas urbanos, por exemplo, depende muito das formas de apropriação e exploração de áreas distantes e isto também se constitui em tema de discussão.

Uma síntese para reflexão

Em resumo, a essência de toda problemática não está na desistência do crescimento mas na discussão das formas e usos do crescimento. Na

Dados de Bairoch (1983) utilizados por Ignacy Sachs no livro-Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento. Capítulo 11 - Trabalho, alimentação e energia no ecodesenvolvimento urbano. Ed. Vértice. São Paulo. p. 142 (1986).

postura denominada economicista, parte-se do princípio de que existe um pacote de soluções para ser aplicado de forma mais global. O espaço geográfico (natural e cultural) deve ser modificado à revelia de suas particularidades, visando atender interesses externos. Esforça-se por exercer influências sobre os indivíduos como o estímulo à competitividade e ao individualismo, o que não deixa de estar inserido no contexto da economia da sociedade de mercado. Sustenta-se na manutenção e ampliação de atividades hierarquicamente articuladas à nível internacional, nacional, regional e local. A amplitude geográfica é grande, apesar de um envolvimento historicamente restrito, pois as ações são imediatistas. Quanto ao futuro das gerações, cabe a elas resolver. O Estado usa seus mecanismos de planejamento e comunicação para atingir os objetivos impostos pelo mercado.

O crescimento harmônico, por sua vez, implica numa tentativa de conciliação entre o social, o econômico e o ambiental, não como forças isoladas, mas como elementos interativos preponderantes na garantia da melhoria das condições gerais de vida da população. As soluções devem surgir setorialmente (desenvolvimento endógeno) evitando-se imitação predatória, sendo portanto, essencial o estímulo à autonomia comunitária. A administração dos recursos da natureza deve garantir a renovabilidade genética da fauna e flora e o reaproveitamento de materiais inorgânicos (naturais ou sintéticos), bem como seu uso adequado. O conhecimento científico e a criatividade sustentam tecnicamente o processo de desenvolvimento desde que haja adequação ao contexto local e um acompanhamento dos resultados.

Levantamentos preliminares na área social e o conhecimento sobre a estrutura e dinâmica dos ecossistemas, são requisitos importantes para elaboração de um projeto. Os técnicos, antes de se pronunciarem, devem ouvir e conviver com a comunidade. Evidentemente, as formas de interação entre o Estado e a população, dentro dos respectivos contextos culturais, precisariam ser seriamente rediscutidos.

Enfim, o ecodesenvolvimento como abordagem ideológico-política não tem futuro se não houver uma profunda revolução nos valores sócio-econômicos dominantes, pois não podemos pensar em alterar as relações entre os homens e a natureza sem modificar as próprias relações entre os homens.

Rediscutindo a Questão Acerca do Livro Didático de Geografia Para o Ensino de 1º e 2º Graus.

Vânia Rubia Farias Vlach*.

Ainda que de maneira gradativa, recentemente têm surgido entre nós alguns novos livros didáticos de geografia, bem como alguns autores têm reformulado seus livros, o que possibilita um primeiro e provisório balanço em relação às críticas existentes a essa singular mercadoria, o que, em se tratando da geografia, é algo que se reveste de uma considerável importância, dado que a crítica teórico-metodológica não se constitui como um traço essencial de sua produção (considerada em conjunto), acadêmica ou não, até a primeira metade do século XX.

O acréscimo de livros didáticos, as modificações efetuadas em alguns deles, as alterações feitas de edição para edição, a própria afirmação de uma tendência de avaliação crítica de tais livros, etc., certamente não se dissociam dos rumos tomados pela sociedade brasileira como um todo, imersa em profunda crise durante grande parte desta década. Nesse contexto os geógrafos, tendo desmistificado a suposta neutralidade científica dos seus trabalhos, buscaram redefinir o seu papel social, particularmente na instituição escola, que a implantação da lei 5.692/71 simplesmente descaracterizou como a instituição em que o trabalho pedagógico deveria proporcionar o ensino, isto é, garantir aos educandos, através da mediação do professor, o acesso ao saber.

A redefinição do papel do ensino de geografia, que não se dissocia do quase total desinteresse dos alunos por esta disciplina, passa, ainda que não quiséssemos admiti-lo, pelo livro didático, o instrumento, por excelência, do professor em sala de aula, não obstante o número

apreciável de propostas alternativas em execução hoje. Dificilmente poderíamos negar que o processo ensino-aprendizagem gira em torno desse eixo e, certamente, a abolição do seu uso em classe não recuperaria, por si só, o significado deste processo, em cujo seio as relações professor - aluno são fundamentais, e o livro didático um complemento.

Contudo, o exame acurado das condições de ensino evidencia o contrário: de objeto do conhecimento, o livro didático transformou-se em sujeito do processo ensino-aprendizagem, pois o professor não se coloca como sujeito do trabalho pedagógico, de sorte que não realiza a mediação entre aluno e saber, comprometendo, inclusive, a concepção do próprio conhecimento científico, reduzido à mera transmissão de algumas conquistas "mágicas" do mundo da ciência. Implicitamente, o saber, - ou seja, um trabalho objetivo (no sentido de pesquisar rigorosamente dada questão) de caráter interrogativo e fundamentalmente marcado por várias possibilidades, sempre em busca de uma compreensão do conjunto de relações de que o real é produto, mas também sua própria condição (sem absolutamente perder de vista a indeterminação, que é o seu traço essencial) - é preterido de uma tal maneira que sequer os seus laços com o conhecimento científico são considerados.

Na medida em que o livro didático tenta homogeneizar a aprendizagem, o que explica a abstração das contradições da sociedade brasileira em suas páginas, de uma certa maneira também enfrentadas pela população escolar, e em que se encontra amplamente disseminada pelo "tecido" social uma dada imagem da geografia, cumpre indagar a respeito de como os respectivos livros didáticos continuam, ou não, a defender a concepção de que tal disciplina é a ciência, por excelência, do espaço: No entender do filósofo Immanuel Kant, que lecionou geografia durante cerca de 40 anos, uma categoria que se limita aos fenômenos externos, e subsumida pelo tempo, a condição *a priori* de todos os fenômenos.

Se, com certeza, a intensa polêmica travada entre os geógrafos permite-nos assegurar um relativo consenso quanto às insuficiências do localizar e do descrever fenômeno no espaço, a observação dos livros didáticos aponta sérios equívocos, desde a sua simples modernização, que por vezes lança mão dos indiscutíveis recursos tecnológicos, até a reiteração do espaço como o seu objeto de estudo (o que nem sempre fica claro), passando por uma concepção extremamente empobrecida da geografia como aventura dos homens pelo espaço, terrestre e/ou sideral. Paralelamente, registram-se, ultimamente, tentativas no sentido de uma explicação das relações sociedade - natureza através do trabalho, aspecto este ausente no momento em que teve início uma avaliação dos livros didáticos de geografia, quando se admitiu francamente que os professores

do ensino de 1º e 2º graus é que "davam o tom" da Associação dos Geógrafos Brasileiros, então realizando o V ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS (Porte Alegre, 1982). Mais: que suas proposições deveriam ser levadas em conta, se se quisesse aprofundar a crítica da chamada geografia tradicional, isto é, a geografia "científica" (ou "moderna") sistematizada por Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, no século XIX. Em outras palavras, a participação dos professores de geografia de 1º e 2º graus exigiu um aprofundamento das relações, historicamente situadas, entre o ensino e a ciência geográfica, o que 1 conduziu à compreensão do significado político de sua inclusão na estrutura da escola, a instituição criada pela formação social capitalista tendo em vista o complexo processo de sua reprodução.

No interior deste processo é que o ensino de geografia se afirmou e firmou, exatamente porque defendeu, primeiro, os valores que interessaram à constituição/consolidação do Estado-Nação burguês, inicialmente na Europa; segundo, a expansão imperialista européia na África, na Ásia e na Austrália; terceiro, porque a aceitação do princípio da neutralidade científica legitimou as diferenças internas da sociedade. Outras disciplinas fizeram o mesmo, com igual maestria, mas, acreditamos pertinente registrar que a sua ênfase no território certamente facilitou sobremaneira o seu entendimento enquanto sujeito do processo histórico, de maneira a obnubilar a questão das lutas sociais, apesar de o território incluir, sempre, os homens. Tanto assim que o estudo da população se constituiu, durante muito tempo, em um tema imprescindível à geografia, a ponto de os trabalhos acadêmicos, os livros didáticos, o abordarem logo após aquilo que se convencionou designar de "as bases físicas", ou o "quadro natural".

Até o início do século XX, poder-se-ia admitir que a necessidade, também político-econômica, de conhecer a superfície terrestre, justificaria o entendimento do espaço geográfico a partir dos continentes, ainda que, certamente, a "descoberta" de novas terras (por exemplo, a América), tenha sido produto inquestionável dos interesses da expansão ultramarinha européia, isto é, da formação social capitalista. Em outras palavras: se, do ponto de vista de sua constituição, os continentes "sempre estiveram lá" (por favor, não ignoramos a sua dinâmica, fruto das transformações específicas da natureza), a sua identificação, a sua perfeita localização, o seu mapeamento, a sua caracterização mais geral quanto à superfície, população, atividades ligadas à sobrevivência dos homens, acidentes geográficos, à procura de recursos (de preferência os minerais), etc, são, em última análise, produto social, por excelência, do capitalismo. Por conseguinte, tratava-se de conhecer a natureza, suas

diferenças e semelhanças, sua dinâmica, suas leis, para dela se apropriar, o que, de uma certa maneira, a negou enquanto tal, ao mesmo tempo que a instrumentalizou a serviço do capital.

Tal instrumentalização coloca a questão do trabalho, pois as relações sociais entre os homens e entre os homens e a natureza ocorrem através da mediação do trabalho, que (re)organiza o espaço geográfico, não mais entendido como uma diferenciação entre as grandes massas terrestres, mas compreendido a partir da divisão do trabalho, em escala mundial, pois as relações sociais capitalistas de produção levaram cada porção da superfície terrestre à especialização. Melhor dizendo: as relações políticas e econômicas estabelecidas entre classes sociais materializaram-se no espaço, de maneira que a espacialidade do social se tornou de fundamental importância para a compreensão da "morada do homem".

Se, por conseguinte, a espacialidade do social é que regionaliza o nosso mundo, torna-se mister destacar que o poder político, geralmente expresso sob a forma do Estado-Nação (ou Estado moderno), acaba subsumindo as relações de produção, de sorte que o trabalho é um dos aspectos (muito relevante, sem dúvida alguma) das relações entre os homens e entre os homens e a natureza. Assim, o trabalho é um elemento que não pode ser absolutizado na análise do espaço geográfico contemporâneo. Porém, boa parte da geografia crítica tem enveredado por tal caminho, também ao nível da produção didática, seja de textos de apoio, livros didáticos, sugestões curriculares, etc. E, acrescente-se, nem sempre a questão ambiental, decorrência inevitável da intensificação da apropriação e da instrumentalização da natureza sob o capital industrial-financeiro, é levada em conta, o que dá uma idéia de como a ênfase ao trabalho pode passar por cima das questões que emergem apenas na medida em que se concebe o movimento do real como algo indeterminado, o que dá margem a outros (caminhos) possíveis. Assim, há que se registrar que os vários e atuais movimentos ecológicos, em franca expansão, na busca de alternativas para a vida humana, têm constatado que uma nova relação com a natureza passa primordialmente por uma outra maneira de os grupos sociais se relacionarem entre si.

Se os livros didáticos, ou outros recursos semelhantes, pretendem contribuir no sentido de instigar crianças e adolescentes à transformação da formação social capitalista, cabe-lhes enveredar pelo trabalho como o essencial à compreensão do mundo em que vivemos, deixando de lado que a determinação (categoria temporal, que não se confunde com o determinismo) é, cada vez mais, de ordem política? Tratar das relações inextrincáveis entre economia e política resolve o impasse? Como abordá-las em um mundo em que o trabalho, processando-se de igual

maneira "aqui e lá", serve para distinguir entre os chamados blocos capitalista e socialista (respectivamente), sem colocar em dúvida as "revoluções socialistas"? Em que medida ocorreu, efetivamente, uma "revolução socialista", se se empregou a mesma maneira de produzir, isto é, se alguns (uma classe social) apropriaram-se do processo de produção e dos meios de produção?

Feito esse conjunto de ponderações mais amplas, entendemos pertinente destacar que a sala de aula, do 1º e 2º graus, exige um desdobramento específico de tais anotações, no sentido de os professores assegurarem aos alunos o atingir do saber pensar o espaço geográfico como condição e produto de relações sociais que se abrem a várias possibilidades (que decorrem de estratégias políticas). De que maneiras?

Começando por levar em consideração as diferentes situações do aluno quanto ao desenvolvimento psicogenético (pensamento concreto, pensamento abstrato), que não separa linguagem e pensamento, há que se asseverar que as aparências do tema em estudo geralmente permitem chegar à sua essência, reconstruindo o todo vislumbrado pelo educando, mas que, sem a mediação do professor, escapa-lhe à compreensão (pelo menos a uma compreensão mais profunda). Porém, é preciso entender a aparência como pretexto para o trabalho pedagógico, o que só ocorre na medida em que a mesma suscita verdadeiro interesse, dúvidas e questões, por parte do educando, pois isto o envolve, aguça a sua curiosidade e o leva ao pensar, à reflexão. Neste sentido, a aparência pode ser resumida como tudo aquilo que, no seu cotidiano, oferece matéria para o exercício do pensar/criticar a realidade em que vive, que o explica, mas que ele não só pode (e deve) explicar, como deve (e pode) modificar, o que exige uma conjugação entre criticidade e criatividade. Assim, o papel do professor se torna imprescindível para que o "salto" à essência se realize, e se registre na linguagem do aluno; isto é, a sua condição de co-sujeito do processo ensino-aprendizagem exige uma elaboração própria.

Esta será feita, certamente, a partir do conhecimento geográfico já instituído. Como assegurar sua reelaboração, e por que não, alguma modificação, ainda que nos limites de uma sala de aula?

Para tanto, é preciso que vários recursos, didáticos ou não, sejam utilizados pelo professor, pois ainda que nossa formação social capitalista haja tomado sinônimos o conhecimento científico e a verdade, no sentido de que o primeiro é o "caminho" que conduz às normas (definindo-as mesmo) aceitas no seu interior, há polêmicas entre teorias científicas, e é exatamente esta diversidade que acaba questionando o conhecimento científico e avançando na direção de um trabalho, cujo resultado final é a compreensão do caráter "vivo" da produção de um saber qualquer, o que

destaca o movimento da sociedade. O acesso a diversas concepções de mundo, ao debate entre cientistas, às questões mais e menos investigadas, às dificuldades do trabalho de pesquisa, etc, fica praticamente inviabilizado caso se entenda que o livro didático deve dar as diretrizes da sala de aula; mais ainda se este não abre espaço para textos complementares, no sentido de o autor garantir que os alunos tenham um contraponto às ponderações do autor, seja a partir de perspectivas aparentemente ultrapassadas (é o caso das obras clássicas) ou mediante a seleção de um texto que aborda o mesmo tema sob outra teoria.

Aqui se coloca uma dificuldade singular, que cumpre registrar: na medida em que há relação entre método e conteúdo, nem todos os temas são passíveis de tratamento sob quaisquer abordagens científicas; por exemplo, se se privilegia a produção material da sociedade, a tendência é enfatizar as relações capital - trabalho, entendidas, então, como a contradição principal da sociedade capitalista, de maneira que a questão ambiental é deixada de lado. Cabe ao professor evitar que isto ocorra, pois os educandos, devem conhecer a maior gama possível de questões, objetos de análise na sociedade, inclusive aquelas que parecem dizer respeito apenas a "minorias". Mesmo porque é o conjunto de normas da sociedade capitalista que classifica as "minorias" de maneira depreciativa, exatamente porque estas a questionam. Assim, o papel do professor ganha uma dimensão muito maior: como fazer a mediação entre o aluno e o saber, sem acompanhar as transformações que agora permeiam nossa sociedade, muitas vezes fugindo dos "modelos" definidos arbitrariamente (nos termos de uma evolução linear da história)?

No sentido de uma tal mediação, além da prática de abrir espaço para posições diferenciadas, o livro didático deveria privilegiar a linguagem discursiva, isto é, basear-se no raciocínio, na dedução e na demonstração, abandonando a pretensão de explicar tudo, pois é tão somente um dos instrumentos do trabalho pedagógico. Se incute tanta (?) segurança ao professor, é preciso alertar contra o comodismo que acaba instaurando na escola, o que revela o quanto esta ainda acentua a reprodução do *status quo* vigente, bem como as contradições que permeiam os professores, para os quais não ficou claro o significado de ensinar geografia como arma da compreensão da espacialidade das práticas sociais (sentido amplo). Assim, não obstante a aparência empírica sugerir que a transformação das matérias-primas oferecidas pela natureza ao processo de industrialização se verifique pontualmente, é preciso lembrar que a própria natureza é, de maneira muito simplificada, interdependência entre vários elementos, e é somente a compreensão da apropriação da natureza como um todo que permite entender o impasse da sociedade frente à degradação ambiental.

Enveredar por aqui é extremamente difícil, mas, certamente, é uma alternativa para reavaliar a tradicional "geografia física", um dos mais sérios desafios a ser levado em conta pelos que anseiam construir caminhos para geografia(s) crítica(s), a partir da compreensão de que o sujeito - da história e do saber - produz a si próprio transformando-se na relação com os demais sujeitos e com a natureza, de que resultou este espaço geográfico mundial hodierno, cuja "diferenciação de áreas" é, antes de mais nada, diferenciação social (sentido lato) espacializada.

Atingir esta compreensão para buscar constituir outras maneiras de viver em sociedade, o que exige também uma nova relação com a natureza, é trabalho para professores (e alunos) que não temem os riscos de fazer algo diferente do convencional em sala de aula, muito provavelmente a partir de vários recursos didáticos (entre os quais o livro), cujas preocupações maiores devem ser as de permitir que o trabalho pedagógico se instale efetivamente em sala de aula, o que exige espaço para a manifestação das diversas tendências de abordagens da geografia; o respeito ao desenvolvimento psicogenético do educando, para que a sua condição de sujeito seja a do ser político voltado para o resgate da razão enquanto emancipação de quaisquer tutelas (do Estado, de certas classes sociais, do "determinismo" da natureza); compreender porque e de que maneiras o social (sentido amplo) espacializa-se, o que certamente permite ir além das aparências do espaço geográfico.

Em suma: se pretendermos fazer geografia(s) crítica(s) na sala de aula, não devemos continuar impedindo o *Angelus Novus* de interromper a sua, marcha ascendente (que é a da formação social capitalista) para o progresso, ou, nos termos de Walter Benjamin, não devemos continuar impedindo-o de "deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos", pois o "escovar a história a contrapêlo" é que pode(rá) abrir caminhos para uma sociedade não totalitária, em cujo seio o instituinte, isto é, o que não foi/não está *a priori* determinado, construa as relações entre os homens e a natureza.

Os Estudos Sociais Ocupam Novamente o Espaço... da Discussão.

Neiva Otero Schäffer*

O parecer 233/87, aprovado em 12/03/87 pelo Conselho Federal de Educação, resultou na constituição de uma Comissão Especial para que, no prazo de seis meses, apresentasse uma "proposta de reformulação dos currículos mínimos dos cursos de licenciatura enquanto instrumentos de formação de recursos humanos para a educação,..."Tal parecer, ainda que de forma direta não ponha em discussão novamente a questão dos Estudos Sociais, impõe uma atenção redobrada quanto ao futuro dos cursos que hoje formam professores e, no nosso caso, das licenciaturas de Geografia, sobretudo no que se refere à possibilidade de permanência, ou mesmo expansão, dos cursos de Estudos Sociais.

O presente estudo tem a intenção de subsidiar a análise e o entendimento do parecer 233/87. Para tanto entendemos que se faz necessária uma retomada da "questão" dos Estudos Sociais do ponto de vista da história de sua implantação no país e da história das campanhas que foram levadas a efeito pelas associações de classe de História, Geografia e Ciências Sociais, que sempre se posicionaram contrárias à existência das licenciaturas em Estudos Sociais.

As licenciaturas em estudos sociais

As primeiras manifestações e medidas governamentais no sentido de implantar no ensino superior licenciaturas em Estudos Sociais datam de 1964. A alegação para tal opção prendia-se basicamente a dois pontos. Um dizia respeito à falta de professores habilitados para fazer frente às necessidades do ensino no país. Daí a justificativa para a formação de

professores em cursos rápidos, através das licenciaturas curtas (1.200h ou cerca de 4 semestres) que, em "áreas carentes" do país viriam a substituir os então professores leigos (indivíduos que tinham regência de classe com ou sem curso superior e sem a habilitação pedagógica própria dos cursos de licenciatura). O outro argumento estava ligado à inclusão da disciplina de Moral e Cívica, fundamental à propaganda do novo regime instalado no país e para a qual... "o professor de Moral e Cívica, mais do que todos, dada a condição especial que cerca a matéria, há de ser muitíssimo bem preparado".

A licenciatura curta em Estudos Sociais representava o caminho para a habilitação em Educação Moral e Cívica.

As primeiras licenciaturas curtas em Estudos Sociais surgiram em 1965, em instituições superiores, em geral isoladas e de ensino privado. Ainda que, em princípio, as licenciaturas curtas devessem atender às deficiências regionais de oferta de professores, elas passaram a ser criadas, e a crescer em número, nas áreas metropolitanas, em especial em São Paulo e no Rio de Janeiro, e sobretudo após os decretos n.ºs 58.023/66, 5540/68 e 869/69. O primeiro determina ao MEC que agilize instrumentos capazes de desenvolver práticas escolares, em todos os níveis de ensino, que estimulem a educação cívica, buscando "formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se formem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação humana, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres". Tal objetivo justificava-se para o recente regime que acreditava que "a família moderna facilita, de certo modo, a implantação e a evolução da Guerra Revolucionária...e...não mais assegura, de modo completo, a sua função educadora". O segundo decreto institui as licenciaturas de curta duração de forma regular e o decreto 869/69 implanta de forma sistemática, através de aulas regulares e obrigatórias a disciplina de Educação Moral e Cívica, com o objetivo de "formação do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com fortalecimento dos valores morais da nacionalidade", e através de orientações como "a defesa do princípio democrático, o fortalecimento da unidade nacional, o culto à Pátria, o aprimoramento do caráter, a compreensão dos direitos e deveres do brasileiro e o reconhecimento da organização sócio-político-econômica do País, o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com

fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade". Para tão alto propósito não existiam professores de História e Geografia devidamente preparados. As empresas privadas assumiram este encargo.

A partir de 1971, com a lei 5692, que implicou numa reforma geral do sistema de ensino no país, os Estudos Sociais surgirão nos currículos escolares como "área de estudo". A mesma lei dispôs sobre a exigência da licenciatura específica para o I grau. Tal licenciatura seria capaz de habilitar o professor, neste nível de ensino, para atender áreas amplas de conhecimento, a saber, Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais.

Na década de 70, o Conselho Federal de Educação, órgão colegiado do MEC, criado em 1961 com função de natureza normativa, decisória e consultiva e que possui entre suas competências:

- "fixar currículos mínimos e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões fixadas em lei e outras";
- "fixar as matérias do núcleo comum dos cursos de I e II graus"²

passa a emitir uma série de pareceres, normas, indicativos e resoluções atinentes às licenciaturas curtas e aos cursos de Estudos Sociais. Destes diplomas legais cabe destacar o parecer 554/72 que trata dos currículos de Estudos Sociais, fazendo a distinção entre as licenciaturas curtas, que habilitam para a regência de classe apenas em I grau, e as plenas. O parecer centra esta distinção na intenção (propósito) de cada curso. Busca deixar claro que a diferença não deve se estabelecer pela duração de cada um, mas pelo caráter de formação que é propiciado ao professor. O parecer 977/72 reafirma a direção das licenciaturas curtas no sentido de formar o "professor polivalente" ou "professor único", habilitado a se encarregar de uma "área de estudos". Em 73, através do indicativo 23, o CFE regula os estudos superiores destinados à formação de professores "para as atividades, áreas de estudos e disciplinas" da educação geral no ensino de I e II graus. Estes estudos seriam distribuídos em 5 cursos de licenciatura que atenderiam aos 3 campos de conhecimento, isto é, para o campo de Ciências o curso de Ciências, para o campo de Estudos Sociais o curso de Estudos Sociais e para o campo de Comunicação e Expressão os cursos de Letras, Educação Artística e Educação Física. Este mesmo parecer abre o caminho da plenificação, seja por implantação da licenciatura plena em Estudos Sociais, seja por plenificação através de complementações específicas por aporte de carga horária. Para o curso de Estudos Sociais abria-se a perspectiva de

CFE - Regimento e normas complementares de funcionamento do colegiado.

plenificação (e direito à regência de classe em II grau) em Geografia, História, OSPB e Moral e Cívica.

A questão de Estudos Sociais como "matéria" ou "área de estudos" tem se mostrado desde a lei 5692/71 como conceito controverso para os especialistas em Educação. Ainda que o parecer 4895/75 procure conceituar "disciplina" e "área de estudos", indicando para este objetivos mais ambiciosos, já que permitiria o "diálogo" entre as disciplinas que, por sua vez, representariam setores especializados do saber, os "estudos sociais" têm sido vistos ora como o caminho para superar as tradicionais compartimentações no estudo do homem, propiciando ao aluno maior clareza para apreender seu contexto espaço-temporal, ora como uma mera soma de informações superficiais e desconexas.

Naquele início de década algumas raras **instituições** federais implantaram cursos de Estudos Sociais. A regra, no entanto, foi a manutenção de cursos de formação de professores e bacharéis em Geografia, História e Ciências Sociais, enquanto as instituições particulares mantinham os cursos de Estudos Sociais.

Em 1980 o conselheiro Paulo Natanael Pereira de Souza emitiu um parecer favorável à implantação generalizada de Cursos (plenos) de Estudos Sociais, nos quais História e Geografia tornar-se-iam meras habilitações. Tal decisão não foi homologada, mas em 83 o parecer 635 autorizou as plenificações das licenciaturas curtas, acatando as indicações de vários pareceres, entre os quais o 23/73. Em 1985 a indicação nº 9, assinada por Mauro Costa Rodrigues, atendendo consultas de instituições (não nominadas) sobre a possibilidade de "conversão do Curso de Ciências Sociais em curso de Estudos Sociais de I grau com habilitações em História, Geografia e Educação Moral e Cívica ou sobre a possibilidade da criação de habilitações em História, Geografia e Sociologia dentro dos cursos de Ciências Sociais - modalidade licenciatura Plena", apresentou parecer favorável às consultas.

É a argumentação desta indicação 9/85 relevante para a compreensão do parecer 233/87, razão maior da discussão que se deve levar avante quanto ao futuro dos cursos de Geografia enquanto centros de formação de professores.

A posição das instituições federais e das associações de classe

Ao longo de todo o tempo que decorre entre as primeiras medidas governamentais e as repercussões do parecer 233/87 sobre a implantação de Estudos Sociais, seja como área de estudos nos currículos escolares, seja como curso superior, tem sido rejeitada pelas instituições federais de

ensino superior e pelas associações que reúnem profissionais das áreas de Geografia, História e Ciências Sociais.

Esta posição contrária, manifestada através de campanhas, pronunciamentos, documentos e ofícios encaminhados ao MEC, baseia-se em razões variadas. Uma análise do material que representa a história desta luta através da participação da AGB permite selecionar os principais argumentos apresentados por aqueles que a têm conduzido e que:

- consideram uma aberração do sistema educacional brasileiro a mera aglutinação, como estudos sociais, de conhecimentos emanados das áreas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia com práticas educativas como Educação Moral e Cívica e OSPB;

- denunciam a descaracterização das Ciências Humanas, quanto à sua dimensão científica de pesquisa, investigação, reflexão teórica e produção de saber, na medida em que o CFE tenta sua substituição por cursos de estudos generalizantes, que poderão assumir um cunho nitidamente doutrinário, de apoio ao poder vigente;

- alertam para o descompasso entre o CFE e as instituições superiores federais de ensino visto que, enquanto aquele insiste em separar ensino e pesquisa, através dos cursos de licenciatura, estas seguem uma tendência diversa, procurando unir as duas atividades na busca de um aprofundamento recíproco;

- ressaltam os efeitos negativos sobre a educação nacional do esvaziamento das disciplinas científicas com potencial de reflexão crítica e sua substituição por práticas educativas de caráter doutrinário, encarregadas de divulgar a ideologia que interessa ao governo, enquanto representante do poder e não da sociedade como um todo;

- repudiam a redução das exigências para a formação de professores frente a de bacharéis e o rebaixamento do nível de ensino dos cursos de formação de professores, ao separar-se ensino e pesquisa e ao habilitarem-se, por esta via, professores sem a prática da investigação e da reflexão;

- questionam a concepção de Educação e Ensino que implica na dispensa de um preparo universitário mais elaborado, mais exigente, para o professor e a concepção do papel social que se quer impor a este profissional, habilitado para ser um mero vulgarizador de conhecimentos, de dados e informações, atuando sujeito a salários aviltantes e a péssimas condições materiais para o exercício da docência;

- repudiam o quadro de descrédito a que se quer reduzir o profissional de ensino no Brasil, através da desqualificação e desvalorização de sua formação universitária e, desta forma, diminui-lo enquanto profissional;

- apontam para a intenção governamental de não preparar o aluno para a real prática da cidadania pelo exercício do pensamento e da reflexão crítica, através da desqualificação do professor;

- rejeitam sistematicamente a forma como o CFE tem tomado decisões, sem consulta ou atendimento às aspirações expressas pelos segmentos diretamente interessados nas questões em pauta; e por último, põem em dúvida os reais interesses que norteiam o CFE, na medida em que tenta forçar a implantação de cursos (e/ou habilitações) permanentemente repudiados pelas instituições federais, mas que atendem aos interesses das empresas particulares de ensino superior.

Das diversas manifestações realizadas e que, via de regra, se intensificavam após algum parecer do CFE, a primeira a representar uma reunião de esforços foi a posição assumida pelos participantes do Congresso Anual da SBPC (1976) que exigiam a extinção de Estudos Sociais no I e II graus e o fim das licenciaturas curtas e plenas nesta área, bem como a participação das IES e das associações científicas e profissionais no processo de elaboração da política educacional.

O final do ano de 1980 será marcado por forte reação ao parecer do CFE que, assinado pelo Prof. Paulo Natanael Pereira de Souza, propunha a criação de licenciaturas plenas em Estudos Sociais e a transformação de História e Geografia em habilitações como OSPB e Educação Moral e Cívica. O projeto, se aprovado, seria implantado em 1981. Um movimento iniciado em São Paulo espalha-se rapidamente, gerando inúmeras manifestações de repúdio que se transformaram em manchetes e artigos em jornais. O parecer, que segundo o Conselheiro "vazou indevidamente", abriu espaço para repensar os cursos de Estudos Sociais e colocar em foco novos argumentos contra os mesmos. Em 1980 já havia no mercado de trabalho um bom número de professores habilitados pelas licenciaturas curtas, o que permitia certa avaliação destes cursos. Esta indicava de forma clara que:

- as licenciaturas curtas, implantadas para atender às necessidades específicas de áreas carentes em professores no país, estavam proliferando nas áreas metropolitanas;

- as instituições federais, salvo raras exceções, não haviam assumido tais cursos, que vinham sendo autorizados apenas por solitações de instituições particulares de ensino;

- os cursos existentes, de modo geral, estavam se caracterizando por uma baixa qualidade de ensino, explorando tanto alunos como professores, sem atender ao princípio de "formação de um professor polivalente";

- os cursos em funcionamento, e por extensão os professores por eles habilitados, não assumiam o conceito de "globalidade" inserido na

"área de estudos sociais" e compartimentavam superficialmente os conteúdos de diferentes ciências;

- o desempenho dos professores habilitados em Estudos Sociais configurava-se, também de forma generalizada, menos eficiente do que o dos professores de História e Geografia.

A campanha então desencadeada inviabilizou o projeto de extinção dos cursos de História e Geografia e deixou alertas as comunidades envolvidas com estes cursos. Reforçaram-se os pedidos de eliminação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB dos currículos escolares e de sua substituição por uma carga horária maior nas disciplinas de Geografia e História, além do retorno das disciplinas de Sociologia e Filosofia. No entanto em 83 o parecer 635/83, autorizando a plenificação das licenciaturas curtas por acréscimo de um ciclo diversificado, atendendo à consulta de uma instituição paulista, afrontou as expectativas existentes. Os argumentos apresentados no parecer, considerados inconsistentes pelo Grupo de consultores de Geografia e História, criado em 1981 e vinculado à SESu/MEC, referiam-se basicamente à falta de professores de História e Geografia e ao "esvaziamento" dos cursos de Estudos Sociais (licenciaturas de I grau). Sobre o assunto o grupo de consultores firmou um posicionamento divulgado no documento final do "Projeto Diagnóstico e Avaliação do Ensino de Geografia no Brasil" (SESu/MEC -dez. 84).

Desde 1980, portanto, a mobilização de professores de História e Geografia mantinha atenta a comunidade sobre o tema. A crítica explicitada aos Estudos Sociais teve uma dimensão salutar, na medida em que gerou uma avaliação preliminar das licenciaturas específicas e mostrou a necessidade de uma reflexão séria sobre a qualidade do ensino ministrado nos cursos de História e Geografia.

De 80 a 83 professores e associações discutiram o ensino de Estudos Sociais e "aproximadamente 160 instituições, especialistas, professores e entidades diversas da área de Geografia de todo o país propõem a extinção dos cursos de Estudos Sociais" (Jornal de Brasília - 15/03/83).

No entanto, as solicitações e os argumentos apresentados não encontraram ressonância no CFE. Em 1985 a Indicação nº 9 provocou nova discussão, ao dar um parecer favorável à habilitação dos então alunos de Ciências Sociais em disciplinas da área de Estudos Sociais, visto que para o conselheiro Mauro Costa Rodrigues, relator daquela indicação:

- há semelhança de estrutura curricular e de objetivos entre os cursos de Ciências Sociais e Estudos Sociais;

- o mercado de trabalho para os egressos de Ciências Sociais é reduzido, já que só podem lecionar na falta de professor habilitado;
- há parecer anterior que autoriza as plenificações.

O Indicativo 9/85 traz longas considerações de apoio à indicação final favorável à conversão dos cursos de Ciências Sociais em Estudos Sociais. Nestas considerações ressalta as alterações impostas ao espírito da educação de I e II graus pela Lei 7044/82 (Preparação para o trabalho) e chama a atenção para os problemas dos cursos de Estudos Sociais que decorrem, para o relator, do desentrosamento entre o ensino superior e os demais graus de ensino, na medida em que o ensino superior não tem sido capaz de oferecer procedimentos metodológicos e licenciaturas ajustadas à filosofia que embasa o ensino de I e II graus.

As manifestações contrárias às decisões do CFE e as exposições de motivos que embasavam os pedidos de extinção dos cursos de Estudos Sociais, bem como a eliminação desta área de estudos no I e II graus, geraram o parecer 715/85 da Comissão de Currículos da SESu/MEC e que se refere a "manifestações referentes às licenciaturas de I grau e plena em Estudos Sociais e contra a plenificação desses cursos efetuados nos termos do Parecer - CFE635/83". Este parecer sumariza as críticas e sugestões encaminhadas ao CFE e sugere *"que se responda aos responsáveis pelo encaminhamento das críticas em questão, informando havê-las registrado remetendo junto cópia da Indicação 9185, em tramitação neste Conselho, e que demonstra a preocupação do CFE para com a questão não apenas dos Estudos Sociais e seu posicionamento no âmbito do ensino de graus, mas, principalmente com o repensar do processo de formação de professores como um todo, no sentido de se poder vir a estabelecer uma política que lhe assegure unidade e possibilite a fixação de princípios e normas comuns a serem observados na organização e no desenvolvimento dos cursos de formação de professores para os graus iniciais de ensino"*.

Apesar deste encaminhamento, o CFE continuou emitindo pareceres que contemplam a possibilidade de manutenção dos cursos de Estudos Sociais.

O parecer 233 e suas repercussões

"E, com relação aos currículos, eu também concordo com você,... é muito mais cômodo você dizer: é porque o CFE manda. Sim, realmente manda, mas se é alguma coisa que tem que mudar é isto... se ele quisesse fazer alguma coisa ele deveria

fazer o que a lei manda que ele faça e não fez até hoje: estudos do Plano Nacional de Educação, de estatísticas, sugestões ao Ministro de como melhorar o ensino e não ficar se preocupando com o varejo que, às vezes, tem muito mais interesse individual em jogo do que os interesses da educação."

Walter Garcia

O parecer 233/87, aprovado em 12/03/87, é introduzido por uma exposição das recomendações feitas pelo conselheiro Mauro Costa Rodrigues na sua Indicação 9/85 e que, em síntese, são:

- revisão dos princípios e normas que regem a organização dos cursos de licenciatura estabelecidos pelo CFE através das Indicações 22 e 23/73;

- exigência de aumento do tempo de duração das licenciaturas de I grau que transformar-se-iam em tronco de ciclo básico para a habilitação geral, a ser obtida em continuidade, via plenificação, totalizando a formação do professor cerca de 10 semestres;

- revisão dos currículos mínimos destes cursos para ajustá-los à política global estabelecida para a formação do magistério, repensando a questão das "áreas de estudo" e da "preparação para o trabalho";

- análises dos documentos diversos elaborados pelo CFE, sobretudo daqueles que se referem à posição da formação dos especialistas em Educação;

- conversão dos cursos de Ciências Sociais em Estudos Sociais.

O relator do parecer 233/87, após esta introdução, passa a desenvolver sua própria argumentação analisando o texto da indicação e desenvolvendo um histórico dos cursos dos estudos de formação de professores e seus problemas, bem como o histórico dos estudos atinentes à questão. Desenvolve, a seguir, um relato sobre a formação do professor de I e II graus quanto aos dispositivos legais e sua prática, abordando as licenciaturas de I grau (curtas), as plenas, a formação dos especialistas e, por fim, a conversão dos cursos de Ciências Sociais. Apoiando-se no parecer CFE 161/86, que analisa o projeto "Reformulação dos cursos de Formação de Recursos Humanos para a Educação" da SESu/MEC, e que sugere basicamente agilização dos "estudos propostos na Indicação n° 9/85 de modo que a aprovação de novos currículos mínimos de licenciatura se processe segundo normas dele decorrentes, o conselheiro Antônio Geraldo Amaral Rosa, fechando o parecer 233/87 e como voto do relator, aprovado de forma unânime pela Câmara de Ensino Superior, 2° grupo, e pelo plenário do CFE, indica:

1. *Que seja constituída uma Comissão Especial, integrada por membros deste Conselho, designados pelo seu Presidente, para que, com a participação de representantes da SESu, da SESG e da SEB do MEC, apresente, no prazo de seis (06) meses, proposta de reformulação dos currículos mínimos dos cursos de Licenciatura enquanto instrumentos de formação de recursos humanos para a educação, devendo a referida Comissão:*
 - 1.1 *Proceder a uma ampla análise da legislação em vigor, relativa aos cursos de formação de professores para o ensino de 1º e 2º Graus, compreendendo Leis, Decretos, Resoluções, Pareceres e Indicações pertinentes;*
 - 1.2 *Levar em consideração as contribuições e recomendações resultantes dos diversos encontros promovidos por docentes e especialistas da área de educação, e de outras áreas assim como os resultados considerados como positivos, das experiências levadas a efeito nos termos do artigo 104 da Lei nº- 4.024161 e do artigo da Lei nº 5.540;*
 - 1.3 *Proceder à revisão das características da duração, conteúdo e metodologia dos cursos de cada área específica, com a recomendação, de novos currículos mínimos integralmente adequados aos conceitos da Escola de 1º e 2º Graus existentes no país;*
2. *Que, para melhor cumprimento da tarefa que lhe é cometida, a Comissão Especial possa convocar, para sua assessoria, especialistas de comprovada experiência de magistério nas diversas realidades regionais e educacionais do país;*
3. *Que, enquanto perdurar os trabalhos da Comissão, todos os processos relacionados a propostas de alterações curriculares nas áreas das licenciaturas, tenham sua apreciação sustada até que as conclusões dos referidos trabalhos sejam apreciados pelo Plenário do CFE;*
4. *Que a adoção das normas resultantes dos estudos sugeridos seja efetivada de modo a evitar o mesmo processo de dispersão e desentrosamento desgastante ocorrido quando da implantação de reformulações anteriores".*

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o parecer 233/87 foi encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação ao Grupo de Trabalho das Licenciaturas, para análise. Este grupo, contando com professores da Universidade que já haviam tratado da questão referente aos Estudos Sociais através de envolvimento pessoal com a AGB ou com a ANPUH, coordenou uma reunião com as Comissões de Carreira dos cursos de Licenciatura. Nesta reunião, realizada em junho último, foi

formada uma comissão que elaborou um documento sobre o parecer 233/87, com vistas a um posterior envio à consideração do COCEP (Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa). O documento elaborado expõe as linhas gerais do parecer, destacando alguns aspectos constitutivos do mesmo. A análise indica que:

- há ambigüidade quanto ao tratamento de uma pretendida reformulação dos cursos de licenciatura;

- a conversão de Ciências Sociais em Estudos Sociais é uma alternativa que não interessa a uma melhor qualidade de ensino em qualquer nível;

- a argumentação apresentada pela comunidade de professores e profissionais, capacitada a opinar sobre a conversão de Ciências Sociais em Estudos Sociais, e que mostra-se contrária à proposta, é consistente; mas, sobretudo o documento critica o condicionamento estabelecido entre os princípios norteadores dos cursos de licenciatura aos conceitos de escola de I e II graus existentes no país ... "*já que desconsidera, portanto, a função crítica e pedagógica que se deveria esperar da Universidade para a melhoria do ensino. Atribui-lhe uma atitude passiva, uma função meramente adaptativa, comprometendo seu autoquestionamento e contrariando o pressuposto básico para uma melhoria da qualidade do ensino: a dinâmica articulação dos seus diferentes níveis*". A análise do parecer implica, ainda, num questionamento quanto à propriedade de adoção de "medidas conducentes a alterar a legislação vigente" no momento em que o país elabora nova constituição que, talvez, venha a exigir uma nova Lei de Diretrizes e Bases.

Por outro lado, no mesmo período, os professores do curso de Ciências Sociais firmaram documentos rejeitando uma possível conversão em Estudos Sociais. O temor de que o trabalho da comissão constituída sob a orientação do parecer 233/87 viesse a ser concluído no prazo estipulado (setembro/87) definindo alterações nos cursos de licenciatura sem a participação dos setores interessados vem provocando diversos debates.

Uma discussão deste documento em Assembléia realizada em 22/07/87, em Brasília, durante o I Encontro Nacional de Professores de Geografia (I ENEGE) resultou no encaminhamento ao MEC de um ofício, no qual os participantes solicitavam a dissolução da Comissão Especial do CFE, devido "à forma autoritária como foi proposta sua constituição", rejeitavam a alteração dos cursos de licenciatura "sem consulta às sociedades científicas e segmentos envolvidos com a formação do professor" e pediam a abertura de canais permanentes de comunicação e trabalho com o MEC e CFE.

Como resultado desta mobilização o Secretário do Ensino Superior do MEC, prof. Ernani Bayer, em reunião com a diretoria da ANPUH e AGB, garantiu que nenhuma resolução do MEC sobre o assunto seria formulada sem prévia consulta às associações interessadas, afirmando, ainda, ter enviado "ao CFE parecer contrário à licenciatura em Estudos Sociais, Moral e Cívica e OSPB e se comprometeu a defender, como conselheiro no CFE, o fim das licenciaturas curtas"³.

Em agosto deste ano, em reunião realizada pelo CFE com representantes de instituições de ensino superior (UFRGS, UNICAMP, USP, UPF) e da qual participou um representante da AGB, a unanimidade quanto à necessidade de estudos e debates amplos que conduzam a uma reformulação realmente eficaz das licenciaturas e quanto ao desinteresse geral por cursos de Estudos Sociais, sejam "curtos", sejam, "plenos", foi ratificada.

Do exposto evidencia-se a necessidade de um constante estado de alerta quanto às reformas que poderão ser efetuadas nas licenciaturas e nos cursos universitários, a partir delas. Fica claro, também, que "nenhuma conquista é permanente".

Impõe-se a cada Departamento de Geografia e à AGB, através de suas seções locais, o debate da questão e o encaminhamento, aos órgãos competentes, das sugestões que julgarem pertinentes, antes que medidas sejam adotadas à revelia de nossos interesses.

Documentos Consultados

AGB/ENEGE/Inf. n° 06 - Secretário garante que historiadores e geógrafos serão ouvidos
- Brasília - 24/07/ 87.

MEC/CFE - Regimento e pareceres diversos.

MEC/SESu - Parecer 715/85.

Projeto diagnóstico e avaliação do ensino de Geografia no Brasil. (dez./84).

Os consultores de Geografia e História da SESu/ MEC e a questão da Educação Moral e Cívica, (dez/ 85).

O ensino superior e a formação para o magistério. (jun/86).

UFRS/PROGRAD/DEPEG - Atividades preparatórias do Seminário de Ensino de Graduação na UFRGS - palestra do prof. Walter Garcia - 21/05/87 - Porto Alegre.

UFRS/PROGRAD/GTL - Análise do parecer n° 233/87 da SESu/MEC. (julho/87).

A AGB — Associação dos Geógrafos Brasileiros - é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que possui vários objetivos, entre os quais: estimular o estudo e o ensino da geografia, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento; promover e manter publicações de interesse geográfico, periódicas ou não; congrega os geógrafos (professores e técnicos) e os estudantes de Geografia do país para a defesa e o prestígio da categoria e da profissão; promover encontros, congressos, exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus associados, bem como com entidades congêneres no Brasil e no exterior, procurar aglutinar e representar a Geografia brasileira e o pensamento dos seus sócios junto aos movimentos da sociedade civil e junto aos poderes públicos.

Apesar de possuir sua sede nacional na cidade de São Paulo - Avenida Prof. Lineu Prestes n° 338, Caixa Postal 8105, Cidade Universitária, CEP 05497, São Paulo - SP -, a Associação dos Geógrafos Brasileiros possui uma estrutura descentralizada, com base nas seções locais (em número de 32 atualmente, mas com novas seções sendo organizadas em diversas outras cidades do país).

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL (Gestão julho de 1986 a julho de 1988):
Presidente: José Borzacciello da Silva; Vice-Presidente: Carlos Walter P. Gonçalves; 1° Secretário: Iraci G.V. Palheta; 2° Secretário: Vanda C. de C. Sales; 1° Tesoureiro: Neugesila Lins Wagner; 2° Tesoureiro: Beatriz Ribeiro Soares; Coordenador de Publicações: José William Vesentini; Suplente de Coord. Publicações: Maria das Graças de Lima.

ENDEREÇOS DAS SEÇÕES LOCAIS

AGB-Aracaju
Depto de Geografia - UFSE
Campus Universitário
49000 - Aracaju - SE

AGB - Belém
Av. Domingos Barreiros, 1367
66000-Belém-PA

AGB - Brasília
SCS - Ed. Arnaldo Vilarés
5° andar — sala 514
70000 - Brasília - DF

AGB - Campo Grande
Av. Mato Grosso, 421 - Bl. A
sala 118 - FUCMT
79100 - Campo Grande - MS

AGB - Corumbá
Centro Universitário de Corumbá
79300-Corumbá-MS

AGB - Crato
R. Cel. Antônio Luis, 1161
63100-Crato-CE

AGB-Cuiabá
R. Fernando Correia da Costa s/n°
Depto de Geografia - CCS - Bl. A.
Campus da Universidade
78000-Cuiabá-MT

AGB - Curitiba
Centro Politécnico - UFPR
Caixa Postal 19032
80000 - Curitiba - PR

AGB - Florianópolis
Centro de Ciências Humanas/U FSC
88049 - Florianópolis - SC

AGB - Fortaleza
Caixa Postal 342
60000 - Fortaleza - CE

AGB - Goiânia
Depto de História e Geografia/UCG
Praça Universitária
74000 - Goiânia - GO

AGB - João Pessoa
Depto de Geociências - CCEN
Campus Universitário
58000 - João Pessoa - PB

AGB - Limoeiro do Norte
Fac. Filos. "D. Aureliano Matos"
62930 - Limoeiro do Norte - CE

AGB - Londrina
Caixa Postal 6034
86051 - Londrina-PR

AGB - Maceió
R. Dr. José Castro Azevedo, 460
57000 - Maceió - AL

AGB - Manaus
R. Edson Melo, 170
69068 - Manaus - AM

AGB - Maringá
Depto de Geografia - UEMaringá
Av. Colombo, 3690/Bl.11/sala 10
87100-Maringá-PR

AGB - Montes Claros
R. D. João Pimenta, 806
39400 - Montes Claros - MG

AGB - Mossoró
Av. Augusto Severo, 115
59600-Mossoró-RN

AGB - Natal
R. Recife, 63 - Cid. da Esperança
59000 - Natal - RN

AGB - Niterói
Caixa Postal 625 - Centro
24030 - Niterói - RJ

AGB - Porto Alegre
Av. Alberto Bins, 480 - Sala 401
90000 - Porto Alegre - RS

AGB - Presidente Prudente
R. Roberto Simonsen, 305
19100- Presid. Prudente - SP

AGB - Rio Branco
Depto de Geografia e História/UFA
BR 364 - Km 04
69900 - Rio Branco - AC

AGB - Rio Claro
Depto de Geografia - UNESP
Av. 30 nº 800
13500-Rio Claro-SP

AGB - Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 633/1910
20071 - Rio de Janeiro - RJ

AGB - Salvador
Av. Sete de Setembro, 1370
40000 - Salvador - BA

AGB - São Luís
R. da Paz, 411 - Centro
Cx. Postal 881
65020-São Luís-MA

AGB - São Paulo
Caixa Postal 64525
05497-São Paulo-SP

AGB - Teresina
R. Santa Luzia, 794
64000 - Teresina - PI
AGB - Uberlândia
Caixa Postal 06
38400 - Uberlândia - MG

AGB - Vitória
Av. Fernando Ferrari, s/nºCEMUVI VI - Caixa Postal 146
29000 - Vitória - ES

Comissão Pró-AGB Aquidauana
CEVA-Cx. Postal 135
79200 - Aquidauana - MS

Comissão Pró-AGB Boa Vista
Av. Cap. Júlio Bezerra, 2034/13
69300 - Boa Vista - PR

Comissão Pró-AGB Cabo
R. 55 - Bloco 546/D
54500-Cabo-PE

Comissão Pró-AGB Campinas
R. Luverdi P. Souza, 381
13100-Campinas-SP

Este livro foi composto na POSTSCRIPT e impresso pela Editora Parma Ltda, para a Editora Marco Zero Ltda.

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

Atendemos também pelo Reembolso Postal.
Editora Marco Zero, Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 - Pinheiros -
São Paulo - CEP 05432, Tel.: (011) 815-0093